



Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Departamento de História

A Valorização de Sítios Arqueológicos Romanos no Alentejo

João Pedro Oliveira Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Empreendedorismo
e Estudos da Cultura – Gestão Cultural

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Doutora Sofia Macedo, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2017

ISCTE  **IUL**
Instituto Universitário de Lisboa

Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Departamento de História

A Valorização de Sítios Arqueológicos Romanos no Alentejo

João Pedro Oliveira Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Empreendedorismo
e Estudos da Cultura – Gestão Cultural

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz, Professora Auxiliar
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Doutora Sofia Macedo, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2017

Esta dissertação foi redigida com a normativa da Língua Portuguesa anterior ao Acordo Ortográfico de 1990.

Agradecimentos

A dissertação aqui presente é o resultado final de um percurso de vários anos, que não teria sido possível sem a ajuda de um conjunto de pessoas às quais devo aqui agradecer.

O primeiro agradecimento tem de ser dirigido aos meus pais, porque tudo isto só foi possível devido ao seu esforço diário ao longo de toda a minha vida, para me dar todas as oportunidades que tive o privilégio de ter. Tudo o resto não sou capaz de exprimir.

Em segundo lugar agradeço ao meu irmão, que me ensina todos os dias o significado das palavras trabalho, disciplina e perseverança. Sem o seu exemplo, e a sua presença nada disto faria sentido.

Agradeço às professoras Maria João Vaz e Sofia Macedo, que me orientaram ao longo de todo o trabalho realizado. A professora, Sofia Macedo merece aqui um destaque por todas as vezes que se sentou comigo a analisar a dissertação, e pela constante disponibilidade para me retirar as dúvidas e me indicar o caminho mais adequado a seguir. Sem o seu apoio e a confiança depositada nas minhas capacidades este trabalho teria sido muito mais difícil de terminar.

É devida também uma palavra de agradecimento a todos os responsáveis pelos sítios arqueológicos, que encontraram o tempo necessário para responder aos longos inquéritos que coloquei aos sítios:

À gestão de Mesas do Castelinho, especialmente ao doutor Samuel Melro que me facultou as respostas acerca do sítio Mesas do Castelinho, assim como uma visita guiada ao sítio.

À gestão do sítio de Miróbriga, que através da doutora Manuela de Deus, para além de me responder ao questionário, demonstrou a preocupação com o estado do meu trabalho.

À doutora Filipa Santos, representante da equipa de gestão em Tróia, que para além de me ter respondido ao questionário, se disponibilizou para me mostrar o sítio arqueológico e a sua envolvência.

À gestão do sítio de São Cucufate, principalmente à doutora Susana Correia que me facultou as respostas ao questionário.

À doutora Rosária Leal, que representou a gestão do sítio de Tourega.

À gestão do sítio de Torre de Palma, que na pessoa do doutor Rafael Alfenim me facultou as respostas que solicitei.

Ao doutor Sérgio Faria, representante da equipa de Alter do Chão, que não só me respondeu ao questionário, como também se disponibilizou para realizar uma visita guiada ao sítio.

Ao doutor André Carneiro, responsável pelo sítio de Pisões, que providenciou as respostas ao questionário assim como a visita ao sítio de Pisões.

Neste âmbito resta ainda agradecer ao doutor Jorge António, responsável pelo sítio de Alter do Chão, que me esclareceu dúvidas finais quanto ao sítio de Alter do Chão, e à doutora Susana Estrela, também envolvida no projecto de Mesas do Castelinho, por me elucidar acerca da relação entre o sítio e a sua comunidade e por me responder também a algumas questões no final da tese.

Este trabalho não teria sido possível sem a paciência e zelo de todas estas pessoas, que retiraram tempo das suas vidas para que eu pudesse realizar o meu trabalho.

Ao Rui Mataloto, que tanto me ensinou acerca do Alentejo Romano, por se ter sempre mostrado disponível para me receber nas suas escavações.

Ao grupo de amigos que me acompanhou ao longo deste percurso: Ana, Pipa, Goncas, Miguel, Pedro, Richard, Rod, Texugo e Tuma. Foi graças à vossa amizade, e a todos os momentos em que me permitiram esquecer momentaneamente a tese, que a mesma foi concluída. Independentemente daquilo que o futuro trouxer após esta etapa da minha vida, tudo valeu a pena por vos ter conhecido.

À Joana, por aquilo que representou, e pelas horas intermináveis de trabalho conjunto.

Ao grupo da Rocha da Mina de 2015 que me deu um Verão memorável.

Ao grupo “tukeiro” que nesta parte final me ajudou a manter a sanidade mental e que foi um prazer conhecer, especialmente ao Diogo que me integrou nesse “mundo”.

Ao Pedro e à Filipa pelas correcções, comentários a este trabalho, e por me atenderem sempre o telefone para aclarar as minhas ideias. Graças à sua visão crítica, o trabalho ficou bem melhor.

Um agradecimento especial ao Pedro e ao Tuma que nunca se cansaram de ouvir as minhas queixas relacionadas com a tese, ou com quaisquer outros assuntos, e que estiveram sempre lá, apesar de o meu latim ser interminável.

Agradeço a todos os nomeados, e a todos os que, por lapso, me olvidei, espero que possam sentir o quanto vos devo, parafraseando Ricardo Araújo Pereira, vocês conspiram para me fazer feliz.

Resumo

A presente dissertação pretende ser um contributo para o conhecimento da Valorização do Património Arqueológico em Portugal, através de uma análise individual aos sítios arqueológicos romanos da região portuguesa do Alentejo, complementado por uma revisão conceptual.

Ao empregar uma metodologia assente na observação directa e na realização de questionários extensos aos responsáveis pela gestão de cada sítio arqueológico, foi não só possível perceber como se entende e promove a sua valorização, mas também quais os aspectos em que esta pode melhorar.

Incidindo este trabalho especificamente sobre uma região de Portugal e um período histórico particular, a metodologia aplicada possibilita, no futuro, ampliá-lo e completá-lo de modo a obter o panorama geral da Valorização do Património Arqueológico em Portugal.

Palavras-chave: Alentejo, Património Arqueológico Romano, Valorização de Património Arqueológico, Gestão de Património.

Abstract

The following dissertation seeks to contribute to a wider knowledge on Archaeological Heritage Valorisation in Portugal, through an individual analysis of roman archaeological sites in Alentejo, South of Portugal, supported by an underlying theoretical frame.

The methodological approach consisted on a direct observation strategy and a thorough survey applied to each site manager. With this method it was possible to understand not only the current valorisation strategies of each archaeological site, but also to identify avenues for future developments.

Although this work focuses on a particular region and historic period, its methodological framework enables further developments and broaden the scope in order to cover the whole scenario of the Archaeological Heritage Valorisation in Portugal.

Key words: Alentejo, Roman Archaeological Heritage, Archaeological Heritage Valorisation, Archaeological Heritage Management.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. METODOLOGIA	4
2.1. A selecção dos Casos de Estudo:	4
2.2. A Geografia dos Casos de Estudo:	7
2.3. Os sítios não seleccionados:	8
3. CONCEITOS CENTRAIS: Património Cultural/Arqueológico, Turismo Cultural e Valorização do Património Arqueológico	11
3.1. Património Cultural:	11
3.2. Turismo Cultural:	13
3.2.1. O Turismo Cultural e o Património Arqueológico como motores do desenvolvimento:	15
3.3. Valorização do Património Arqueológico:	16
3.3.1. A abordagem teórica à valorização do património arqueológico:	17
3.3.2 A escavação arqueológica enquanto primeira prática de valorização do sítio:	18
3.3.2. Quando deve o património ser valorizado:	19
3.4. Práticas de valorização de sítios arqueológicos:	19
3.4.1. Interpretação do Património:	20
3.4.2. Comunicação e Divulgação do Património Arqueológico:	21
3.4.3. Manutenção, acessibilidade e sinalização:	23
3.4.4. Animação:	23
4. OS SÍTIOS ROMANOS DO ALENTEJO	27
4.1. O Alentejo Romano:	28
4.2. Mesas do Castelinho:	31
4.3. Miróbriga:	33
4.4. Ruínas Romanas de Tróia:	35
4.5. Ammaia:	37
4.6. <i>Villa</i> Romana de São Cucufate:	39
4.7. <i>Villa</i> Romana de Tourega:	40
4.8. <i>Villa</i> Romana de Torre de Palma:	41
4.9. Ferragial D’el Rei – Estação Arqueológica de Alter do Chão:	42
4.10. <i>Villa</i> Romana de Pisões:	44
5. RESULTADOS OBTIDOS	47
5.1. A Gestão do Sítio Arqueológico:	48
5.3. Os materiais de comunicação, divulgação, promoção e os canais de Comunicação:	51
5.4. Política de preços:	53
5.5. Avaliação	54

5.6. Planos de Investigação Divulgação e Comunicação:	55
5.7. Trabalho científico (artigos, teses e monografias) acerca dos sítios arqueológicos:	57
5.8. Os números de visitantes:	60
5.9. Interpretação do Sítio Arqueológico: percursos Interpretativos, centros interpretativos e placas interpretativas:	65
5.10. Serviço Educativo e materiais de apoio à visita:	68
5.11. As Condições de Visita: acesso aos sítios arqueológicos:	70
5.12 As estruturas de acolhimento e a Comunicação em língua estrangeira:	75
5.13. O sítio e a sua envolvente:	75
5.13.1 As relações do sítio arqueológico com a comunidade:	76
5.13.2. Ligação entre os sítios e escolas:	82
5.13.3. Ligações com outros sítios arqueológicos:.....	85
5.14. Missão, Visão, Valores e Objectivos dos Sítios Arqueológicos:	87
5.15. Público-Alvo:	94
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:	97
7. FONTES:.....	104
8. BIBLIOGRAFIA	106
9. ANEXOS:.....	I

Índice de Quadros:

Quadro 1.2. - Os sítios seleccionados.....	5
Quadro 2.5. - Facilidade de acesso aos sítios.....	71
Quadro 3.5. - As respostas de Torre de Palma e São Cucufate à pergunta 5.1.....	79
Quadro 4.5 – Respostas de Torre de Palma e São Cucufate à questão 6.4.....	92

Índice de Figuras

Figura 1.4. - Localização aproximada dos casos de estudo.....	27
Figura 1.5. - Número de Visitantes entre 2013 e 2015.....	61
Figura 2.5. - Número mensal de Visitantes entre Janeiro e Setembro de 2016	63

Glossário de siglas:

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

DRCALEN – Direcção Regional de Cultura do Alentejo

SIPA – Sistema de Inventário do Património Arquitetónico

NUT – Nomenclatura das Unidades Territoriais

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

1. INTRODUÇÃO:

A presente dissertação versa sobre a valorização do património arqueológico, na esteira da crescente importância desta matéria. As preocupações relacionadas com a conservação e salvaguarda do património, tanto natural quanto cultural, têm-se feito sentir nos últimos anos (Carvalho e Fernandes, 2012: 13), e tiveram consequência no panorama internacional em 1933 através da redacção da Carta de Atenas¹. Isto é visível no aumento do número de bens patrimoniais classificados, bem como na crescente produção científica em torno das matérias patrimoniais, e da consequente legislação.

Assumindo a existência de um valor social e económico admite-se que este traduz uma vantagem, cuja importância se pode aferir através da sua capacidade de representação de um passado colectivo para as populações locais, nacionais e internacionais (Carvalho e Fernandes, 2012: 15), pela sua capacidade de gerar e aumentar fluxos de pessoas e o consequente incremento das várias actividades económicas que se desenvolvem (Henriques, 2006: 3; Hernández et al., 1996: 217-218).

É no património histórico e arqueológico que reside o foco desta dissertação, que enquanto recurso, tem registado um assinalável crescimento do ponto de vista da procura turística (Carvalho e Fernandes, 2012: 14).

É dentro da temática da valorização do património que se insere esta dissertação de mestrado, num contexto em que se procura valorizar o património histórico e arqueológico de modo a torná-lo parte da sociedade actual aproveitando as suas vantagens económicas e sociais. Neste sentido o valor cultural, o valor histórico, o valor de memória são relevantes quando se pretende explorar o potencial atractivo dos bens patrimoniais.. Mediante o estudo apurado da sua realidade e a aplicação de uma estratégia de valorização eficaz, um bem cultural de carácter histórico e arqueológico tem a possibilidade de ser potencializado.

Devido à pertinência do tema e à actualidade da discussão, tornou-se relevante o desenvolvimento da presente dissertação de mestrado, cuja análise incidiu nos sítios

¹ Redigida em 1931, a Carta de Atenas foi o primeiro documento internacional que demonstrou preocupações com o património e que, naquele momento, incidiam no património arquitectónico e urbanístico. No final da sua redacção ficaram estabelecidos 5 votos fundamentais: a inventariação de todos os monumentos históricos por cada Nação, a existência de arquivos onde sejam guardados os documentos relativos aos monumentos, a partilha das publicações a nível internacional e que se privilegie publicações acerca dos métodos de conservação dos monumentos históricos e por fim, que o Conselho Internacional estude as informações reunidas.

arqueológicos romanos de Portugal especificamente da região do Alentejo, sob o ponto de vista da sua valorização. O estudo que me propus realizar partiu da seguinte questão: de que forma são valorizados os sítios arqueológicos em Portugal? De acordo com a pergunta de partida a dissertação pautou-se por dois objectivos centrais: em primeiro lugar aferir quais os modelos de valorização de sítios arqueológicos romanos no Alentejo, e em segundo lugar, a forma como são executados esses modelos. Assim, perceber de que modo é valorizado o património arqueológico romano no Alentejo, desde a conceptualização às práticas, torna-se o foco deste trabalho.

Para compreender a existência de uma efectiva estratégia de valorização deste património foi imperativa uma revisão conceptual, onde se destacaram os conceitos de Património Arqueológico, Valorização do Património e de Turismo Cultural, estes dois orientados para a especificidade do objecto arqueológico (Richards, 2000: 71-74). Ainda que outros conceitos possam surgir na discussão destas matérias, este é o quadro conceptual fundamental para este trabalho.

Foi também essencial uma análise às práticas de valorização aplicadas em contexto arqueológico. Esta análise partiu da aplicação de uma metodologia adoptada para a realização da presente dissertação, explicada abaixo, que privilegiou o contacto directo com as realidades, quer através de questionários aos sítios arqueológicos alvo de selecção², quer por via da observação directa³ dos mesmos, e da subsequente leitura e interpretação dos dados recolhidos, cruzando com os conceitos estudados e com a bibliografia disponível.

Era objectivo deste trabalho promover uma leitura o mais transversal e abrangente dos modelos aplicados e tal orientou as várias opções metodológicas, enquadrando uma proposta interpretativa para a realidade observada. Assim é o principal objectivo deste trabalho perceber o modo como são valorizados os sítios arqueológicos romanos no Alentejo, e quais as principais diferenças encontradas, bem como contribuir para a reflexão acerca das estratégias de valorização do património em Portugal.

Numa nota adicional destaco que, apesar da dissertação analisar os sítios arqueológicos de cronologia romana em Portugal, a mesma lança as bases e os principais focos de análise para sítios arqueológicos de outros períodos cronológicos. Ainda que esteja ciente das necessárias

² Por “questionários aos sítios arqueológicos” deve entender-se que estes são colocados aos responsáveis de cada sítio. Uma cópia desses mesmos questionários está presente no anexo A.

³ Esta observação directa foi efectuada através de visitas aos sítios arqueológicos que foram seleccionados como casos de estudo.

diferenças de interpretação e transmissão de conteúdos em relação a sítios de outros períodos históricos, do ponto de vista da valorização é plausível que exista informação que, com a devida contextualização, possa ser utilizada em relação a outras épocas.

Devo ainda referir que se optou por trabalhar o período romano por se considerar que os vestígios do mesmo deixaram uma marca evidente no território português e que constituem uma das suas principais heranças, sendo que essa monumentalidade é evidente tanto do ponto de vista científico como do ponto de vista não especializado. Por este motivo, e por se tratar de um período que é por nós estudado do ponto de vista histórico e linguístico, julgou-se também necessário estudá-lo na sua vertente social e económica que está ligada à sua valorização.

2. METODOLOGIA

As opções metodológicas desta dissertação partem de duas grandes linhas de acção que reflectem uma estratégia qualitativa.

A primeira constitui a revisão da literatura em relação ao tema da dissertação, que se pode dividir em três aspectos: a análise da documentação internacional adoptada para esta temática; a legislação portuguesa, que vincula o património a um enquadramento legal e finalmente a análise da bibliografia direccionada para este tema. Esta parte do trabalho é sobretudo relevante para a definição dos conceitos, em torno da temática da valorização do património. Conceitos como o de público cultural, ou percurso interpretativo serão também mencionados, uma vez que se relacionam com o objecto de estudo, o sítio arqueológico de cronologia romana visitável. A análise da bibliografia terá também um papel significativo na descrição dos sítios seleccionados, e da região em que eles se inserem porque permitirá perceber a importância histórica de cada um, factor que se relaciona com a atractividade que gera no público.

A segunda foi a aplicação de uma metodologia de caso de estudo, com consistiu na observação directa dos casos de estudo, e na colocação de questionários às entidades responsáveis, focos da análise desta dissertação. Casos de estudo nesta dissertação referem-se aos sítios arqueológicos que foram seleccionados com base num conjunto de critérios. A resposta aos questionários foi formalmente solicitada a todos os responsáveis dos vários sítios e permitiu recolher informação específica acerca das acções de valorização que cada sítio desenvolve e a forma como se reflecte na valorização do património. A observação directa foi efectuada através da visita a todos os sítios com o objectivo de aprofundar o estudo, confirmar informação e obter a perspectiva do visitante sobre o sítio. As visitas foram realizadas sem marcação prévia e sem conhecimento prévio por parte das entidades gestoras, excepto nos casos de Alter do Chão, Pisões e Tróia onde tal não foi possível. Apesar destas duas linhas orientadoras no âmbito metodológico, outras decisões foram tomadas, nomeadamente na definição dos critérios de selecção dos sítios estudados, que serão justificadas.

2.1. A selecção dos Casos de Estudo:

O título “A valorização dos sítios arqueológicos romanos em Portugal”, ainda que designe de forma geral o raio de acção do estudo, carece de uma nota explicativa que indique o foco do

trabalho. Apesar de inicialmente se ter pensado trabalhar a totalidade dos sítios romanos valorizados em Portugal, percebeu-se rapidamente que o seu número (55) seria demasiado elevado, levando à opção de circunscrever geograficamente o horizonte de estudo.

Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve
<i>Villa</i> do Romansil/Rumansil; <i>Villa</i> de Zimbro II; Ruínas do Quintal do Museu da Casa Grande; <i>Villa Romana</i> do Prazo; Área arqueológica do Freixo (<i>Tongobriga</i>); Citânia de Santa Luzia, Forno Romano de Fornelos; Santuário de Panóias; Angeiras; Braga - Termas Romanas de Maximinos; Minas romanas de Tresminas; Castro de Alvarelhos; Torre de Almofala	Torre de Centum Cellas; Templo de Nossa Senhora das Cabeças; Idanha-a-Velha (<i>Igaeditani</i>); Criptopórtico de <i>Aeminium</i> ; Conímbriga; Ruínas Romanas da Bobadela; <i>Villa romana</i> do Rabaçal; <i>Villa</i> da Póvoa do Mileu; Citânia da Raposeira; Termas de São Pedro do Sul; <i>villa Romana</i> da Quinta da Fórnea.	Castro romanizado de Parreitas/ <i>Villa</i> de Parreitas; Cidade de Eburobrittium; <i>villa romana</i> da Quinta da Bolacha; Núcleo arqueológico dos Correeiros; Museu do Teatro Romano (Lisboa); Ruínas de São Miguel de Odrinhas; Templo Romano de <i>Scallabis</i> ; <i>Villa Romana</i> de Cardílio; travessa do Frei Gaspar; Ruínas do Creiro; Galerias romanas da rua da prata (Lisboa).	Povoado de Mesas do Castelinho; <i>Villa Romana</i> de Pisões; Ruínas Romanas de São Cucufate; Termas romanas de Évora; Templo Romano de Évora; <i>Villa romana</i> de Tourega; Cidade de Ammaia; <i>Villa</i> de Torre de Palma; Fornos da Herdade do Pinheiro; Cidade de Miróbriga; Ilha do Pessegueiro, Ferragial d'El-Rei - Alter do Chão; Ruínas Romanas de Tróia; Núcleo Rua do Sembrano; Cripta de Alcácer; Mértola	<i>Villa Romana</i> do Montinho das Laranjeiras, Ruínas Romanas de Milreu; <i>Villa romana</i> do Cerro da Vila; <i>Villa Romana</i> de Quinta de Marim 3.

--	--	--	--	--

Quadro 1.2. Os sítios seleccionados.

Este universo de 55 sítios arqueológicos classificados como sítios romanos valorizados em Portugal, foi seleccionado através de um conjunto de critérios, necessário pela grande quantidade de sítios arqueológicos romanos em Portugal⁴, uma vez que este é um dos períodos melhor representado em Portugal.

O facto de existir a informação de valorização *in situ*⁵ do sítio arqueológico no Portal do Arqueólogo⁶ foi o indicativo inicial para considerar o local. Isto não significa que a utilização do conceito de valorização seja sempre empregue de acordo com o entendimento que esta tese segue, e que será posteriormente explicado. Contudo as informações acerca de acções de valorização segundo o Portal do Arqueólogo ou o SIPA⁷ (Sistema de Inventário do Património Arquitectónico)⁸ assim como o artigo “Sítios Arqueológicos Visitáveis em Portugal” publicado pela revista *Al-madan* em 2001⁹ foram o ponto de partida para a indexação dos sítios arqueológicos romanos valorizados em Portugal.

Como já referi, foram preliminarmente escolhidos todos os sítios que segundo a DGPC tinham sido alvo de alguma acção tendente à valorização. Desta lista preliminar, destacaram-se os sítios que indiciavam cumprir três requisitos que os tornassem visitáveis: a existência de uma infra-estrutura de recepção aos visitantes, uma manutenção activa e a existência de

⁴ Em Portugal, segundo a base de dados do Portal do Arqueólogo, o número de sítios romanos será aproximadamente de 9200.

⁵ *In situ*, significa literalmente “no local” em latim, o que neste caso significa que a valorização que é feita ao património em causa, é efectuada no local onde esse património se encontra.

⁶ Trata-se de um serviço *online* destinado a todos os que trabalham na área da arqueologia com o objectivo de facilitar a prática da arqueologia em Portugal Continental, facultando vários tipos de informação útil acerca dos sítios arqueológicos registados no território português.

(<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/patrimonio-arqueologico/gestao-da-atividade-arqueologica/portal-do-arqueologo>) – consultado a Agosto de 2017.

⁷ O SIPA é um sistema de informação acerca do Património Arquitectónico, Arqueológico, Urbanístico e Paisagístico português gerido pela DGPC. Disponível em <http://www.monumentos.pt> consultado em Agosto de 2017.

⁸ Consultável através do *website* www.monumentos.pt consultado em Agosto de 2017

⁹ Raposo, Jorge, dir. (2001), *Al-madan*, II série, nº 10. Foi feita uma publicação, actualizada, sob o mesmo título em Janeiro de 2016, no número 20 da *Al-Madan*, que foi também consultada posteriormente (Raposo, Jorge, dir., 2016, *Al-Madan*, II série, nº 20).

estruturas *in situ* visíveis. Isto não significa que não se possam valorizar sítios arqueológicos sem estruturas arqueológicas visíveis, no entanto, a presença de estruturas confere uma monumentalidade ao sítio, que em muitos casos representa uma vantagem em termos de oferta cultural (Veloso e Cavalcanti, 2007: 157).

Tomou-se ainda em consideração que, apesar da importância de todos os sítios romanos em Portugal sob diversos pontos de vista, nem todos são passíveis de acções concretas de valorização (Matos, 2008:34; Méndes, 2000:21; Barata, 1994:268). Somente foram seleccionados sítios onde a presença romana estivesse documentada com a mínima solidez, independentemente dos métodos de escavação e tratamento da informação¹⁰. De igual forma, não foram seleccionados sítios que hoje se encontrem destruídos, submersos ou subterrados, porque este trabalho se centra na valorização *in situ*.

2.2. A Geografia dos Casos de Estudo:

Tal como já foi mencionado, decidi circunscrever o estudo à região alentejana de Portugal, tendo em conta que a dimensão esperada deste trabalho bem como o tempo disponível para o desenvolver obrigaram à investigação de uma esfera mais reduzida que os 55 sítios arqueológicos inicialmente elencados. Foram seguidos os limites das zonas regionais de Portugal, as NUT II (Nomenclatura das Unidades Territoriais) e não municípios ou distritos.

Optou-se pela selecção de uma área geográfica concreta, por se julgar mais pertinente o estudo de uma zona específica, onde estão em directa relação aspectos económicos sociais e culturais próprios. Não se considerou que a análise de sítios dispersos pelo território português fosse muito proveitosa, porque os resultados enfatizariam as diferenças inter-regionais e não tanto os processos de valorização, levando a generalizações pouco apuradas.

Da mesma forma, a tipologia arqueológica¹¹ dos casos de estudo não foi também um dos critérios considerado satisfatório para circunscrever o horizonte de estudo, pois a maioria dos sítios valorizados são *villae*. Tal permitiu evitar uma análise incompleta ou pouco correcta do território visto que a valorização de sítios arqueológicos romanos não se limita a *villae* ou a termas, porque o passado romano também ele não se limita a este tipo de sítios.

¹⁰ Que, apesar de poderem actualmente questionáveis no meio científico, não serão aqui alvo de análise ou discussão.

¹¹ Seguiu-se a tipologia determinada pela DGPC, apesar da existência de debate, entre a comunidade científica, quanto à classificação tipológica em relação a alguns sítios.

Considerou-se ainda que seria relevante para os objectivos desta dissertação, a análise de sítios geridos por diferentes tipos de entidades, de modo a perceber quais as diferenças práticas entre gestões distintas (pública e privada) dos sítios arqueológicos e procurar melhorar ambas através do estudo das duas abordagens. Tendo em conta este interesse o Alentejo distinguiu-se das outras regiões, e foi escolhido, por apresentar essa diversidade, com a possibilidade da execução de análises mais globais e abrangentes. Assim, a opção de estudar os sítios arqueológicos romanos de uma região foi considerada a mais pertinente porque o estudo de uma tipologia levaria a uma predominância clara das *villae* e porque o estudo de casos ao longo de todo o território português conduziria a generalizações pouco apuradas. Desta forma, uma região como o Alentejo detém coerência espacial, permitindo uma análise da realidade em estudo, sem incorrer em generalizações ou numa selecção aleatória.

2.3. Os sítios não seleccionados:

É necessário referir que nem todos os locais sujeitos a processo de valorização e com presença romana foram analisados.

Os sítios não analisados foram: o templo romano de Évora, as termas romanas de Évora, os Fornos da Herdade do Pinheiro, a cripta arqueológica de Alcácer do Sal, núcleo arqueológico da rua do Sembrano e os vestígios de Mértola. Os sítios da cidade de Évora não foram alvo de análise por se inserirem num contexto muito específico, correspondente ao “centro histórico” da cidade de Évora. Abordar a valorização destes espaços arqueológicos passaria necessariamente por referir a ampla oferta cultural da cidade de Évora e tudo aquilo que estivesse relacionado com seu centro histórico, o que motivaria um outro estudo para além do efectuado nesta dissertação.

A cripta arqueológica de Alcácer do Sal foi também excluída, porque apresenta os vestígios arqueológicos do período romano em conjunto com vestígios de outros períodos históricos, não existindo uma preponderância dos vestígios do período romano. Neste local estão presentes vestígios de outros períodos históricos de forma evidente, pelo que não se poderá considerar a cripta arqueológica de Alcácer do Sal como um sítio romano. Não se trata da mesma situação que os sítios de São Cucufate, ou de Tróia, onde o período romano se destaca em relação aos outros aí presentes. Por motivo semelhante não foi estudado o núcleo museológico da Rua do Sembrano, pois apesar dos vestígios romanos, encontravam-se

também vestígios de outros períodos cronológicos, e este sítio encontra-se no centro da cidade de Beja, onde se verificam os mesmos problemas mencionados em relação ao centro histórico de Évora.

Também o sítio arqueológico Fornos da Herdade do Pinheiro, sujeito a trabalhos de conservação e restauro segundo o Portal do Arqueólogo¹², e visitável segundo Jorge Raposo (Raposo, 2001: 151) foi excluído por se encontrar em propriedade privada, o que não permitiu o acesso ao sítio, pelo menos em tempo útil para a realização deste trabalho.

Por fim, a cidade de Mértola, onde o passado romano está também documentado não foi escolhida, porque este sítio é caracterizado pelos vestígios arqueológicos do período islâmico, que têm uma maior expressão neste sítio arqueológico. Para além em Mértola são poucos os exemplos da conservação *in situ* de estruturas do período romano. Após a redução geográfica do horizonte em análise chegou-se ao número final de 9 sítios arqueológicos, que são os casos de estudo aqui presentes e que representam cerca de 16% dos 55 sítios seleccionados.

¹² Disponível em <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/> consultado a Setembro de 2017.

3. CONCEITOS CENTRAIS: Património Cultural/Arqueológico, Turismo Cultural e Valorização do Património Arqueológico

A conservação do património e a sua valorização parece ser uma acção humana desde tempos tão recuados como a própria antiguidade clássica (Choay, 2000: 29; Carvalho e Fernandes, 2012:14-15). Registam-se muitos exemplos que ilustram a preocupação patrimonial que existia, ainda que restrita a determinados grupos (Carvalho e Fernandes, 2012: 15). Os cuidados actuais são o resultado da evolução que acompanhou todo o processo de defesa do património (Choay, 2000: 31).

As preocupações com a conservação e valorização de forma sistemática do património remontam essencialmente ao século XX. Foi na Europa que primeiro ganharam maior grau de difusão com algum grau de internacionalização da questão e com um conjunto de documentação criada para proteger e gerir os bens patrimoniais (Carvalho e Fernandes, 2012: 14-15). Foi num processo iniciado em 1931 através da Carta de Atenas, assim como nos subsequentes documentos internacionais, que as definições conceptuais do património e do seu estudo começaram de facto a ser discutidas, ao nível internacional, contribuindo para a criação de regulamentação de protecção.

Na esteira deste processo começou pouco depois a surgir legislação nacional acerca da protecção e classificação do património, que por sua vez abriu as portas para a discussão dos conceitos de património cultural, turismo cultural e valorização do património. Assim considerou-se fundamental para a realização deste trabalho a definição destes conceitos que se revelaram centrais a todo o processo de pesquisa, e que são uma presença constante dentro do tema.

3.1. Património Cultural:

A palavra Património deriva do latim e etimologicamente divide-se em duas: *pater*, que significa “pai” ou “antepassado”; e *moneo* uma forma verbal que significa “relembrar” ou “deixar”. Assim a palavra património, que adquire esta forma através de fenómenos fonéticos, traduz “algo que foi deixado pelos antepassados”. Por expressar a noção de “herança” e da transmissão do passado humano, o património associa-se assim a uma esfera colectiva, o que remete as responsabilidades com a sua conservação e protecção para toda a comunidade não

só na escala local ou regional, mas também na escala nacional e internacional (Carvalho e Fernandes, 2012: 14-15; Manzini, 2011: 30)¹³.

Património Cultural constitui assim o legado colectivo da humanidade que se manifesta através de elementos, materiais ou imateriais, que traduzem a memória da humanidade ao longo da História. Representa “um activo valioso que se transpõe do passado para o futuro relacionando gerações distintas”, e que carece de protecção e salvaguarda (Hernández e Tresserras, 2001: 12), função que é ainda reforçada pelo facto de o património não ser renovável, e ser insubstituível (Hernández e Tresserras, 2001: 17). Segundo a legislação portuguesa o património representa “todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização”¹⁴. Por isso o Estado português “deve (...) assegurar a transmissão de uma herança nacional” e garantir “o conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural”¹⁵.

Enquanto propriedade colectiva, o património confere a todos o direito de o conhecer, entender e usufruir da melhor forma possível, com o objectivo de responder à procura pelo conhecimento do passado (Morais, 2010: 7) e à identidade histórica colectiva. Segundo Ballart, a melhor forma de conservar um edifício histórico é dar-lhe um uso na contemporaneidade, que se traduz frequentemente na sua valorização, afirmando a sua capacidade de gerar riqueza, quer do ponto de vista cultural, quer do ponto de vista financeiro (Hernández, et al., 1996: 217-218). É por este motivo que a falta de uma preocupação economicista, por parte dos responsáveis pelo património, o afasta do quotidiano e da sociedade, incorrendo no risco de o cristalizar e levar à perda de significado (Carvalho e Fernandes, 2012: 30-31).

O Património Cultural é também uma construção social, o que o sujeita às transformações impostas pelos diferentes contextos históricos (Hernández, et al., 1996: 216).

Isto indica que o património cultural encerra um conjunto de valores que se alteram em função do contexto; por exemplo um castelo medieval foi construído com um propósito que se alterou sucessivamente face à alteração dos contextos. Portanto o valor do património quer seja estético, utilitário, formal ou simbólico é fundamentalmente o resultado dos vários

¹³ Carta de Cracóvia de 2000.

¹⁴ Art.º 1º, Decreto de Lei nº107, DR, Iª Série, n.º, 8 de Setembro de 2001.

¹⁵ Art.º 3º, Decreto de Lei nº107, DR, Iª Série, n.º, 8 de Setembro de 2001.

contextos e concepções das sociedades que atribuem valor, ou importância, aos elementos do passado (Morais, 2010: 7).

Estas alterações contextuais explicam, em grande medida, as ampliações do conceito de património cultural que incluem categorias tão diversificadas como o natural¹⁶ ou o imaterial (Carvalho, 2011/2012: 5), ambos contemplados na lei portuguesa do património¹⁷.

Também o património arqueológico é matéria patrimonial.

Por património arqueológico entende-se a vertente do património cultural que se relaciona com a disciplina arqueológica, que é formado pelos vestígios materiais que as comunidades passadas deixaram, que através do seu vínculo material se ligam à memória colectiva, representando para a sociedade actual um dos seus principais legados e recursos (Ballart, 2007: 29-30; Vélez, 2010: 24-25). O património arqueológico pode ser visto como um recurso, porque ajuda a recordar e conhecer o passado, colaborando para o reforço identitário das comunidades que dele usufruem (Hernández, et al., 1996: 217; Moraes, 2010: 7).

3.2. Turismo Cultural:

O conceito de Turismo Cultural resulta das transformações ocorridas durante o século XX no mundo ocidental¹⁸, que provocaram o aumento da percepção do valor dos bens culturais e das vantagens em ligá-los à vertente turística (Richards, 2000: 71-74).

Entre as várias transformações que marcaram o século XX, principalmente no denominado mundo ocidental devo aqui destacar o surgimento de grupos sociais, particularmente na segunda metade do século, detentores de um poder aquisitivo e capital cultural que se aproximava das anteriores elites sociais (Richards, 2000: 71-73). Motivadas pelo desejo de aprender ou pelo ócio, estes segmentos sociais possibilitaram uma abordagem de lazer sobre os bens culturais, tornando-os mais populares e acessíveis. Para além disso, conseguiram direccionar também para si o usufruto do património cultural, o que conseqüentemente aumentou a exigência na oferta de produtos turísticos (Richards, 2000: 72). Turismo Cultural está então relacionado com motivação que grupos de pessoas sentem para se deslocar a locais de interesse cultural (Richards, 2000: 73). Neste sentido, os bens patrimoniais deverão estar

¹⁶ Através da assinatura da Convenção para a Salvaguarda do Património Mundial, Cultural e Natural em 1972.

¹⁷ Art.º 2º, Decreto de Lei nº107, DR, Iª Série, n.º, 8 de Setembro de 2001

¹⁸ Por “mundo ocidental” deve entender-se grande parte do continente Europeu e do continente Norte Americano.

preparados para a recepção dos turistas sem comprometer o seu valor cultural (Matos, 2008: 33).

O Turismo Cultural demonstra como as ruínas romanas ou a peça de arte são também produtos e como tal podem ser vistos de uma perspectiva económica. De facto, a ausência destas preocupações é, em vários casos, contraproducente para o bem cultural enquanto produto, pois não estão a ser exploradas as suas diversas valências (Hernández e Tresserras, 2001: 25; Carvalho e Fernandes, 2012: 30).

Ainda assim, a sobreposição da necessária visão económica ao valor histórico dos bens patrimoniais é objecto de reflexão entre vários autores (Martínez, 2000:106; Morais, 2010:7). Esta reflexão assenta numa observação de uma excessiva pressão da indústria turística sobre os bens patrimoniais, procurando a sua transformação em produtos mais ou menos comerciais e comercializáveis, resultando, em casos extremos, na corrupção do inato sentido do património cultural (Hernández e Tresserras, 2001: 25). Para citar apenas um exemplo, refiro a área arqueológica de *Tajin*, no México, onde se realiza anualmente uma festa durante o equinócio da Primavera, que tem como consequência o aumento muito significativo do número de visitantes nessa época do ano (Zuñiga, 2014: 155). Devido à pressão que esta festa exerce sobre os vestígios arqueológicos, a sua preservação e a transmissão dos seus conteúdos fica ameaçada (Zuñiga, 2014: 170). É neste tipo de situações que as preocupações com uso sustentável do património surgem, expressas com mais acuidade nos países desenvolvidos, onde se procura evitar o uso descontrolado do turismo, frequentemente associado à falta de planeamento e de estratégia patrimonial (Hernández e Tresserras, 2001: 156-157).

No caso específico do património arqueológico *in situ*, a noção de Turismo Cultural surge frequentemente aliada à transformação de um sítio arqueológico num ponto visitável pela comunidade. Esta modalidade, segundo Olga Matos, não só tem a vantagem de manter o património completamente contextualizado, como também contesta a “beatificação” de objectos que ocorre frequentemente na museologia tradicional (Matos, 2008: 36). Sendo este um dos fortes motivos para o presente trabalho incidir nos sítios arqueológicos, é também aqui que se ligam os sítios à sua valorização, pois esta prevê a articulação entre o valor cultural e o valor económico deste património.

3.2.1. O Turismo Cultural e o Património Arqueológico como motores do desenvolvimento:

Uma vez que o Turismo Cultural, enquanto prática, representa uma das formas de diversificação da oferta turística, o seu papel em meios não urbanos, muitas vezes desfavorecidos, pode ser relevante. Aqui, constitui-se como potencial estímulo utilizando um conjunto alargado de recursos culturais existentes em zonas onde os tradicionais recursos turísticos são escassos. Nestas situações o património arqueológico adquire importância pela sua localização e por outras condições ligadas, por exemplo, à sua preservação e conservação (Richards, 2000: 81; Carvalho e Fernandes, 2012: 30-32). Veja-se por exemplo o caso de Mérida em Espanha no qual o património romano adquire extrema importância no contexto socioeconómico da cidade.

Tendo em conta estas oportunidades, as zonas rurais isoladas, e mesmo os centros históricos em degradação (não analisados nesta dissertação) têm a possibilidade de se converter em zonas de atractividade assente numa procura cultural, fomentando simultaneamente o desenvolvimento económico e social dessas regiões (Carvalho & Fernandes, 2012: 29). Neste tipo de região¹⁹ predomina uma relação mais intensa entre a comunidade e o seu património (Hernández e Tresserras, 2001: 167), sendo aquela, agente interessado e muitas vezes activo na gestão e protecção dos seus bens culturais. Este facto torna indispensável uma visão estratégica e um planeamento sustentável do aproveitamento turístico do património cultural, na busca de uma simbiose positiva entre as comunidades, o seu desenvolvimento e a sua identidade cultural, e a sua capacidade de atrair visitantes (Carvalho, 2009: 485). Ainda assim, este processo não é isento de desafios e é necessário ter em conta a falta de aceitação do património cultural enquanto produto, bem como a dificuldade que as iniciativas locais têm em assegurar o desenvolvimento a partir do património (Morais, 2010: 8).

Pertencendo à mesma esfera, é plausível que o “turismo arqueológico” se defina segundo uma lógica semelhante à do turismo cultural, que se traduz na adaptação de activos arqueológicos em elementos turísticos, com uma visão ampla da oferta e procura turística de âmbito cultural, sem que este perca a sua identidade.

De acordo com esta ideia existem várias formas de explorar turisticamente o património arqueológico, onde se podem destacar: rotas temáticas, recreações históricas, apresentações da

¹⁹ São regiões localizadas na zona interior do país, mais isoladas e com um menor número de recursos e actividades à disposição.

gastronomia antiga, conversão de património arqueológico em estruturas para receber e acomodar visitantes (como por exemplo hotéis), promoção de formas artísticas antigas nos sítios (por exemplo teatro), comemoração de determinados acontecimentos históricos, utilização da arqueologia industrial para explicar o funcionamento de estruturas recentes dessa actividade (como por exemplo na indústria mineira), participação em escavações arqueológicas, entre outras situações que dinamizam o património arqueológico, e que promovem a sua vertente turística (Veloso e Cavalcanti, 2007: 159). Para além destes formatos, o património arqueológico pode ainda ser apresentado sob a forma de parques arqueológicos, com o exemplo em Portugal do Parque Arqueológico do Vale do Côa, que se caracterizam pela presença de elementos arqueológicos numa zona alargada e em consonância com a unidade territorial, e parques culturais onde vários elementos de património cultural estão presentes (Veloso e Cavalcanti, 2007: 162-163).

Por fim é necessário salientar que os conceitos de património cultural e turismo cultural se relacionam entre si, e ainda com o conceito de valorização do património cultural outro conceito central à análise. A valorização do património arqueológico é particularmente importante, pois praticamente só desta forma é possível que o património arqueológico se converta num bem turístico e transmita mais eficazmente os seus conteúdos à sociedade, e mantenha a sua característica de potenciador de memórias colectivas e de manter vivo um determinado passado conjunto.

3.3. Valorização do Património Arqueológico:

A valorização do Património Arqueológico, conceito central desta dissertação, reflecte a concessão de valor (ou mais valor) ao bem patrimonial, ainda que a definição conceptual desta atribuição de valor não seja assim tão clara. Pressupõe, enquanto ponto de partida conceptual, que valorizar património arqueológico, implica uma capacidade de transmissão de conhecimento histórico, que, para ser apreendido, necessita de ser explicado. Esta complexidade deriva da aplicação dos modelos e estratégias quando se trata de valorizar o património de acordo com as suas características patrimoniais e as características da sua envolvente.

Admite-se que, actualmente, o património cultural é multifacetado em relação à sua cadeia de valores. Vários autores, como Françoise Choay ou Josep Ballart, e outros que os precedem, defendem este parecer e indigam frequentemente valores distintos que, com designações

diferentes entre os autores, traduzem a capacidade do património ter o valor económico, social cultural, entre outros (Hernández, et al., 1996: 216; Choay, 2000: 98-99). É destes valores que a valorização patrimonial se ocupa, das formas que em seguida serão discutidas.

3.3.1. A abordagem teórica à valorização do património arqueológico:

Em primeiro lugar deve ser destacado que a abordagem à valorização do património arqueológico aqui expressa se centra num modelo em que o sítio arqueológico é visitável. Por isso as ideias aqui expressas estarão sempre relacionadas com este modelo particular, ainda que se reconheça a existência de valorização de outros exemplos de património arqueológico.

Dito isto, a valorização do património arqueológico pode ser vista como uma manifestação de acções contínuas que potenciam constantemente o bem patrimonial. Segundo Lino Tavares Dias “a investigação com escavação arqueológica, o trabalho laboratorial a conservação e manutenção, (...) o restauro, a reconstrução, a apresentação *in situ*, a musealização o acolhimento a públicos e a divulgação” constituem as acções características de valorização como um processo (Dias, 2003:59).

Porém, segundo Olga Matos, o valor do património arqueológico é inato, o que significa que valorizar património arqueológico é paradoxal, pois apenas se pode aumentá-lo. De acordo com a autora, a valorização de sítios arqueológicos exprime-se num conjunto de acções que pretende o enaltecimento do seu valor inerente, através de boas práticas (Matos, 2008: 31-32). Essa valência natural deve ser sempre prioritária pois, segundo Olga Matos e a maioria dos autores, o conhecimento do significado histórico e a sua explicação são a origem de todo o tipo de valor que pode ser acrescentado (Matos, 2008: 34).

Não obstante para outros autores, como Luís Fernandes Morais, o conceito de valorização do património adquire diferentes contornos, mesmo mantendo o valor cultural no mais elevado grau de importância, uma vez que admite que “a valorização acrescenta valor ao objecto em função das componentes da procura”. Isto significa que não ocorre apenas a valorização das características inatas do património, mas que a mesma fomenta o surgimento de novas características nesse mesmo património (Morais, 2010: 2).

Apesar da pertinente visão de Olga Matos que realça o papel do valor cultural intrínseco ao património arqueológico, há que enquadrar as múltiplas intervenções de valorização não apenas como enaltecimento do valor cultural do património arqueológico. Julgamos por isso que, muitas actividades de valorização, mesmo as de menor dimensão, criam (ou podem criar) novos valores para o património arqueológico, seguindo a proposta de Luís Fernandes Morais,

nos segmentos social e económico, para além do cultural (Morais, 2010: 2-3). Perspectiva que aliás se aproxima da defendida por Lino Tavares Dias, e que coloca a responsabilidade nas acções de valorização de património, pois os valores sociais e económicos dependem das ópticas e dos actos dos que intervêm no património (Manzini, 2011: 35).

3.3.2 A escavação arqueológica enquanto primeira prática de valorização do sítio:

Segundo Lino Tavares Dias o processo de valorização é iniciado com a acção de escavação e consequente estudo de material de um sítio arqueológico (Dias, 2003, p. 59). Nesta linha de pensamento, até mesmo as escavações “de emergência”, incorrem numa valorização do ponto de vista científico, apesar da destruição que uma escavação necessariamente causa (Alarcão, 1994: 282).

No entanto, se é lícito admitir que uma escavação (mesmo de emergência) valoriza o património arqueológico do ponto de vista científico, papel que é fundamental, é mais difícil argumentar o mesmo em relação à perspectiva social e económica. Uma vez que, este necessário momento de investigação, raramente produz benefícios directos para a sociedade e para a economia, ainda que os mesmos sejam possibilitados por essas acções (Alarcão, 1994: 282).

Existem contudo escavações que estão abertas à visita de turistas, e à generalidade dos interessados, por vezes sob a forma de visitas organizadas. Esta situação é uma excepção, pois permite que uma escavação produza mais do que o conhecimento científico e o seu valor, surgindo directamente o valor social, pela ligação estabelecida entre a comunidade e o sítio. Nestes casos o valor económico raramente está presente pois estas visitas geralmente não têm um custo para o visitante, nem fomentam o desenvolvimento de outras actividades económicas adjacentes (Lasagabáster, 2006:135; Arroita, et al., 2007: 96). No entanto, e mesmo nestas situações em que se pode considerar a existência de estratégias de valorização, não podem ser comparadas à valorização que é feita seguindo um projecto, onde os vestígios arqueológicos são objecto de acções concretas orientadas para determinados fins com conjunto específicos de objectivos. É por este motivo que a valorização do património arqueológico que é feita no âmbito da escavação arqueológica deve ser matizada, pois não está sujeita ao conjunto de acções associadas ao planeamento de uma estratégia de valorização.

3.3.2. Quando deve o património ser valorizado:

Decidir em que situação um sítio arqueológico merece ser valorizado, mesmo que não seja muito evidente, é uma das primeiras acções de valorização pois determina de modo fundamentado qual o potencial de um sítio para adquirir valor (Jorge, 2000: 7).

Perante a dúvida de quando deve o património ser valorizado, os factores estéticos e culturais são de suma importância, tanto no contexto nacional quanto internacional (Velooso & Cavalcanti, 2007: 157), assim como o conjunto de informação histórica válida que deve ser o ponto de partida (Matos, 2008: 34). De uma perspectiva estética, os sítios arqueológicos com um carácter monumental e de dimensão considerável são mais facilmente candidatos a planos de valorização que os tornem visitáveis e inteligíveis (Matos, 2008: 34-35; Morais, 2010: 9-10).

Igrejas, mosteiros, palácios e outros, são mais frequentemente procurados pelo turista, que procura na monumentalidade e história elementos com os quais facilmente se relaciona (Carvalho e Fernandes, 2012: 28). Não obstante, as características estéticas de um sítio não são as únicas ponderadas na decisão de o valorizar, uma vez que existe um processo de selecção onde outras componentes são também avaliadas (Morais, 2010: 4).

Por exemplo, o facto de um sítio poder ser considerado único, ou extremamente raro, constitui um outro indício da viabilidade para valorizar esse património. Ainda assim factores como uma maior disponibilidade de recursos financeiros, uma ligação mais forte entre a população e o sítio, os valores paisagísticos, e as próprias actividades desenvolvidas em redor do mesmo, têm também influência na escolha para a valorização (Barata, 1994: 271-272; Matos, 2008: 35). Apesar destas directrizes, a selecção dos sítios para valorização é difícil e permanece dependente da existência, e apropriada conjugação, de factores complexos, muitos dos quais não objectivos ou quantificáveis (Barata, 1994: 271), pelo que nos parece que seleccionar património para ser valorizado estará sempre dependente de uma análise pormenorizada do objecto que se pretende valorizar e dos factores externos que podem intervir nesse processo.

3.4. Práticas de valorização de sítios arqueológicos:

Tendo em vista o que foi enunciado em relação à escavação arqueológica, a valorização do património arqueológico inicia-se com a identificação e classificação do mesmo (Alarcão, 1994: 270-272; Matos, 2008: 34-35). A classificação dos sítios arqueológicos serve dois

propósitos: em primeiro lugar reconhecer institucionalmente o valor cultural do sítio arqueológico; e depois conferir uma protecção legal impedindo a sua destruição (Matos, 2008: 35).

Ainda que a investigação da globalidade dos sítios arqueológicos descobertos seja um objectivo para a comunidade científica, nem todos os sítios têm a capacidade de serem conservados e valorizados (Barata, 1994: 268; Méndes, 2000: 21; Matos, 2008: 34). Pois, competências mínimas como por exemplo o valor estético ou o monumental, ou o estado de conservação podem não estar presentes e inviabilizar a aplicação de uma estratégia de valorização (Alarcão, 1994: 281-282; Morais, 2010: 9).

A questão central passa assim a ser: Porquê, ou quando valorizar um sítio arqueológico? Quais as acções a desenvolver para que determinado sítio arqueológico seja eficazmente valorizado? De acordo com uma lógica estratégica, são estas e outras questões pontuais, que traçam a valorização que se pretende implementar num determinado sítio (Barata, 1994: 265-267).

Após a definição de quais os sítios arqueológicos onde será implementado um plano de valorização, é de suma importância perceber quais as melhores práticas a aplicar em cada caso, bem como os elementos que se conjugam para uma acção eficaz valorização, isto é, desenhar um plano de valorização. Deste modo, e de uma forma sucinta, o processo de valorização de um sítio arqueológico deve ser constituído por um estudo do sítio e classificação do mesmo tendo em vista a sua protecção e conservação, uma estratégia de interpretação adaptada a cada sítio, bem como planos de restauro, manutenção, comunicação, divulgação, educação do património arqueológico, e ainda os “meios logísticos necessários para acolhimento de visitantes” (Matos, 2008: 36).

3.4.1. Interpretação do Património:

Elemento indispensável na valorização do património e que se relaciona com o significado, a interpretação do património é vista como um exercício de selecção da informação capaz de aumentar o potencial do bem patrimonial a ser transmitida a quem dele usufrui, de modo a estabelecer uma relação significativa com o bem cultural e alertar para as acções a ter em relação à sua salvaguarda, ao mesmo tempo que incute o desejo de adquirir mais conhecimento (Hernández e Tresserras, 2001: 175-177; Tilden, 1977: 8-9). Sem esta capacidade de articular correspondências entre o passado e o nosso quotidiano, as ruínas

arqueológicas transmitem nada mais para além da simples prova de presença humana noutro tempo (Matos, 2008: 36).

A partir do estudo do sítio arqueológico os vários profissionais envolvidos são chamados a definir uma estratégia, capaz de promover a compreensão do sítio enquanto testemunho do passado (Matos, 2008: 36), estabelecendo uma relação de significância, que se traduz em melhor proteger o passado compreendendo-o na sua riqueza (Hernández, et al., 1996: 220-221).

Como auxiliares da interpretação há um conjunto de metodologias que podem ser utilizadas das quais se destacam: sinalética interpretativa; percursos de interpretação, que são itinerários sugeridos para que se percorram os sítios arqueológicos de forma lógica, compreensível e segura; acções de interpretação que podem ser vistas como necessárias à valorização de um sítio arqueológico (Matos, 2008: 39). Acrescentam-se ainda as visitas guiadas com profissionais do património como acções de interpretação, que constituem uma mais-valia do ponto de vista da experiência do visitante e da transmissão das mensagens históricas (Matos, 2008: 38).

Resta ainda salientar a ligação às técnicas de “reutilização e reconstituição” do património, sendo a reconstituição mais frequente em sítios arqueológicos uma vez que facilitam a compreensão dos vestígios arqueológicos, muitas vezes em ruínas. Não obstante salientamos que as reconstituições feitas em sítios arqueológicos são frequentemente polémicas, e têm de ser pensadas de modo a não corromper valores patrimoniais em prol do interesse turístico²⁰ (Barata, 1994: 269; Matos, 2008: 37-38). Note-se por exemplo o caso do sítio de Sagunto, onde se considerou que as reconstituições corromperam o património arqueológico aí presente (Almagro, 1993: 325; Hernández e Tresserras, 2001: 143).

3.4.2. Comunicação e Divulgação do Património Arqueológico:

Outro aspecto operacional para a valorização de sítios arqueológicos é a forma de comunicar.

É necessário definir cuidadosamente a informação a transmitir ao público, torná-la apelativa de modo a fomentar a relação entre o visitante e o sítio, e adaptar o discurso histórico e a explicação do sítio aos públicos do sítio (Matos, 2008: 40; Valera, 2005: 220). Para além disso, é também necessária uma “segmentação” do discurso para que se adapte a

²⁰ De modo a respeitar o que foi estipulado nos artigos 4 e 5 da Carta de La Valetta (1992), e de acordo com os objectivos 3 e 4 da Carta de Cracóvia de 2000, que se ocupou dos princípios para a Conservação e Restauro do Património Construído.

contextos diferentes que possam surgir. Por exemplo, é espectável que a comunicação de um guia para um grupo de especialistas faça uso da linguagem técnica e mais específica, quando comparada com a destinada ao público não especialista (Matos, 2008: 41).

Esta alteração do discurso em função do destinatário não deve no entanto ser relacionada com uma simplificação excessiva dos conteúdos que se pretendem transmitir. Do mesmo modo que uma comunicação demasiado técnica torna o discurso fechado e inteligível para apenas um número reduzido de indivíduos, uma comunicação demasiado simplista não acrescenta valor cultural para aqueles que procuram satisfazer esse desejo (Raposo, 1999: 55; Valera, 2005: 221). Julgo importante destacar esta ideia, porque a simplificação excessiva não só desvirtua o sítio arqueológico, como tende a tornar mais baixo o grau de exigência de conhecimento. Esta situação pode levar a que o sítio não transmita informação relevante para quem o visita, e até a que o visitante se sinta intelectualmente desrespeitado, devendo por isso haver uma solução intermédia, onde a comunicação se ajuste em função dos públicos (Valera, 2005: 221).

Para além da necessária adaptação do discurso à percepção do grande público, a explicação do sítio arqueológico em idioma estrangeiro representa uma importante vantagem competitiva, senão mesmo uma exigência (Matos, 2008: 40-41). Desta forma a comunicação (em painéis informativos, folhetos ou através de um guia), assim como a divulgação noutras línguas é indispensável²¹.

A divulgação externa dos sítios arqueológicos ao público constitui outro dos eixos fundamentais no desenvolvimento de acções de valorização do património, uma vez que “não se protege/visita aquilo que não se conhece”. Deste modo, a divulgação do património através de uma mensagem correcta e concisa, e de imagens que apelem à sensibilidade estética e cultural do potencial visitante, são as principais formas de divulgar e comunicar o património arqueológico (Matos, 2008: 41).

Como tal, para divulgar o património existem vários meios, entre eles, os formatos usuais como a generalidade dos meios de comunicação social, a divulgação através de *posters*, *outdoors*, ou suportes de semelhante natureza, e ainda a divulgação que ocorre em conversas informais que apesar de não ser contabilizada, terá também o seu papel na divulgação do sítio arqueológico, e que pode até ter um impacto mais significativo do que aquele que seria de

²¹ Inglês será o idioma indispensável, ainda que a possibilidade de comunicar em espanhol e francês possa ser uma mais-valia relevante no mercado do turismo cultural.

esperar, devido à influência que uma boa crítica pode ter no momento da escolha de um determinado local ou serviço.

Para além destas formas de comunicação, destaca-se a utilização das TIC²² que é na actualidade, uma exigência (Matos, 2008: 41). Na actualidade talvez este seja o meio mais relevante, não só pelo número de pessoas que alcança, mas também devido às várias aplicações que tem e que podem ajudar a diversificar a oferta no âmbito patrimonial. Por exemplo, em determinadas situações, poderá possibilitar visitas virtuais ao sítio (Carvalho e Fernandes, 2012: 12; Silva, 2014: 34), ainda que as reconstruções virtuais de sítios arqueológicos sirvam frequentemente propósitos académicos (Silva, 2014: 34).

3.4.3. Manutenção, acessibilidade e sinalização:

Para viabilizar uma estratégia de valorização de sucesso é necessário garantir que o sítio é acessível, comportando uma sinalização adequada em que os acessos devem possibilitar a pessoas com mobilidade reduzida o usufruto do espaço (Matos, 2008: 42).

Existem ainda os aspectos da manutenção necessária para o funcionamento do sítio como as acções de restauro e de conservação, com vista à preservação do património sem que este seja alterado para lá daquilo que é a sua identidade (Alarcão, 1994: 284; Raposo, 2003: 160), para além da manutenção de todas as estruturas que se relacionam com a valorização, como por exemplo centros interpretativos, centro de acolhimento a visitantes, entre outros. Desta forma, é imperativo manter os painéis informativos, a sinalização e os percursos em bom estado, assim como as estruturas de apoio e recepção aos visitantes, e os outros serviços conectados ao sítio arqueológico (Matos, 2008: 44).

3.4.4. Animação:

Por fim, devo destacar duas práticas por vezes utilizadas na valorização do património arqueológico, que visam essencialmente aumentar o dinamismo do mesmo. Refiro-me à animação do património arqueológico e às reconstituições históricas.

Actividades de animação do património consistem em actividades com o propósito de dinamizar o sítio arqueológico e a sua oferta, que promovem o carácter pluridisciplinar conotado com os sítios arqueológicos (Barata, 1994: 269). Para além disto são também

²² Tecnologias da Informação e Comunicação.

formas de diversificar e de potenciar os rendimentos do património arqueológico (Hernández e Tresserras, 2001: 127).

Estas actividades pertencem frequentemente ao foro artístico, ou lúdico como por exemplo a encenação de peças de teatro (clássico) no Teatro Romano de Lisboa, ou nas Ruínas Romanas de Tróia, como momentos de música ao vivo em pleno sítio arqueológico, como os *sunsets* que decorreram ao longo do mês de Agosto de 2016, ou até mesmo festas temáticas realizadas em sítios arqueológicos como o mercado romano de Tróia, ou de Alter do Chão.

Apesar dos benefícios da animação para o património arqueológico, esta deve ser acautelada de modo a não comprometer a apresentação do sítio do ponto de vista cultural e científico (Barata, 1994: 269). Situações como as descritas no equinócio de Primavera no complexo arqueológico de *Tajin* são provavelmente, exemplos de uma animação que se sobrepõe ao valor cultural, isto é, o seu valor de identificação (Zuñiga, 2014: 155-170).

As recriações históricas são também formas de dinamizar o património arqueológico e poderão até ser consideradas um tipo muito específico de animação. Na sua essência, são acções que pretendem recriar os elementos históricos da maneira mais fiel possível àquilo que foi a sua realidade tentando fazer uma aproximação muito realista ao passado (Raposo, 1999: 55). Segundo Luís Raposo, estas acções podem desencadear um sentimento de “viagem no tempo” que descontextualiza o passado (Raposo, 1999: 66), mas é, mesmo assim, uma forma eficaz de suscitar sentimentos nos visitantes, devendo ser usadas com moderação de modo a que os valores históricos sejam preservados, e não se procure um “hiper-realismo” na reconstituição do passado (Raposo, 1999: 66).

Como foi exposto, é possível planificar um conjunto de acções genéricas que indiciam práticas eficazes de valorização cultural, social e económica do património arqueológico. Uma boa gestão da interpretação, comunicação e divulgação, da acessibilidade e da manutenção das formas de fruir do sítio arqueológico conduzirá mais facilmente à sua valorização eficaz. Tendo em conta a diversidade das tarefas mencionadas, a presença de uma equipa profissionalmente multifacetada traduz-se muitas vezes numa mais-valia para a gestão do sítio arqueológico (Matos, 2008: 40).

Olhar para o sítio como parte integrante de uma realidade territorial mais vasta trará ainda mais benefícios para a salvaguarda desse bem patrimonial, através de uma ligação a outros sítios relacionados do ponto de vista cronológico ou funcional, por exemplo, numa óptica roteirista, de modo a promover não só um sítio mas toda uma região associada ou um determinado contexto histórico (Matos, 2008: 44; Carvalho, 2011/2012: 13-14; Figueira,

2013: 53-54). Este tipo de acções em que se promovem itinerários regionais, redes temáticas, rotas ou percursos/circuitos fechados alcançam mais frequentemente o êxito do ponto de vista social e económico, do que uma oferta cultural isolada, uma vez que conjuga frequentemente vários tipos de produtos culturais (Figueira, 2013: 21-23). Esta diversificação dos modelos de oferta passa também pela associação do património arqueológico com actividades do tipo gastronómico, ou das artes do espectáculo, e do diálogo multidisciplinar que se consiga efectuar (Morais, 2010: 9; Carvalho, 2011/2012: 10-11).

Por fim a auto-sustentabilidade não só do património mas também do investimento realizado, representa um dos principais objectivos de qualquer estratégia de valorização (Richards, 2000: 80-81; Carvalho e Fernandes, 2012: 30). Porém, devo reforçar que a valorização de sítios arqueológicos é um processo integrado e carece de linhas de acção específicas e muito pragmáticas para que o conhecimento possa chegar à sociedade. Isto significa que cada sítio arqueológico é único e detém um carácter próprio, como tal o projecto de valorização tem de se adaptar ao local, procurando aproveitar os pontos fortes, e colmatar da melhor forma as suas fraquezas. Desta forma dificilmente se poderá aplicar um modelo universal para uma boa valorização de sítios arqueológicos (Carvalho e Fernandes, 2012: 29) embora seja consensual a aplicação de um conjunto de boas práticas tendentes a esse efeito. Neste sentido, o desenho e a aplicação de planos de interpretação, de comunicação e de divulgação realistas; a capacidade do sítio ser acessível ao maior número possível de pessoas; de estar pronto para receber visitantes do ponto de vista da sua manutenção; e de oferecer algum dinamismo na apresentação do património podem ser considerados o conjunto de boas práticas que contribuem para que a valorização tenha um resultado positivo.

4. OS SÍTIOS ROMANOS DO ALENTEJO

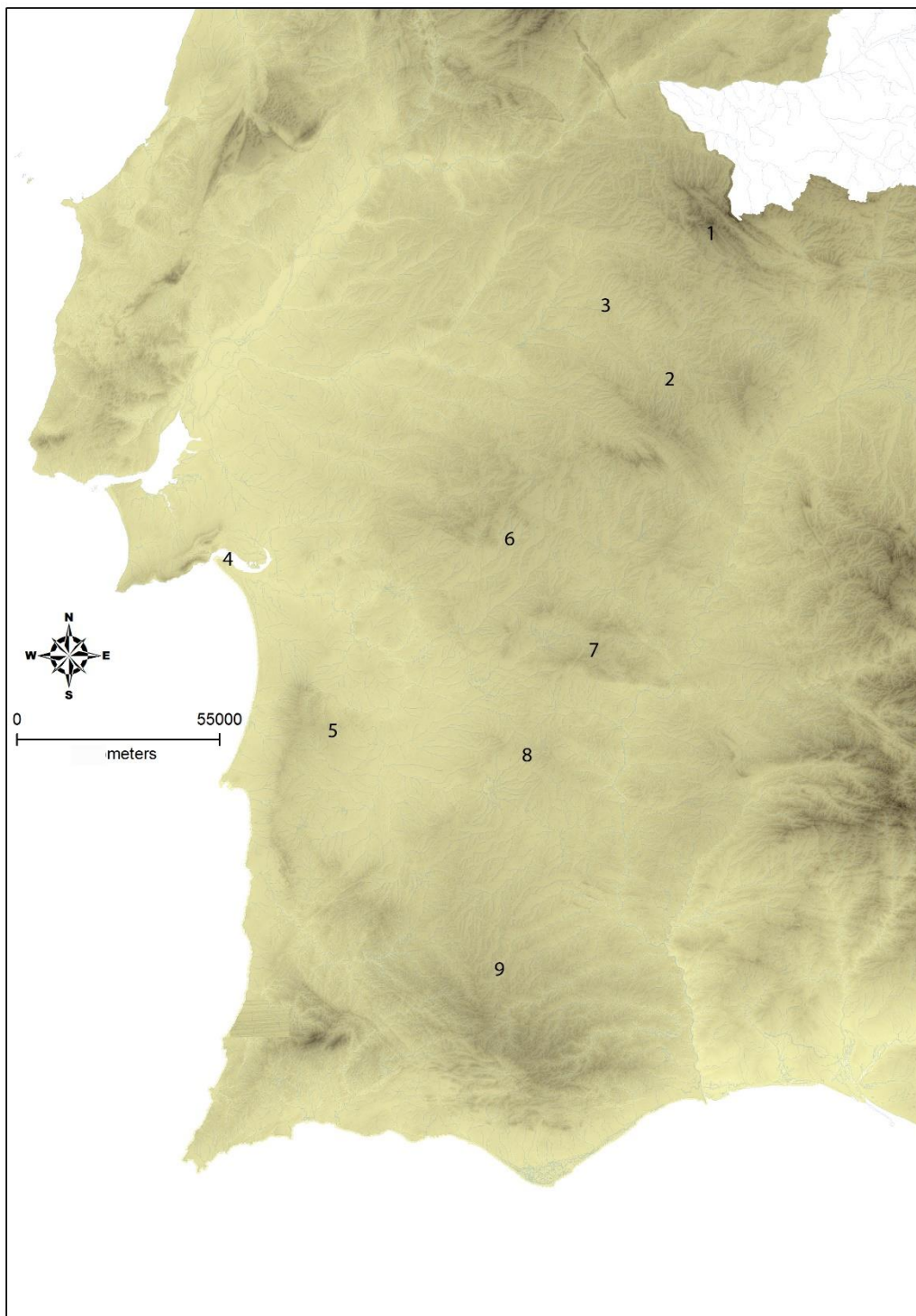


Figura 1.4. - Localização aproximada dos casos de estudo:
Legenda: 1- *Ammaia*; 2- Torre de Palma; 3- Alter do Chão; 4- Tróia; 5- Miróbriga; 6- Tourega; 7- São Cucufate; 8- Pisões; 9- Mesas do Castelinho.

A revisão conceptual efectuada no primeiro capítulo deste trabalho ilustra a complexidade inerente à valorização do património arqueológico. Esta depende de vários factores, e muitos deles alteram-se mediante o contexto específico. Isto significa que não há uma resposta universal quanto à gestão de sítios arqueológicos para uma boa valorização; existem sim indicações do que são consideradas boas práticas de valorização e gestão através de apurados estudos e experiências profissionais.

Este é o motivo pelo qual é relevante fazer uma análise sítio a sítio que examine um conjunto relativamente extenso de questões. Só deste modo é possível traçar um quadro analítico que indique o “estado da arte” da valorização de sítios arqueológicos romanos no território alentejano.

Não obstante seria desadequado prosseguir sem que estes sítios fossem sumariamente apresentados e a sua importância revelada do ponto de vista patrimonial e histórico, aspectos nos quais reside o seu principal valor. Estas descrições cumprem essencialmente o objectivo de apresentar os valores dos sítios arqueológicos, de modo a que se possa melhor perceber a realidade aqui estudada, assim como o método através do qual cada um é valorizado. Deste modo, as descrições dos sítios reflectem o conhecimento histórico acerca do sítio, e caracterizam a sua fruição do ponto de vista de um visitante.

4.1. O Alentejo Romano:

Antes da abordagem directa aos sítios arqueológicos, é imperativa a sua contextualização, através de uma nota introdutória que explique sucintamente as lógicas de implantação no Alentejo Romano. Devido ao longo período de ocupação romana no Alentejo, e à consequente sociedade em transformação e complexificação apresenta-se uma visão sintetizada dessa implantação.

Ainda que a presença romana na Península Ibérica remonte aos conflitos púnicos do século III a.C. (Fabião, 1992: 206-211), tornar-se-á mais evidente ao longo da primeira metade do século II a.C e meados desse mesmo século, no período em que deflagrou a Guerra Lusitana (155-138 a.C.) que terminou com a vitória romana (Fabião, 1992: 212). No final deste confronto a presença romana no Algarve e Alentejo estaria já relativamente bem consolidada, uma vez que 138 a.C. marca também o início da campanha de Décio Júnio Bruto para norte (Fabião, 1992: 217).

No estado actual dos conhecimentos não é possível apontar um momento fundacional concreto da presença romana organizada (sob o ponto de vista administrativo) no Alentejo. Porém, e mesmo com carência de informação, essa implantação poderá ter correspondido à presença de espaços que Leite Vasconcelos apelidou de “fortins”, designação que outros investigadores seguiram (Alarcão, 2002: 109). Os fortins conhecidos no território alentejano remontam à segunda metade do século I a.C., ainda que isto não esteja inteiramente comprovado, período em que ainda se faria sentir alguma instabilidade na esteira das guerras civis romanas (Mataloto, 2002: 195). Estes foram muitas vezes interpretados como os antecedentes das estruturas de exploração agrícola romana; não obstante, essa hipótese é contestada devido à ausência de solos férteis nos locais de implantação destes sítios, à sua natureza parcialmente defensiva e ao posicionamento estratégico da sua implantação numa linha entre a exploração mineira de Aljustrel e as proximidades do Guadiana (Alarcão, 2002: 110; Fabião, 1992: 268). Na verdade, através de trabalhos mais recentes, registaram-se muitos destes sítios ao longo Guadiana e dos seus afluentes, onde a exploração mineira seria também relevante para a escolha da sua localização (Mataloto, 2002: 194-195).

Assim é possível que estes locais tenham servido o propósito de controlo deste território e das actividades mineiras (Mataloto, 2002: 194), funções que se distanciam das posteriores *villae* (Mataloto, 2002: 211). A instabilidade que se faria sentir e que putativamente motivou as características defensivas dos fortins, terá sido dissolvida com a entrada posterior do aparelho administrativo romano, com a fundação de *Liberitas Iulia Ebora* e de *Pax Iulia* (Mataloto, 2002: 195). Os fortins são assim diferentes dos “recintos-torre” que parecem possuir funções de “*villae* fortificadas”, as quais poderão ter antecedido as *villae* alentejanas. Dado que é no entanto hipotético, pois há um maior grau de desconhecimento acerca destes sítios quando se compara com as informações dos fortins (Mataloto, 2002: 211).

A partir da fundação das primeiras cidades romanas e do abandono dos fortins neste território surgiram as *villae*²³ (Mataloto, 2002: 195), cuja fundação corresponderá na maior parte dos casos ao século I d.C. (Fabião, 1992: 271), que apesar de serem das formas mais icónicas da ocupação romana no Alentejo (Carneiro, 2014: 144), não terão sido, muito provavelmente, as unidades mais frequentes (Carneiro, 2014: 89) havendo ainda muita investigação por fazer.

²³ *Villa* pode ser entendida como uma residência senhorial em meio rural, onde o proprietário podia usufruir de várias comodidades como termas para atenuar o facto de aí residir, e ainda com tudo o que fosse necessário para a exploração agrícola (Fabião, 1992: 269).

As *villae* que se estabeleceram no Alto Alentejo corresponderam assim a um modelo, não exclusivo desta região, e que privilegiaria um modo de vida não urbano sem que isso significasse falta de conforto (Carneiro, 2014: 90). Assim, uma boa exposição solar, bons solos para as actividades agrícolas, a proximidade às vias de comunicação e o relevo da implantação, relacionado com a vista que se teria para a propriedade, e outros factores, seriam pontos fundamentais para a escolha do estabelecimento de uma *villa* (Carneiro, 2014: 147-151), uma vez que a se tratam de sítios onde a exploração agrícola era de grande relevância (Fabião, 1992: 269).

Para além das *villae* estabeleceram-se também cidades romanas, que formariam os 8 núcleos do Alentejo romano: *Pax Iulia*, *Ammaia*, *Ebora Liberalitas Iulia*, *Salacia*, *Mirobriga*, *Myrtilis*, *Arucci e Aritium Vetus* seriam as *ciuitates* nesta região, ainda que a localização de *Arucci* e *Aritium Vetus* seja amplamente discutida (Alarcão, 2002: 49). Nos casos de *Pax Iulia*, *Ebora Liberalitas Iulia*, *Salacia*, e *Myrtilis*, há uma correspondência directa bem documentada com as cidades de Beja, Évora, Alcácer do Sal e Mértola respectivamente. Isto significa que a maior parte dos vestígios destas antigas *ciuitates* se encontram soterrados na génese destas cidades contemporâneas (Alarcão, 2002: 49-51).

André Carneiro refere que na região do Alto Alentejo, o que não seria muito diferente do restante Alentejo, o território seria ocupado essencialmente segundo 3 estratégias diferentes: os “territórios centrais”, nas imediações de centros urbanos como *Ammaia* com maior densidade de sítios; os “territórios periféricos” onde se encontram as grandes *villae* mas também uma maior variedade tipológica de sítios; e os “territórios ultra periféricos” que são áreas muito desérticas e onde a presença indígena é mais evidente (Carneiro, 2014: 152-154).

A par destes tipos de ocupação impunham-se também 3 lógicas na organização do povoamento: o “povoamento disperso”, o “povoamento agrupado” e o “povoamento alinhado”, em que o primeiro corresponderia à exploração agro-pecuária associada às *villae*, o segundo à concentração das populações devido a recursos específicos “de elevado valor económico” (Carneiro, 2014: 154) e o povoamento alinhado corresponderia ao denso povoamento em torno das redes viárias onde as populações acabavam por se estabelecer (Carneiro, 2014: 155) e por fomentar a criação de novas vias para servir zonas mais isoladas, mas relevantes para as actividades económicas romanas (Mantas, 2015: 115).

Apesar da evidente presença romana no Alentejo e das lógicas de implementação no território que se impuseram, o povoamento romano no Alentejo é um fenómeno de complexa análise, pelo que seria erróneo “imaginar uma paisagem densa e repleta de unidades de

povoamento clássico (...) integralmente ao modo latino (Carneiro, 2014: 142). Para além disso o conhecimento arqueológico destas realidades não está ainda plenamente satisfeito, devido à ausência de trabalhos, ou de publicações dos mesmos, ainda assim, a presença romana no Alentejo é inegável e as hipóteses apresentadas para a sua ocupação são plausíveis.

4.2. Mesas do Castelinho:

O sítio arqueológico de Mesas do Castelinho está localizado na União das Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, no concelho de Almodôvar, distrito de Beja. A primeira referência feita ao sítio partiu de Leite Vasconcelos no final do século XIX. Apesar da sua importância, só no final dos anos 80 do século XX na sequência de uma grande acção de destruição de património arqueológico em 1986, foi dada atenção ao sítio arqueológico no sentido de o proteger e de o investigar (Fabião, Guerra e Estrela, 2014: 3-4).

Em 1990 o sítio arqueológico é classificado como Imóvel de Interesse Público²⁴ e é implantado um processo, que fora iniciado no ano anterior, assente em três princípios: uma metodologia de escavação adequada, a previsão de conservação e valorização do sítio e a divulgação constante dos resultados do trabalho de campo (Fabião, Guerra, Estrela, 2014: 5 e 8).

Neste projecto, a colaboração da administração local foi sempre fundamental de modo a assegurar toda a logística dos trabalhos arqueológicos (Fabião e Guerra, 2008: 94). A Câmara Municipal de Almodôvar foi essencial ao financiar a construção do centro interpretativo e os salários da equipa técnico-científica e dos trabalhadores, assim como da restante logística (Fabião, Guerra, Estrela, 2014: 9). Pela conjugação destes factores, o projecto adquiriu uma componente social e económica bastante relevante porque sempre ofereceu trabalho remunerado, numa região onde ele não é abundante, fortalecendo os laços entre a população e o sítio arqueológico (Fabião, Guerra, Estrela, 2014: 8).

As escavações que foram desta forma iniciadas, pautadas pelos princípios metodológicos definidos por Barker e Harris²⁵ (Fabião, Guerra, Estrela, 2014: 10), revelaram vários vestígios onde se destacam os momentos de ocupação romana, maioritariamente no período

²⁴ Decreto-Lei 29/90, *Diário da República*, nº 163, 17 -07-1990.

²⁵ Esta metodologia de escavação assenta na escavação por unidades estratigráficas, que se devem compreender como momentos históricos, à semelhança do que ocorre na estratigrafia geológica (Harris, 1989: 19-20).

republicano, e de ocupação islâmica no período omíada. A fundação do povoado recua até ao século V a.C. e revela uma ocupação contínua até ao século II d.C., já dentro do período romano imperial. Nesse momento o sítio é abandonado e só volta a ser ocupado no período omíada entre os séculos IX e XI d.C. (Fabião, Guerra, Estrela, 2014: 23).

Apesar da evidente relevância de todos os dados dos diferentes períodos são “os vestígios mais antigos da fase romana republicana, datados ainda no século II a.C., aqueles que mais notoriedade monumental dão ao sítio” (Fabião, Guerra, Estrela, 2014: 23). Neste momento menos conflituoso foi possível ao povoado desenvolver-se mais do ponto de vista urbano, que deixou as estruturas hoje visíveis (Estrela, 2013: 675). Para além dos vestígios romanos, também a fortificação omíada presente no sítio arqueológico confere um carácter monumental apesar dos danos da destruição em 1986 e da falta de “vestígios evidentes de estruturas coevas” (Fabião, Guerra, Estrela, 2014: 32).

O sítio tem portanto um relevo evidente para o estudo do período romano em Portugal, neste caso em meio rural e algumas considerações acerca da história do sítio podem ser adiantadas. Neste sentido destaca-se de forma clara que Mesas do Castelinho foi um sítio importante em momentos de fragmentação dos poderes centrais, o que ajuda a “melhor entender a pertinência da sua localização” (Fabião e Guerra, 2008: 104-105).

Outro aspecto que se pode concluir através dos estudos feitos está relacionado com a localização do sítio. Esta, aparentemente, remota localização não se deve a uma particular abundância de recursos na região, mas sim ao controlo das vias de passagem naquela região, que foi diminuindo com o aumento da administração romana e o surgimento das principais vias que não faziam a “travessia da Serra do Caldeirão a que Mesas do Castelinho” se associava (Guerra e Fabião, 2010: 485-486). Assim, é o início da Roma imperial e da sua administração, que causa o abandono do sítio no século II d.C. (Fabião, Guerra, Estrela, 2014: 55).

A última fase de ocupação, como já foi referido, pertenceu ao período islâmico, omíada, e regista uma pequena fortificação alcantilada na zona mais elevada do sítio, e um “núcleo rural na plataforma inferior do sítio”. Esta fase de ocupação terminou no século XI d.C., devido a instabilidade dentro do mundo islâmico durante o período das primeiras taifas, resultando no abandono permanente do sítio (Fabião, Guerra, Estrela, 2014: 56).

4.3. Miróbriga:

Apesar de não ser um dado adquirido, assume-se a identificação da antiga cidade romana de Miróbriga com o actual sítio arqueológico de Miróbriga (Quaresma, 2003: 13). No entanto não deixo de destacar a existência de dúvidas entre especialistas sobre a atribuição do topónimo Miróbriga ao sítio arqueológico conhecido por Chãos Salgados ou Castelo Velho (Quaresma, 2003: 13; Quaresma, 2012: 4).

Localizado no distrito de Setúbal, Concelho de Santiago do Cacém e na União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, o sítio arqueológico de Miróbriga implanta-se na zona ocidental das serras da Lousa e Grândola. No período de ocupação romana, e mais especificamente no tempo de Plínio, o Velho²⁶, este território corresponderia a um dos “*oppida memorabilia*” (cidades famosas)²⁷ no *Conventus Pacensis*²⁸, (Alarcão, 2002: 58) que fazia parte da província *Lusitania*²⁹.

Mencionado desde o século XVI por André de Resende, o sítio arqueológico de Miróbriga é desde há muito conhecido, tendo mesmo sido iniciadas escavações por D. Frei Manuel do Cenáculo por volta de 1800 (Barata, 1998: 22-23). Já durante o século XX destacam-se as descrições de Leite Vasconcelos em 1914, as escavações de Cruz e Silva entre 1922 e 1948 (Barata, 1998: 25), as intervenções de Fernando de Almeida nos anos 60 (Quaresma, 2014b: 126), e as intervenções da equipa luso-americana nos anos 80, que publicou a primeira monografia do sítio “com tratamento estratigráfico” (Quaresma, 2003: 13).

Por fim, as intervenções de Filomena Barata na década de 90 do século XX são de suma importância, tanto pelas escavações realizadas, como pelas acções de conservação e restauro da ponte romana em 1998 e pelas acções que conduziram à edificação do centro interpretativo e valorização do sítio arqueológico (Quaresma, 2014b: 125; Barata, 1998:26). Já no século XXI o sítio arqueológico tem sido escavado com relativa continuidade, e tem sido alvo da

²⁶ Que corresponderá sensivelmente ao segundo e terceiro quartel do século I d.C.. Plínio o Velho é uma das principais fontes para estudar a Península Ibérica romana, em grande parte devido à sua obra *História Natural* (Roberts, 2005: 581-582).

²⁷ Plínio, o Velho, Livro IV, 116,117, traduzido por M. A. H. Rackham, 1961, Harvard, Harvard University Press, p. 208.

²⁸ O *Conventus Pacensis* constituía uma das divisões administrativas da província *Lusitania*, criadas durante o governo do imperador Vespasiano (Alarcão, 2002: 58).

²⁹ Uma das 3 províncias que dividia administrativamente o território da península Ibérica (Plínio, o Velho, Livro IV, 117, traduzido por M. A. H. Rackham, 1961, Harvard, Harvard University Press, p. 208) no tempo do imperador Vespasiano (Alarcão, 2002: 58).

publicação de artigos e redacção de teses, em concomitância com um projecto de valorização do sítio arqueológico em crescimento.

A origem do povoado pode remontar ao final da Idade do Bronze, no entanto os materiais que melhor permitem datar a sua ocupação apontam para uma continuidade a partir do século V ou IV a.C. (Quaresma, 2003: 13; Quaresma, 2012: 5). A transição para o período de ocupação romana não é muito clara (Quaresma, 2003: 14) com a presença de materiais romanos pelo menos a partir do século II a.C.. Porém terá sido no início da segunda metade do século I d.C. que o povoado se terá convertido em cidade romana (Quaresma, 2014a: 101), adquirindo o estatuto de *Municipium*³⁰ no período flaviano, na esteira da afirmação do domínio imperial romano (Barata, 1998: 55-56).

Em relação ao sítio, podem ser observados diversos vestígios romanos, com alguma diacronia, que formam um aglomerado urbano evidente e que contribuem para a monumentalidade do sítio. Aqui estão presentes vestígios da via romana, zonas de habitação, e as zonas das *tabernae*³¹, que tornam o sítio arqueológico envolvente e são evidências da presença romana.

Ainda assim, destaca-se a zona do *forum* que atesta a presença romana no século I d.C. e o momento de transição do povoado para *municipium* (Quaresma, 2012: 9). “No mais alto dos patamares do *forum* de Miróbriga” está presente um templo provavelmente consagrado ao culto imperial, que constitui uma das principais imagens de Miróbriga, devido em grande parte às reconstruções durante as campanhas de Fernando de Almeida na década de 60 (Barata, 1998: 91-92) e ainda no espaço do *forum* encontram-se os vestígios de outro templo possivelmente dedicado a Vénus não tão bem conservado como o outro (Quaresma, 2003: 14).

Para além do *forum* e dos templos a zona das termas é uma das zonas mais bem conservadas do sítio e um dos destaques de Miróbriga. O complexo termal divide-se em duas secções, as Termas Este provavelmente erguidas no final do século I d.C., e as Termas Oeste cuja construção é frequentemente atribuída a meados do século II d.C., apesar de existirem elementos arquitectónicos que indiciam outras cronologias (Barata, 1998: 69-70). Junto a ambos os complexos termais está ainda presente uma ponte, que ligaria a zona norte do

³⁰ Estatuto que reconhece o aumento de cidadãos romanos numa cidade e que a incorpora do ponto de vista legal no estado romano (Roberts, 2005: 484).

³¹ Estruturas, rurais ou urbanas, utilizadas para armazenamento de produtos, produções artesanais e venda de bens (Wiegels, 2009: 79-80).

complexo urbano conhecido ao circo presente na zona sul, a cerca de 700 metros das termas e que terá sido construída no início do século II d.C. (Quaresma, 2014b: 142-143).

Por fim deve ainda ser destacado o circo ou hipódromo de Miróbriga, exemplo único em Portugal, que servia funções lúdicas frequentemente associadas ao período imperial romano, e que foi provavelmente erigido no século II d.C. (Barata, 1998: 66-68). Contudo, deve-se destacar que o hipódromo não foi tão intervencionado arqueologicamente, como os exemplos já referidos, e que terá sido um maior alvo de destruição posterior (Barata, 1998:68-69).

O abandono do sítio terá ocorrido maioritariamente no século V d.C., ainda que as termas apresentem indícios de abandono no século IV d.C., e que se equacione a hipótese de “alguns grupos ou famílias” terem persistido no sítio até à primeira metade do século VI d.C. (Quaresma, 2012: 9).

4.4. Ruínas Romanas de Tróia:

As ruínas romanas de Tróia estão localizadas na península de Tróia que em período romano seria uma linha de ilhas (Pinto, et al., 2014: 29) entre as quais se encontraria a ilha de Ácala que Rufius Festus Avienus³² destacou na sua *Ora Maritima* (Avieno, 1992: 22). Actualmente localizam-se no distrito de Setúbal, concelho de Grândola e freguesia de Carvalhal, estando classificadas como Monumento Nacional desde 1910³³.

O sítio das ruínas romanas de Tróia é conhecido desde o século XVI presumivelmente descoberto por André de Resende (Pinto, et al., 2012: 88). Foi o primeiro sítio de que há registo a ser alvo de escavações arqueológicas em Portugal por intervenção da futura rainha D. Maria I (Pinto, et al., 2012: 88) no século XVIII; voltou a ser intervencionado já no século XIX à responsabilidade da Sociedade Arqueológica Lusitana (Mantas, 2010: 196). Estas intervenções no período entre 1850 e 1856 puseram a descoberto edifícios de habitação (designados por Rua da Princesa) e as termas (Pinto, et al., 2014: 30). O sítio voltou a ser escavado entre 1948 e os anos 70 sob a direcção de Manuel Heleno até 1967 e de Fernando de Almeida até 1976, descobrindo-se um complexo termal, várias oficinas de preparados piscícolas, cemitérios e a basílica paleocristã (Pinto, et al., 2014: 30).

³² Rúfio Festo Avieno foi um autor do século IV d.C. e procônsul por duas vezes, oriundo de Volsínios, cidade localizada na Etrúria. A sua obra *Ora Marítima*, que está incompleta, é uma das mais importantes para o estudo da Hispânia (Ferreira e Avieno, 1992: 9-10).

³³ Decreto de 16 de Junho de 1910, *D. G.*, n.º 136, de 23 de Junho de 1910.

Por fim as intervenções do século XXI foram já feitas no sentido da valorização do património, após um protocolo assinado entre a entidade tutelar³⁴ e a entidade concessionária³⁵ em 2005 (Pinto, et al., 2014: 31)³⁶. Os primeiros trabalhos foram iniciados em 2007 com acções de limpeza, desmatação, desafogo de areias, de escavação e de conservação e restauro. Durante este período inicial da valorização das ruínas que terminou em 2011, procedeu-se ainda ao desenho do percurso interpretativo, com preocupações relativamente ao acesso de indivíduos de mobilidade reduzida (Pinto, et al., 2014: 32-33).

Entre 2011 e 2013 o sítio esteve parcialmente aberto ao público e tem vindo a conhecer um aumento das áreas escavadas e valorizadas, que no entanto não abrangem a totalidade dos vestígios presentes neste centro romano de produções piscícolas (Pinto, et al., 2014: 34-35).

Em relação ao património valorizado, as ruínas romanas de Tróia apresentam um núcleo de termas, uma zona de necrópole, um mausoléu, uma área de habitação e o complexo industrial de preparados piscícolas. Para além destes, existe ainda a basílica paleocristã que é mostrada e explicada durante as visitas guiadas que o sítio arqueológico oferece. Apesar de ser esta a área valorizada, o sítio é consideravelmente maior, uma vez que se identificaram 25 oficinas de produção (Pinto, et al., 2014: 30), dando provas da grande dimensão do centro de produção.

A cronologia do sítio recua ao século I d.C. no período de Augusto e de Tibério, o que promove a ligação entre a sua fundação e a figura de *Cornelius Bocchus*, (Pinto, et al., 2011: 137), e terá sido abandonado nos finais do século V d.C. (Mantas, 2010: 217). Assim, é a partir do período de Tibério que as duas grandes oficinas começam a sua produção, (Pinto, et al., 2011: 147). Outro dos destaques do sítio arqueológico é o mausoléu, e a necrópole onde os rituais de incineração e inumação estão ambos presentes. O mausoléu ter-se-á instalado no lugar do anterior armazém de ânforas, nos finais do século II d.C. e inícios do século III d.C. (Pinto, et al., 2011: 135).

Por fim, deve ser destacada a basílica paleocristã, que devido às pinturas parietais se torna num dos principais atractivos do sítio. A basílica foi edificada nos finais do século IV d.C. ou nos inícios da centúria seguinte sobre uma oficina de salga de peixe desactivada, e que apresenta ainda vestígios de uma necrópole ainda pouco estudada (Pinto, et al., 2014: 31).

³⁴ A entidade tutelar é a DGPC, como é aliás de todo o património em análise nesta dissertação.

³⁵ Que é o *Troiareort*.

³⁶ Protocolo entre o IPPAR, o IPA e a IMOAREIA sobre o sítio arqueológico de Tróia assinado no dia 24 de Junho de 2005 em Lisboa.

4.5. *Ammaia*:

Na freguesia de São Salvador de Aramenha, Concelho de Marvão, distrito de Portalegre, surgem os vestígios arqueológicos da antiga cidade romana *Ammaia*. A *ciuitas* é tradicionalmente incluída na divisão administrativa do *Convetus Pacensis*, de acordo com Plínio, o Velho³⁷ contudo, *Ammaia* está localizada numa zona fronteira dessas divisões administrativas e persistem dúvidas quanto à localização das fronteiras, e por isso permanece o debate quanto ao *Conventus* a que pertenceria (Corsi e Vermeulen, 2012: 6).

Os vestígios do sítio são pela primeira vez mencionados por Frei Amador Arrais, no século XVI, e o sítio volta a ser alvo de atenção em 1710, momento em que é transferida a “Porta Sul”, que persistira ainda, para Castelo de Vide. O sítio foi ainda mencionado ao longo do século XIX e na transição para o século XX foram mesmo levadas a cabo escavações numa zona de necrópole cuja localização não se consegue precisar (Vermeulen, 2012: 7). Em 1935 o sítio arqueológico adquire novo destaque por ser identificado, pela primeira vez, com a cidade de *Ammaia* por José Leite de Vasconcelos (Vermeulen, 2012: 7-8).

Em 1949 o sítio é classificado como Monumento Nacional³⁸ e em 1997 surge a Fundação Cidade de *Ammaia*, como entidade gestora dos trabalhos no sítio. Em 2000 a direcção dos trabalhos arqueológicos de escavação é entregue a Vasco Gil Mantas, momento em que já haviam sido estabelecidas parcerias com várias universidades europeias como a Universidade de Gante da Bélgica. Esta fase de escavações prolongou-se até 2006 e incidiu sobre a antiga Quinta do Deão, onde se encontraram vestígios da zona residencial (Vermeulen, 2012: 8) e que foi depois transformada no museu do sítio arqueológico (Corsi, 2014: 4).

A partir deste momento foram efectuados diversos estudos complementares às escavações arqueológicas como estudos de geomorfologia, a incorporação dos dados recolhidos em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), ou análises laboratoriais de vários tipos (Vermeulen, 2012: 8-9). Depois das escavações de Vasco Gil Mantas, os trabalhos de campo foram assumidos por Frank Vermeulen e Cristina Corsi com a cooperação da Universidade de Évora sendo *Ammaia* seleccionada como um laboratório de campo para o projecto *Radio-Past*³⁹ o que abriu muitas portas para intervenções não invasivas no sítio arqueológico (Vermeulen, 2012:9).

³⁷ Plínio, o Velho, *XXXVII*, 24, traduzido por M. A. H. Rackham, 1962, Harvard, Harvard University Press, pp. 180-182.

³⁸ Decreto n.º 37 450, *DG*, 1ª série, n.º 129, 16-06-1949.

³⁹ Projecto não destrutivo que pretende desenvolver a reconstrução virtual da cidade de *Ammaia*, disponível em <http://www.ammaia.pt/pagina,11,53.aspx>, consultado em Agosto de 2017.

Apesar destas metodologias complementares, que permitiram novos conjuntos de análises (Vermeulen, 2012:9) continuaram a realizar-se escavações arqueológicas que incidiram nas três principais áreas do sítio: a “Porta Sul”, o Fórum e as Termas, localizadas junto ao fórum (Corsi, 2014: 5), intervenções que se estendem até ao presente. São estes os principais destaques do sítio arqueológico, apesar de no interior do edifício do museu ainda se observarem vestígios da já referida zona residencial (Corsi, 2014: 353).

Ammaia terá muito provavelmente sido fundada entre os finais do século I a.C. e os inícios do século I d.C. (Corsi, 2014: 353-354), e as principais acções de construção e remodelação aparentam ter ocorrido quase simultaneamente nas três áreas destacadas anteriormente (Corsi, 2014: 353). Com um forte cunho imperial atestado pela sua estrutura urbana bem definida, terá sido principalmente no tempo do imperador Tibério (de 41 a 53 d.C.) que os grandes projectos como o fórum e a “Porta Sul” foram empreendidos e que foi conferida a *Ammaia* a distinção de *ciuitas*. No entanto nos finais do século I d.C. e inícios do século II d.C. terão sido empreendidos grandes trabalhos de remodelação, principalmente na zona das termas e na “Porta Sul”. A junção de todos estes factores terá permitido a ascensão de *Ammaia* a *Municipium* atestada pela inscrição que menciona o imperador *Lucius Verus* (Corsi, 2014: 354).

A principal fonte de riqueza e prosperidade de que *Ammaia* beneficiou está intrinsecamente ligada à sua localização, tendo em conta que se encontrava no cruzamento das vias que ligavam as regiões atlânticas ao interior, nomeadamente à capital da *Lusitania*, *Emerita Augusta* (Corsi, 2014: 360). Para além disto, as principais actividades económicas da cidade seriam a criação de animais e a extracção de pedras, principalmente de granito, e da posterior exportação das mesmas (Corsi, 2014: 360-361).

O sítio terá sido abandonado durante a segunda metade do século V d.C., ainda que as alterações no sistema económico se comecem a manifestar já no começo do século III d.C. ou até mesmo no final do século anterior, dados que não são fáceis de confirmar uma vez que o sítio é cortado por uma estrada nacional (Corsi, 2014: 355). Este momento marca o início da degradação da vida económica urbana de *Ammaia*, que se fragmentou e se materializou em formas de vida mais rurais e dispersas (Corsi, 2014:356-358). Estes pequenos núcleos, após o abandono da cidade romana, são os que fazem a transição para a antiguidade tardia e o período medieval, momentos em que as pedras das construções romanas terão sido amplamente reutilizadas para construção nas povoações em torno do sítio arqueológico (Corsi, 2014:363-364).

4.6. *Villa Romana de São Cucufate*:

Ainda que o sítio fosse já conhecido há vários anos, foi em 1980 após trabalhos de limpeza do terreno que foram iniciadas as escavações no sítio, sob a égide da equipa luso-francesa de Jorge de Alarcão e Robert Étienne. As campanhas de escavação prolongaram-se até 1984 data da última campanha. Entre 1985 e 1987 realizaram-se ainda alguns trabalhos de escavação no local e de preservação das estruturas do sítio, agora expostas (Alarcão, et al., 1990: 11-12).

As ruínas romanas de São Cucufate são bastante particulares, podendo observar-se não só as ruínas das *villae* e de termas, mas também um templo romano e os vestígios de um mosteiro que foi utilizado ao longo do período Medieval e Moderno. Um aspecto pertinente é a presença de 3 *villae* do período romano que se foram sobrepondo ao longo dos séculos de ocupação (Pinto, 2003: 143). A evolução histórica destas três *villae* é complexa e os processos da sua construção e abandono apresentam algumas diferenças, não sendo objecto desta dissertação.

Apesar da clara predominância de material romano no sítio arqueológico devo referir a presença de materiais de uma ocupação muito anterior que são, difíceis de datar devido à ausência de estruturas. Os materiais correspondem a formas com paralelos no Neolítico Final e no Calcolítico inicial, apesar de alguns aspectos que “*evoquent les mobiliers du mégalithisme évolué de l’Alentejo*” (Alarcão, et al., 1990: 22).

A ocupação romana ter-se-á iniciado em meados do século I d.C., segundo a datação hipotética atribuída à primeira *villa* presente, ainda que os vestígios estruturais desta *villa* sejam quase inexistentes, uma vez que as *villae* que se seguiram, assim como a necrópole que aí se instalou, os destruíram quase integralmente (Pinto, 2003: 143-145). Ainda assim, a *villa* I terá sido ocupada até ao primeiro terço do século II d.C., e destruída no segundo terço do mesmo século, dando lugar à *villa* II (Pinto, 2003: 145).

A *villa* II foi construída no segundo terço do século II d.C. (Alarcão, et al., 1990: 29) e ocupou uma parte considerável da anterior área da *villa* I. (Pinto, 2003: 145-146). Nesta fase de ocupação destacam-se ainda os vestígios de pequenas termas naquele que é definido como o sector rústico oriental da *villa* sensivelmente a nordeste das construções da maior monumentalidade presentes na *villa* (Pinto, 2003: 147). Estas termas terão sido edificadas na segunda metade do século III e abandonadas na primeira metade do século seguinte (Pinto, 2003: 149). A *villa* II terá assim sido abandonada no primeiro e no segundo quartel do século IV d.C. (Pinto, 2003: 145-149) e, nalguns pontos, poderá ter sido abandonada mesmo antes do final do século III d.C. (Alarcão, et al., 1990: 39).

A *villa* III é provavelmente aquela que está melhor demonstrada, tendo em conta a evidente monumentalidade dos vestígios, motivo pelo qual é também denominada a *villa* áulica (Alarcão, 1998: 22). Esta é necessariamente posterior ao abandono da *villa* II o que coloca a sua cronologia inicial no segundo e no terceiro quartel do século IV d.C. (Alarcão, et al., 1990: 39; Pinto, 2003: 145). A este momento é também atribuída a fundação das termas áulicas (Pinto, 2003: 149) cuja construção não iria no entanto, além das suas fundações (Pinto, 2003: 144).

A fundação do templo presente na zona sul do sítio corresponderá ao horizonte de ocupação da *villa* III, sem que seja possível à luz dos conhecimentos actuais, precisar o momento de ocupação (Pinto, 2003: 149). O abandono da *villa* III será datável de meados do século V d.C. (Pinto, 2003: 144) contudo é difícil saber o momento preciso em que foi abandonada tanto pelo seu proprietário, como por eventuais grupos de pessoas que aí possam ter permanecido, pelo que o abandono de São Cucufate situar-se-á ao longo do século V d.C. (Alarcão, et al., 1990: 45-50).

Já em período medieval o anterior sítio romano foi transformado num mosteiro que manteve o principal edifício da *villa* III. Esta fase de ocupação foi iniciada no século XII (Pinto, 2003: 144), pelos cónegos de São Vicente (Alarcão, 1998 49) que continuaria a ser ocupado até ao século XVII (Pinto, 2003: 144).

4.7. Villa Romana de Tourega:

Mencionadas desde o século XVI, as ruínas romanas de Tourega estão localizadas a norte de uma antiga sede de freguesia rural onde se localizava a Igreja e o cemitério de Nossa Senhora da Tourega, no concelho e distrito de Évora, a cerca de 12 km da cidade de Évora. Esta *villa* situava-se em período romano no território de *Ebora Liberitas Iulia* (Évora) e seria um ponto de passagem entre esta cidade e *Salacia* (Alcácer do Sal) (Pinto, et al., 1997: 74), constituindo, deste modo, “mais um reflexo do enriquecimento dos proprietários rurais do século IV” d.C. (Viegas e Pinto, 2000: 359).

O sítio foi pela primeira vez intervencionado em escavações de emergência em 1985, que se repetiram em 1986 e 1987. Em 1988 foi traçado um programa de maior dimensão e duração que se prolongou até 1996, não só porque o motivo que levou às intervenções de emergência deixara de ser existente, mas também porque a estação arqueológica revelou uma maior dimensão que levou à criação de um projecto mais extenso (Pinto, et al., 1997: 73).

A *villa* romana da Tourega destaca-se pelo seu complexo termal, que preservou múltiplos vestígios, e cuja construção se pode dividir em três fases (Pinto, et al., 1997:76). Neste complexo estão presentes os vestígios de um edifício comum de termas romanas com as salas quentes (o *caldarium* e o *tepidarium*) aquecidas por um hipocausto e as salas de água fria (*frigidarium*) (Pinto, et al., 1997: 75-76). Para além destas salas foram ainda encontrados vestígios de um reservatório de água de grandes dimensões (Pinto, et al., 1997: 74) que terá sido reutilizado várias vezes ao longo da ocupação romana (Pinto, et al., 1997: 79). Destaca-se também que pelo menos uma das salas seria revestida a mosaico, sendo certo o revestimento tardio a mármore num dos tanques da zona fria (Pinto, et al., 1997: 76).

O estabelecimento da *villa* romana parece corresponder a meados do século I d.C., apesar de existirem alguns fragmentos cerâmicos que recuam ao século I a.C. (Pinto, et al., 1997: 75). Não é certa a cronologia a atribuir à primeira fase de construção das termas, ainda que se possa supor que “não será anterior ao século II” d.C. (Viegas e Pinto, 2000: 355). No entanto a segunda fase de construção pode ser datada dos finais do século III d.C. ou do início do subsequente século sendo a responsável por grande parte dos vestígios arqueológicos hoje visíveis (Pinto, et al., 1997: 76). A última fase de construção será posterior ao início do século IV d.C., sem que seja possível determinar a cronologia com maior precisão (Viegas & Pinto, 2000: 355).

As termas da *villa* de Tourega foram utilizadas até ao final do século IV d.C. (Pinto, et al., 1997: 75) tendo sido abandonadas no século V d.C., assim como foi provavelmente a *villa* (Viegas & Pinto, 2000: 355), não foram encontrados indícios de nenhuma ocupação posterior (Pinto, et al., 1997: 75).

4.8. Villa Romana de Torre de Palma:

A *villa* de Torre de Palma está incluída num grupo de *villae* portuguesas que apesar das acções de investigação, nomeadamente escavações, é consideravelmente desconhecida para a comunidade científica, devido à falta de publicações de estudos. O sítio foi amplamente intervencionado por diversas campanhas de escavação no entanto, praticamente não existem estudos síntese acerca do mesmo nem foram publicados os relatórios das escavações (Carvalho, 1998, p. 284).

O sítio arqueológico foi descoberto em 1947 e foi alvo de escavações nesse seguimento (Carvalho, 1998: 286). Estas escavações foram dirigidas por Manuel Heleno, à data director

do Museu Nacional de Arqueologia, com a participação de vários funcionários do museu na coordenação das operações arqueológicas no sítio e prolongaram-se até 1964 (Langley, et al., 2007: 235).

Após estas escavações o sítio voltou a ser intervencionado sob a direcção de Fernando de Almeida, em 1971 e 1972, com escavações de menor dimensão (Langley, et al., 2007: 235). Por fim o sítio voltou a ser alvo de trabalhos arqueológicos em 1983 dirigidos por Stephanie Maloney, que incidiram na basílica paleocristã e noutros sectores do sítio e que terminaram em 2000 (Langley, et al., 2007: 235-236).

O conjunto de mosaicos é aquele que tem sido o foco de maior estudo em relação a Torre de Palma (Langley et al., 2007: 236) uma vez que há aqui dois grandes mosaicos. Em primeiro lugar o mosaico encontrado numa divisão interpretada como o *triclinium* do edifício na *pars urbana*, onde estão representados motivos mitológicos (Carvalho, 1998: 287). No segundo mosaico estão representadas as figuras de cinco cavalos, que são interpretadas como evidência da actividade de criação de cavalos do proprietário da *villa*, ainda que isto não seja certo (Carvalho, 1998: 287).

Tal como foi referido a ausência de estudos acerca de Torre de Palma e o desconhecimento dos contextos estratigráficos dos materiais dificultam propostas precisas acerca da cronologia do sítio. No entanto, segundo António Carvalho, a *villa* romana terá sido fundada no século I d.C. e abandonada no período visigótico (Carvalho, 1998: 287). Porém regista-se a presença de materiais da Idade do Ferro em contextos funerários (Langley et al., 2007: 265).

Em relação ao sítio arqueológico e às estruturas hoje visitáveis, a interpretação das mesmas e da sua funcionalidade é igualmente problemática face à falta de contextos e de estudos acerca do sítio. Não obstante, a *villa* romana de Torre de Palma exhibe aquilo que é considerada uma habitação com peristilo, na sua *pars urbana*, onde estavam os mosaicos. A zona interpretada pelas escavações de Manuel Heleno como a *pars rustica* detém diversas estruturas cujas funcionalidades foram já propostas, mas que devem ser matizadas face ao entendimento deste espaço de forma demasiado generalizada (Carvalho, 1998: 287).

4.9. Ferragial D’el Rei – Estação Arqueológica de Alter do Chão:

A estação arqueológica de Ferragial d’El Rei encontra-se em plena vila de Alter-do-Chão, sede de concelho do distrito de Portalegre. Os vestígios arqueológicos que estão expostos

corresponderiam a um *vicus*⁴⁰ romano (Alarcão, 2002: 52) que corresponderia à zona de influência da cidade de *Abeltirium/Abelterium* (Alarcão, 2002: 52). Esta hipótese foi reforçada pelo grafito aqui encontrado em 2009, onde o topónimo *Abeltirium/Abelterium* está presente (António e d'Encarnação, 2014: 39 e 42). Assim o sítio estará nas imediações da antiga *Abelterium* (António, 2014: 11), que constituiria um aglomerado urbano que se poderia tratar de uma *ciuitas*, teoria que no entanto não pôde ser comprovada devido à falta de evidências arqueológicas (Alarcão, 1990: 363-364; António, 2014: 11).

O sítio foi pela primeira vez reconhecido em 1954 pela Junta Nacional de Educação durante as obras para a construção do campo de futebol municipal (António, 2014: 6) e em 1982 o sítio foi classificado como Imóvel de Interesse Público⁴¹ (António, 2014: 10).

Após a primeira visita ao sítio, João Manuel Bairrão Oleiro aconselhou a protecção dos vestígios arqueológicos, nomeadamente dos mosaicos e a realização de trabalhos de escavação no sítio. Este parecer levou a que dois anos depois, em 1956, se iniciassem as escavações sob a direcção de Bairrão Oleiro (António, 2014: 7-8). O sítio voltou a ser alvo de escavações em 1979, 1980 e 1982 dirigidas por António Brazão e entre 2004 e 2007 foram também feitas escavações dirigidas por Jorge António de acordo com o “Projecto de Recuperação e Valorização da Estação Arqueológica de Alter do Chão”. Por fim em 2009 o sítio voltou a ser escavado no âmbito do Projecto Via Hadriana (António, 2014: 10).

O sítio arqueológico de Alter do Chão também conhecido por “Casa da Medusa” poderá corresponder a uma *villa* nas imediações da antiga cidade de *Abelterium*. A fundação da *pars urbana* da *villa* aponta para o século I d.C. e o seu abandono para o século VII d.C., contudo estes dados podem ainda não ser definitivos, tendo em conta que há ainda algum trabalho de escavação a fazer (António, 2014: 11).

Para além dos vestígios da *domus*, destacam-se os vestígios de termas cuja utilização, se pública ou privada, é de difícil determinação, não obstante é possível que nas fases iniciais se tratassem de termas privadas dada a proximidade à *domus* e mais tarde se tenham tornado públicas (Reis, 2014: 27-28). Uma vez que não há dados das escavações ou estudos em relação ao espólio exumado das escavações iniciais nas termas, é extremamente difícil determinar a sua fundação, ainda que se aponte para um “abrangente século II” d.C. (Reis, 2014: 28). Este edifício foi alvo de várias reparações que terão durado até ao século VI d.C.,

⁴⁰ Trata-se de umas das designações que os romanos davam aos povoados com um estatuto inferior ao de cidade (Roberts, 2005: 807)

⁴¹ Decreto n.º 28/82, DR, I Série, n.º 47, de 26-02-1982.

ainda que o espaço pudesse estar já em clara degradação (Reis, 2014: 28-29). Num dos tanques do complexo termal criou-se uma necrópole que se pode datar entre o final da primeira metade do século VI d.C. e final da primeira metade do século VII d.C. (António, 2014: 30).

Desta forma talvez se possa considerar a “Casa da Medusa” uma *villa com peristylum*⁴², ainda que a zona do jardim interior não tenha sido totalmente escavada, onde se destacam os pavimentos em mosaicos geométricos (António, 2014: 13) e um mosaico figurativo no pavimento do *triclinium*⁴³, concebido na primeira metade do século IV d.C. como forma de manifestação do estatuto do *dominus* (António, 2014: 18). Tendo em conta a riqueza desta casa, que é também atestada pelos vestígios de estatuetas encontrados nas escavações, é plausível que para além do pavimento em mosaico tenha também existido pavimento em soalho de madeira, em particular num dos quartos (António, 2014: 16-17). Apesar da presença dos vários vestígios na estação arqueológica de Alter do Chão, o mosaico figurativo no *triclinium* é o claro destaque de toda a *villa* romana, não só por ser dos poucos mosaicos deste tipo *in situ* em Portugal, mas também pela cena representada, que é um caso único em mosaico (António, 2015:69).

4.10. Villa Romana de Pisões:

No concelho e distrito de Beja está localizada a *villa* romana de Pisões, mais precisamente na Herdade de Almagrassa na actual União das Freguesias de Santiago Maior e São João Batista. O sítio foi descoberto em 1967, através de uma acção agrícola e pôs em evidência os vestígios de mosaicos para além de outras estruturas em ruínas (*O Arqueólogo Português*, 3ª série, vol. 1, 1967 p. 115).

A *villa* romana de Pisões seria de considerável dimensão com *pars rustica, urbana e fructuaria*, surgindo numa paisagem, que no período romano albergaria várias *villae* como Lobeiras, Torre Cardeira *etc.* O sítio poderá ainda ter sido habitado por uma família romana designada *Atilia* tendo em conta uma inscrição aí encontrada (Ribeiro, 1972: 41-42).

⁴² Neste caso, trata-se de uma parte das *villae* romanas, geralmente dentro da casa senhorial que hoje designaríamos de pátio interior e que se associava à ostentação de poder (Höcker, 2009).

⁴³ É uma designação da sala de jantar romana tradicional, onde se dispunham três sofás de modo a tornar o espaço mais propício ao entretenimento (Roberts, 2005: 181).

Após a sua descoberta em 1967 o sítio foi intervencionado no início da década seguinte com trabalhos de escavação até 1973 e trabalhos de “consolidação e limpeza das estruturas” entre 1973 e 1977. Entre 1978 e 1979 o sítio voltou a ser escavado sob a direcção conjunta de António Monge Soares, João Mário Sardica, Clara Vaz Pinto e Rui Parreira, no entanto os resultados destas intervenções não chegaram a ser publicados (Marques, 2004: 286).

Em 1987, devido ao abandono a que o sítio tinha sido sujeito, foi aprovado o “Programa para a Salvaguarda e Recuperação da *Villa Romana de Pisões (Beja)*” que fôra apresentado pelo Serviço Regional de Arqueologia do Sul do IPPC (antecessor da actual DGPC⁴⁴), no ano anterior. Apesar desta iniciativa “não se concretizaram a maior parte das acções de conservação e restauro propostas” (Marques, 2004: 286).

A *villa* de Pisões poderá ter sido ocupada antes do século I d.C., não obstante este dado é muito difícil de comprovar (Serra, 2008: 505), pois o sítio não foi escavado na sua totalidade (Marques, 2004: 286). Ainda assim, e já nos trabalhos de Fernando Nunes Ribeiro, haviam sido identificadas mais de 40 divisões (Ribeiro, 1972: 17-37) a maior parte englobadas na *pars urbana* da *villa* (Ribeiro, 1972: 41).

O sítio apresenta ainda os vestígios da *pars fructuaria e rustica*, um espólio de cerâmica, “vidros, bronzes, moedas, etc.”, bem como sinais de ocupação pós-romana (Ribeiro, 1972: 41). Destaca-se contudo, mas destaca-se pelos mosaicos e por alguns frescos nas paredes apesar do elevado grau de degradação que estes apresentam (Marques, 2004: 286-287). De acordo com as informações de Fernando Nunes Ribeiro o espólio do sítio é vasto e não apenas em cerâmica, não obstante são escassos os estudos publicados acerca do mesmo (Marques, 2004), salientando-se alguns estudos isolados algum do espólio exumado da *villa*⁴⁵.

Localizada a cerca de 200 m da estação arqueológica, encontra-se a Barragem de Pisões (Marques, 2004: 286) que acumularia água para abastecer as termas e tanques da *villa* (Quintela et al., 1986:85).

O sítio de Pisões não foi alvo de acções muito sistematizadas de escavação, investigação e valorização. Por estes motivos, que muitas vezes se deveram a cortes orçamentais, o sítio tem conhecido uma acção de valorização intermitente (Marques, 2004: 287), sendo que não está

⁴⁴ Informação disponível em <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/recursos/arquivos-dgpc/arquivos-do-ex-igespar-e-do-ex-imc/>, consultado em Fevereiro de 2017.

⁴⁵ Para mais informações ver Sardica, 1975; Soares, 1975 e Soares, 1994.

actualmente aberto ao público, apesar do projecto de valorização que está actualmente a ser elaborado⁴⁶.

⁴⁶ Informação obtida através do diálogo com o responsável do sítio arqueológico.

5. RESULTADOS OBTIDOS

Como referimos, o estudo de cada sítio foi levado a cabo segundo uma metodologia que incluiu a observação directa do sítio arqueológico do ponto de vista do visitante, que complementou a informação recolhida através de um questionário colocado ao responsável por cada sítio arqueológico⁴⁷ (anexo A), algo frequentemente utilizado em técnicas de pesquisa de terreno (Costa, 2014: 132). A observação directa levou ao preenchimento de uma ficha de sistematização e visava dois objectivos: a obtenção de um conhecimento empírico do sítio arqueológico na perspectiva de um visitante e a sua posterior confrontação com os dados obtidos através dos questionários.

Para além da identificação básica do sítio, as fichas de sistematização revelaram concordância geral com as informações dos questionários e apenas pontuais diferenças, que serão posteriormente referidas e comentadas. Todavia, advertimos para a necessidade de matizar os dados presentes nas fichas de sistematização pois são o resultado da minha observação directa que é indissociável de factores de subjectividade (Costa, 2014: 142-143), por exemplo na qualificação da acessibilidade ao sítio arqueológico, entre outros. Isto não retira porém importância às observações feitas, pois a experiência da visita ao sítio foi e será sempre, indispensável para uma mais apurada compreensão da realidade em estudo (Costa, 2014: 141).

Como metodologia de trabalho os questionários colocados aos responsáveis dos sítios foram muito relevantes, pois forneceram grande parte da informação complementada posteriormente com as observações feitas durante as visitas ao sítio (Costa, 2014: 132-134). Foi a união dos dois métodos e o cruzamento dos dados que permitiu preencher um quadro da valorização dos sítios arqueológicos romanos no Alentejo. A partir das questões formuladas, foi possível verificar que práticas de valorização de sítios arqueológicos existem, assim como analisar a forma como essas práticas são levadas a cabo.

O questionário foi dividido em 6 partes que incidem em componentes distintos da caracterização de cada sítio arqueológico. A primeira parte está relacionada com os aspectos básicos que identificam o sítio arqueológico. Elementos como o nome do sítio ou o seu CNS⁴⁸ constituem identificadores básicos e elementares. Não obstante há alguns itens desta primeira

⁴⁷ A respeito das respostas dos responsáveis dos sítios, não foi possível divulgar as mesmas exactamente como foram efectuadas, uma vez que não houve a permissão explícita para que isso pudesse ser feito.

⁴⁸ Código Nacional de Sítio é o número que identifica os sítios arqueológicos em Portugal.

parte que devem ser apresentados e explicados, para que o presente estudo seja o mais completo possível e os objectivos da presente investigação sejam cumpridos.

Em primeiro lugar as diferenças no que respeita à tipologia dos sítios arqueológicos revelam que as mesmas não são obstáculo à valorização do sítio arqueológico. Isto significa que o facto de se tratar de uma *villa*, de vestígios de uma cidade romana ou de um complexo industrial não interfere na escolha de um sítio para a sua valorização.

Outra característica que se pode ainda destacar na identificação dos sítios tem que ver com a respectiva entidade gestora. Perante os casos estudados verificamos duas situações distintas: gestão por parte de entidades do sector público (DRCALEN, Câmaras Municipais e Universidade de Évora) e a gestão por entidades privadas como por exemplo o *Troiiaresort*. A distinção entre os diferentes tipos de gestão estará presente ao longo de todo o texto, uma vez que esta permitiu traçar padrões e perceber algumas tendências de acordo com a natureza da gestão. Dentro da temática da tese, esta atenção permitirá assinalar características específicas dos diferentes tipos de gestão e verificar se diferentes sectores encaram o património arqueológico de forma distinta (Hernández e Tresserras, 2001: 120-125).

Como já foi referido, todos os sítios arqueológicos apresentam uma cronologia correspondente ao período de ocupação romana. Mesmo nos locais de São Cucufate ou de Miróbriga, onde estão presentes outros períodos, os vestígios conservados são quase exclusivamente romanos e é isso que importa para a identidade dos mesmos enquanto sítios romanos do Alentejo.

De todos os casos de estudo que foram seleccionados apenas não foi possível estudar o sítio de Ammaia da mesma forma que os outros, pois apesar de ter sido feita observação directa do mesmo, o questionário não foi respondido. Não obstante as várias tentativas de contactar a gestão do sítio e do tempo disponibilizado para receber as respostas, não foi possível recolher as respostas de Ammaia, pelo que a análise deste sítio não será tão completa como a dos restantes.

5.1. A Gestão do Sítio Arqueológico:

A segunda parte do questionário está relacionada com a gestão do sítio arqueológico e é o segmento mais extenso de todo o questionário. Perceber como é gerido o sítio arqueológico é fundamental para perceber como é feita a valorização do mesmo, pois são os sítios valorizados que exigem maior preocupação com a gestão. As respostas dadas proporcionaram

a definição de alguns padrões, que transparecem a forma como a valorização destes sítios é feita.

À exceção da *villa* de Pisões todos os sítios arqueológicos são visitáveis, até mesmo Mesas do Castelinho onde esta possibilidade é mais recente. Os sítios visitáveis funcionam geralmente em horários sazonais (Verão/Inverno) que, não sendo iguais apresentam poucas diferenças entre si. Por este motivo é relativamente seguro admitir que os sítios arqueológicos romanos do Alentejo estão sujeitos a uma sazonalidade abertos durante mais tempo na generalidade dos meses de Primavera e Verão em contraste com os meses de Outono e Inverno⁴⁹.

Excluindo a *villa* romana de Tourega, Pisões e Mesas do Castelinho todos os outros sítios oferecem a possibilidade de conhecer o mesmo através de visitas guiadas. Estas exigem, no entanto, agendamento prévio e número mínimo de visitantes na maioria dos casos. Esta situação não se verifica em relação à estação arqueológica de Alter do Chão, onde só se visita o sítio mediante uma visita guiada e no caso das Ruínas Romanas de Tróia no horário de Verão são feitas visitas guiadas num horário específico sem que seja necessária marcação prévia. Neste aspecto apesar das evidentes vantagens da visita guiada, onde o património é amplamente explicado, julgamos que os sítios arqueológicos devem estar abertos à visita livre tal como acontece na maioria dos casos aqui presentes. Mesmo tendo em conta que o património não é apreendido de forma igual nas duas situações.

As respostas aos questionários mostraram que apenas um dos sítios arqueológicos (Ruínas Romanas de Tróia) possui uma equipa específica de gestão composta por quatro profissionais de arqueologia, auxiliadas por um departamento de assistência financeira, transversal a toda a empresa *Troiareort*. Apesar de nem todas as profissionais terem a mesma formação específica não se trata de uma equipa multidisciplinar, que seria o mais desejável tal como vários autores defendem (Matos, 2008: 40). Há outro tipo de profissionais que colaboram com a equipa permanente, no sentido de colmatar essas lacunas. Em relação aos restantes sítios verificaram-se situações distintas. São Cucufate, Torre de Palma, têm a sua coordenação assegurada por um técnico superior da DRCALEN que através de parcerias pontuais com o(s) município(s), conta com o apoio de outros técnicos quando necessário. Em Miróbriga existe também um funcionário da DRCALEN responsável pela coordenação do sítio, sem que no entanto tenha sido mencionado qualquer outro apoio. À semelhança destes sítios Mesas do

⁴⁹ Anexos B – J.

Castelinho revelou que há um arqueólogo da DRCALEN responsável pela gestão do sítio, que colabora com investigadores da FLUL, com o município de Almodôvar e com a União das Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires.

Os sítios arqueológicos de Alter do Chão e *villa* romana da Tourega não possuem estrutura de gestão, pelo que não têm equipa de gestão do sítio. Não obstante este indicador comum os dois sítios encontram-se em situações distintas em relação à sua valorização, como poderá ser observado noutros pontos da análise efectuada. Por fim a *villa* de Pisões revelou a existência de um grupo de trabalho desde 2015, para criar o plano de valorização de Pisões composto por profissionais de arqueologia, geofísica, química, geologia e de língua latina. Revelou-se assim o grupo de trabalho mais multidisciplinar, que não deve ser dissolvido após a conclusão do projecto de valorização.

Do total dos sítios analisados apenas as Ruínas Romanas de Tróia têm um orçamento anual específico, a maior parte dos sítios referiram não possuir orçamento. Porém Miróbriga referiu que o financiamento provém da DRCALEN, situação que é possível que se repita com os outros sítios com a mesma estrutura de gestão; Mesas do Castelinho respondeu que o financiamento era assegurado pela autarquia de Almodôvar. No caso de Pisões remeteu-se para o “processo de elaboração de candidaturas a concursos”. A inexistência de orçamento anual leva a questionar como se financiam estes sítios arqueológicos, uma vez que todos, à excepção de Tourega, apresentam estruturas de recepção e pelo menos um profissional responsável por cada sítio arqueológico, análise que poderá ser feita em estudos futuros.

A ausência de orçamento específico para cada sítio constitui um dado que merece alguma reflexão porque a manutenção das estruturas, o pagamento de salários, entre outros, são custos fixos e uma filosofia de gestão sustentável deve alocar aos sítios arqueológicos (Richards, 2000: 83-84; Hernández e Tresserras, 2001: 156-157; Carvalho, 2009: 485). Esta falta pode assim evidenciar uma carência de ponderação de aspectos financeiros em relação a cada sítio arqueológico. Este aspecto dificulta a noção do sítio enquanto recurso activo e a obtenção de resultados positivos, uma vez que estes são factores essenciais para a tomada de decisões, associadas à gestão dos sítios arqueológicos estudados (Hernández, et al., 1996: 218; Carvalho e Fernandes, 2012: 30).

5.3. Os materiais de comunicação, divulgação, promoção e os canais de Comunicação:

Na valorização de sítios arqueológicos os materiais de comunicação, divulgação e promoção, e os canais de promoção são instrumentos claros da gestão dos mesmos. Estes são responsáveis pela imagem que se transmite ao público e podem ser usados de forma a beneficiar o sítio arqueológico (Colbert, 1994: 226-227). Estes tópicos correspondem às perguntas 2.4 e 2.5 do questionário, e através das respostas revelaram o conjunto de observações que exponho seguidamente.

As respostas divergiram consideravelmente entre si, pois cada sítio possui elementos específicos que utiliza para a sua comunicação. Ainda assim é possível isolar acções de comunicação, divulgação e promoção que são comuns a alguns sítios.

Destaco em primeiro lugar as respostas de Torre de Palma e de São Cucufate, que referem como material de comunicação os *websites* da DRCALEN e os *websites* dos respectivos municípios. Isto traduz um entendimento da noção de materiais de comunicação, divulgação e promoção, que não contempla os materiais de marketing directo, isto é, panfletos, folhetos, objectos de *merchandising*, entre outros. É certo que os referidos *websites* veiculam mensagens publicitárias acerca dos sítios (Colbert, 1994: 228) mas isto faz deles os canais de comunicação mencionados na questão seguinte (Colbert, 1994: 242). De facto, os sítios de São Cucufate e Torre de Palma responderam com esses mesmos *websites* à pergunta seguinte, não diferenciando entre materiais e canais de comunicação. Ainda acerca de Torre de Palma considero também que a “exposição monográfica” acerca do sítio constitui uma zona de exposição, um dos recursos do sítio arqueológico. A comunicação que aí é feita está relacionada com a interpretação do sítio e não com a sua divulgação ou promoção ou com a sua imagem no mercado. Situação que já foi estudada noutros casos (Colbert, 1994: 226).

Após este esclarecimento destacam-se os folhetos desdobráveis de cada sítio, materiais de comunicação transversais a todos à excepção da *vila* romana de Tourega, que não possui nenhum tipo de material de comunicação e de São Cucufate que no momento em que a investigação foi efectuada havia esgotado os folhetos acerca do sítio. Mesas do Castelinho não dispõe deste tipo de material, contando com algumas referências nos folhetos do Museu Arqueológico e Etnográfico de Santa Clara-a-Nova e nos guias turísticos de Almodôvar. Também Pisões revelou não possuir nenhum destes materiais pois não está de momento visitável, mas sim em fase de elaboração de plano de valorização.

Apesar do folheto desdobrável ser o padrão para vários sítios, dois deles devem ser evidenciados pelos materiais que referiram. Tanto as ruínas romanas de Tróia como

Miróbriga indicam a existência de outros materiais de comunicação, divulgação e promoção, nomeadamente os materiais de *merchandising*, sendo que no caso de Miróbriga o mesmo provém da DRCALEN, e no caso de Tróia, esse material é especificado referindo chapéus com o logotipo das ruínas, ou tapetes de rato temáticos, contando-se ainda as miniaturas de materiais arqueológicos que eu pude observar na visita aos locais.

Estes sítios não só possuem material de comunicação, divulgação e promoção no sítio arqueológico, como conseguem marcar presença noutros locais. Em relação a Miróbriga através dos materiais promocionais do município e Tróia nos folhetos que promovem o hotel *Aqualuz*. Numa nota adicional e apesar de não ter sido referido, as ruínas romanas de Tróia estiveram presentes na Feira da Educação Patrimonial realizada em Maio de 2016 em Lisboa, que é também uma boa oportunidade para divulgar o sítio arqueológico.

No que concerne aos canais de comunicação as respostas revelaram uma preponderância dos meios de comunicação através da *internet*, visto que todas remeteram para pelo menos um domínio da *Web*, inclusivamente a *villa* romana de Tourega, que como já referi anteriormente, se encontra praticamente abandonada. Mesmo o sítio arqueológico de Mesas do Castelinho, que está a concluir o seu projecto de valorização, tem já uma página de *facebook*⁵⁰. A única excepção é a *villa* romana de Pisões que não possui canais de comunicação, pelos motivos já enunciados.

O *website* da DRCALEN e os *websites* de cada município surgem como os canais de comunicação mais utilizados na generalidade dos sítios arqueológicos. Por outro lado, os sítios sob responsabilidade municipal (Alter-do-Chão e Tourega) referem o *website* do município para além da divulgação/promoção documental no posto de turismo no caso de Alter do Chão⁵¹, e anda o portal da DGPC no caso de Tourega. Para além das páginas *web* referidas, o uso do *facebook* está também presente em três dos sítios arqueológicos sob análise e ainda em Mesas do Castelinho, cuja visita será em breve possível.

Os sítios de Miróbriga⁵², São Cucufate⁵³ utilizam páginas de *facebook* e Tróia utiliza esta mesma plataforma como grupo público⁵⁴, para a divulgação dos projectos e para a comunicação de várias notícias. A página de São Cucufate é privada e não oficial, porém a

⁵⁰ Informação disponível em <https://www.facebook.com/Projecto-Mesas-do-Castelinho-593616437403995/?fref=ts>. – Consultado em Agosto de 2017

⁵¹ Que se tratam na verdade de materiais de comunicação e não de canais de comunicação.

⁵² Informação disponível em <https://www.facebook.com/Ruinasmirobriga/>.

⁵³ Informação disponível em <https://www.facebook.com/villa.sao.cucufate/>.

⁵⁴ Informação disponível em <https://www.facebook.com/groups/195089864157163/>.

informação contida é considerada fidedigna pela responsável do sítio⁵⁵, e acrescenta as reconstituições virtuais tridimensionais do sítio arqueológico. Para as ruínas romanas de Tróia este parece ser um dos principais canais de comunicação, ainda que não seja exclusivo, entre o sítio e os seus visitantes uma vez que eventos pontuais são publicados e divulgados através da mesma. Ainda em relação à comunicação através da *web*, destacamos os sítios de Torre de Palma e de São Cucufate, que referem o uso da página de *internet* da Entidade de Turismo do Alentejo⁵⁶, o que poderá ser importante na construção de uma rede de turismo no Alentejo, eventualmente direccionada para a vertente patrimonial.

Adicionalmente aos meios de comunicação já expostos, os sítios de Miróbriga e de Tróia atentam ainda a diversos contactos com associações ou outras entidades locais e regionais que, no caso de Tróia, incluem hotéis, postos de turismo e espaços culturais. Estes canais de comunicação permitem aos sítios arqueológicos divulgarem mais facilmente eventos como o “Miróbriga *Trail Run*”, ou os *sunsets* musicais de Tróia, que impelem a um desejo indirecto de visitar o sítio arqueológico, e acabam por o divulgar e promover numa estratégia de intercâmbio entre os visitantes e o sítio, pensada do ponto de vista do *marketing* cultural (Pinassi, 2012: 63).

O recurso à imprensa tradicional constitui igualmente um dos canais de comunicação que deve ser utilizado para a promoção de turismo cultural (Colbert, 1994: 228). Neste sentido, os sítios analisados usaram este recurso essencialmente a nível local e regional, para divulgação de eventos específicos que se relacionem com os sítios, sendo pontual a nível nacional. Como exemplo disto pode-se tomar a divulgação e promoção do evento “mercado romano” nas ruínas romanas de Tróia através da rádio e da cadeia televisa SIC.

5.4. Política de preços:

À semelhança daquilo que ocorre noutras instituições culturais, como museus, teatros, cinemas, entre outros, procurou-se confirmar a existência de uma política/tipologia de preços para os sítios arqueológicos em análise, tendo sido possível observar alguns aspectos relevantes.

⁵⁵ Informação facultada pela responsável do sítio de São Cucufate.

⁵⁶ Informação disponível em <http://www.visitalentejo.pt/pt/quem-somos/turismo-do-alentejo-ert/>. – consultado em Agosto de 2017.

Os sítios que estão abertos para visita⁵⁷, ou seja todos, com a excepção de Tourega e de Mesas do Castelinho, mostraram a existência de uma tipologia de preços⁵⁸, sendo de referir a relativa uniformidade dos descontos sobre os ingressos. Em todos os sítios é proporcionado um desconto de 50% para estudantes e para cidadãos de idade igual ou superior a 65 anos e em todos os sítios a entrada é gratuita para crianças pelo menos até aos 12 anos de idade, sendo que no caso de Tróia este limite sobe para os 14 anos de idade. O acesso é igualmente gratuito a todos os que estejam a desenvolver trabalho de investigação no qual o sítio arqueológico se encontre inserido ou noutras condições mencionadas nas respostas.

Destaca-se que o sítio arqueológico de Torre de Palma possui o ingresso de valor mais reduzido (2€) nas visitas livre. Nas visitas guiadas o ingresso mais elevado corresponde às visitas guiadas às ruínas romanas de Tróia (7.50€). Note-se também que o sítio arqueológico de Alter do Chão apresenta uma tipologia um pouco complexa, uma vez que faz a distinção entre os ingressos normais (2€) e os ingressos aos três núcleos do sítio (5€), o que significa que em Alter do Chão pode-se visitar apenas o sítio arqueológico ou os três núcleos, que o plano de valorização do sítio inclui. Por fim a *villa* romana de Tourega destaca-se pela ausência de política de preços, uma vez que o acesso ao sítio é livre e a visita (livre) gratuita.

A presença de uma política de preços é importante pois significa que a gestão dos sítios procura ir ao encontro das condições, espectáveis, de diferentes tipos de visitantes.

5.5. Avaliação

A pergunta acerca da avaliação evidenciou alguns problemas de comunicação com os sítios, uma vez que nem sempre se entendeu o conceito de “avaliação (do ponto de vista da valorização)” da mesma forma.

Apesar da relevância das necessidades de conservação e manutenção em todos os sítios arqueológicos bem como das respectivas implicações para os processos de valorização, a questão era direccionada para a avaliação do sítio do ponto de vista da sua valorização, o que se traduz, geralmente, numa forma de apreciar parâmetros relacionados com a experiência do visitante, colocando o foco na sua satisfação (Pinto, 2005: 32; Matos, 2008: 41). Para além

⁵⁷ Onde não se inclui Pisões.

⁵⁸ Tipologia de preços designa aqui a criação de escalões para o acesso ao sítio arqueológico de acordo com determinadas condições que os visitantes apresentem. Isto permite, por exemplo, que se faça a diferenciação entre visitantes “normais”, estudantes, seniores, entre outros.

desta acepção, o termo contemplava ainda a avaliação do cumprimento dos objectivos e metas a que planeamento estratégico se propôs, no âmbito alargado da gestão de sítios arqueológicos, ou outras instituições culturais (Byrnes, 2015: 163-164).

Apenas a resposta de Tróia seguiu esta linha de pensamento pois refere a realização de questionários, ainda que pontuais, de satisfação aos visitantes. As respostas de Torre de Palma, São Cucufate e Alter do Chão por outro lado, incidiram em questões de conservação e de logística do sítio, aspectos que estão também relacionados com a valorização de sítios arqueológicos. Porém a avaliação que realizada é uma avaliação técnica relacionada com as condições em que o bem patrimonial se encontra, e não com a satisfação dos visitantes. Elemento que se revela essencial para uma eficaz gestão do sítio (Pinto, 2005: 32).

No caso de Miróbriga e de Mesas do Castelinho a avaliação formal não é efectuada, não obstante esse aspecto é ponderado nos respectivos planos de actuação geral. Devo destacar aqui que ambos os sítios apresentaram uma resposta exactamente igual, o que pode indicar, como noutros casos aqui observados, uma directiva superior comum. Nos sítios de Tourega e de Pisões não é feita qualquer espécie de avaliação, porém em Pisões esse é um dos tópicos abordados no plano estratégico que está a ser elaborado.

5.6. Planos de Investigação Divulgação e Comunicação:

Estes planos materializam um pensamento estratégico e contribuem para alcançar objectivos específicos em três domínios da valorização, relacionados directamente com os visitantes. A existência destes planos (ou de equivalentes) é importante pois estes permitem identificar as carências da organização e ajudam a estabelecer metas exequíveis em diferentes aspectos da gestão dos sítios (Byrnes, 2015: 151-153). Menciono estes três planos pois são aqueles cujas acções têm um impacto directo nos visitantes e que, portanto, se liga ao “potencial público” dos sítios arqueológicos (Matos, 2008: 34). Isto não significa que outros não devam existir para um planeamento completo (Byrnes, 2015: 24).

Posto isto, todos os sítios foram questionados relativamente à existência destes planos, revelando pouca homogeneidade nas respostas. Os sítios de Torre de Palma e São Cucufate responderam que nenhum dos planos mencionados existia. O sítio arqueológico de Miróbriga respondeu que também não possuía os referidos planos, porém revelou possuir um plano de actuação geral que define as linhas de actuação. Segundo a explicação este plano contempla praticamente todos os aspectos relacionados com a gestão do sítio arqueológico valorizado.

Isto indica que, mesmo sem os planos mencionados na questão, os aspectos da Investigação, Divulgação e Comunicação podem na prática, ser estudados num plano geral.

Mesas do Castelinho revelou possuir um Plano de Investigação assente nos “planos plurianuais de investigação aprovados pela tutela” e no “*Anteprojecto do Percurso de Interpretação das Mesas do Castelinho*”, que pautaram as acções de investigação em Mesas do Castelinho praticamente desde o início do projecto.

A *villa* romana de Tourega respondeu que esses planos existiam, no entanto o facto do sítio arqueológico se encontrar praticamente abandonado e a não compreensão do que se perguntava, denota uma distância relativamente aos conceitos trabalhados e uma falta de planeamento estratégico, elemento que deve ser procurado no âmbito da gestão dos bens patrimoniais (Hernández e Tresserras, 2001: 156-157; Carvalho, 2009: 485). Mais especificamente, a resposta de Tourega mencionou exemplos de materiais de comunicação, como correspondentes ao plano de comunicação, que o sítio tinha referido não existirem quando respondeu à questão 2.4. Uma vez que as respostas dadas não foram ao encontro daquilo que se poderia esperar entender pelos planos mencionados, não pareceu plausível considerar as respostas dadas como planos de acção, pelo que deduzimos que os mesmos não existem para este sítio. Também Pisões revelou através da sua resposta, não possuir ainda os planos referidos no questionário.

Alter do Chão revelou apenas não ter um plano de comunicação, o que pode dificultar o trabalho da gestão do sítio, pois sem a definição de estratégias específicas de comunicação o sítio pode ter dificuldades em transmitir os conteúdos aos seus clientes, não utilizando os métodos mais apropriados, o que potencializa a difusão de mensagens confusas, ou até mesmo erradas (Matos, 2008: 41; Colbert, 1994: 237-238). Não obstante, a existência de plano de divulgação e de investigação revela o respeito por fundamentos da valorização do sítio.

Por fim Tróia mostrou possuir todos os planos elencados na questão, o que denota a homogénea preocupação com estes diferentes aspectos da gestão do sítio arqueológico. Neste caso a existência de planeamento pode ser vista como um bom indício de que o sítio arqueológico é valorizado de forma sustentada, resultando em benefícios para o elemento patrimonial e para os seus visitantes.

5.7. Trabalho científico (artigos, teses e monografias) acerca dos sítios arqueológicos:

Foram ainda colocadas perguntas acerca do número de publicações e de trabalhos académicos, para perceber melhor a componente de investigação científica em cada sítio. Este é um elemento basilar para a valorização dos sítios arqueológicos (Oliveira e Carvalho, 2012: 25), uma vez que se preocupa com a valência fundamental dos sítios arqueológicos, o conhecimento (Bendicho, 2013: 63). Ainda que apenas se tenham recolhido dados quantitativos a este respeito, estes não deixam de ser indicadores da forma como cada sítio arqueológico lida com a sua vertente de investigação.

Em primeiro lugar, o contraste em relação ao número de publicações para cada sítio arqueológico é evidente, motivo pelo qual a média de aproximadamente 25 publicações por sítio, não espelha a realidade. Dito isto, refiro que Pisões mencionou uma publicação “de referência” que é citada noutros artigos que se referem ao sítio, ainda que não revele esse número. De facto, o número de publicações é um dado desconhecido para os sítios de São Cucufate e Tourega. Mesmo em relação a Torre de Palma o número indicado (23 publicações) foi obtido através da base de dados do Endovélico⁵⁹, que poderá não estar completa e actualizada e não através de dados internos. A insciência destes dados indica um conhecimento incompleto do sítio por parte dos responsáveis, o que poderá influenciar a tomada de decisões e consequentemente os resultados do sítio do ponto de vista da sua gestão e valorização (Matos, 2008: 39).

Mesmo nos sítios que indicaram o número de publicações as assimetrias são notórias. Alter do Chão referiu 9 publicações, o que se deverá em parte ao facto do sítio só ter sido alvo de acções específicas de valorização recentemente, e Mesas do Castelinho referiu que seriam aproximadamente 28 publicações. Já o sítio de Miróbriga respondeu que as publicações seriam no mínimo 43, não sendo também muito preciso, enquanto as ruínas de Tróia se mostraram como o sítio com mais publicações totalizando 98. As divergências observáveis nestes números suscitam algumas questões e permitem algumas leituras e reflexões, de modo a tentar perceber as causas dessas assimetrias.

Se por um lado se poderia assumir como espectável, que os sítios mais cedo intervencionados apresentassem um maior número de publicações, a verdade é que isto nem sempre ocorre. Ainda que tal se possa dever a vários motivos, duas razões gerais parecem ser as principais razões para isso. Em primeiro lugar a intervenção arqueológica nem sempre vê a publicação dos dados recolhidos (Valera, 2008: 16-17) e nalgumas situações, mais frequentes

⁵⁹ Informação disponível em <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>.

em escavações antigas, nem sequer existe ou está disponível o próprio registo de campo. Situação aliás, que já pudemos constatar por exemplo em relação às intervenções arqueológicas em Torre de Palma (Carvalho, 1998: 284; Langley, et al., 2007: 235-237), entre outros (por exemplo as escavações em Pisões entre 1978-1979, cujos resultados nunca foram publicados).

É plausível que a disparidade dos números seja o resultado da sucessão das várias formas de intervir e pensar nos sítios arqueológicos ao longo do seu histórico de intervenções. Isto significa que nos casos em que se optou por uma estratégia de escavações intensiva, sem ser acompanhada pela publicação ou até registo das informações recolhidas, o número de publicações não será muito elevado, e conseqüentemente o próprio conhecimento histórico do sítio fica comprometido (Langley, et al., 2007: 235).

Apesar do número de publicações (aproximadamente 203) apenas uma foi feita com *peer review*, mas que ainda não foi publicada⁶⁰ e pertence ao sítio de Alter do Chão. Todos os outros sítios revelaram ou não ter informação acerca desse tipo de publicação, ou que esta não existia.

Existem algumas discordâncias entre os números fornecidos pelos sítios e os números de publicações registados no *Portal do Arqueólogo*, que são difíceis de resolver uma vez que nem todos os sítios revelaram saber o número exacto de publicações, situação que deverá ser alvo de posterior reflexão.

Para além do número de trabalhos publicados também o número de dissertações (de mestrado ou doutoramento) relacionadas com o sítio, directa ou indirectamente, foi tido em

⁶⁰ Quando se voltou a questionar a gestão do sítio arqueológico foram já mencionadas três publicações, ainda por publicar, mas com *peer review*: António, Jorge, “O mosaico figurativo do triclinium da Casa da Medusa (Alter do Chão)”, *Actas do Congresso Internacional de História da Antiguidade Clássica (Conimbriga e Coimbra)*; António, Jorge, “Abelterium: geometric mosaics from the Villae of Casa da Medusa and Quinta do Pião”, *Actas da I. Bienal de Arqueologia e História de Alter do Chão | 1.º Colóqui RoGeMoPorTur (Alter do Chão)*, *Journal of Mosaic Research - Uludağ Üniversitesi Mozaik Araştırmaları Merkezi*; Quaresma, José Carlos “Comércio no interior da Lusitania durante a Antiguidade Tardia: tendências e cronologias da Casa da Medusa (Alter do Chão, Abelterium)”, *Revista Pyrenae*.

conta para análise, assim como os encontros científicos ou conferências relacionados com o sítio arqueológico.

Segundo as respostas dadas e com a exceção de Pisões, todos os sítios referiram a existência de pelo menos uma tese, sendo que nos casos de Torre de Palma e Alter do Chão as respectivas dissertações estão em desenvolvimento, alertando o responsável de Torre de Palma para a possível existência de outras dissertações em realização sem o seu conhecimento.

Os sítios arqueológicos de Tróia, Mesas do Castelinho e Miróbriga são os que mais dissertações indicaram, cinco, cinco e três respectivamente. A realização de dissertações acerca dos sítios arqueológicos aponta para uma relação entre os sítios arqueológicos e o meio académico. Vínculo que pode ser importante para os sítios, uma vez que é uma forma de incitarem à investigação (Valera, 2008: 16). As dissertações de mestrado e doutoramento assim como todos os restantes trabalhos são importantes porque permitem o estudo dos conjuntos e não só dos sítios arqueológicos, contribuindo para o aumento dos conhecimentos acerca dos mesmos e da ciência arqueológica (Oliveira e Carvalho, 2012: 25-26).

Outra das vertentes da investigação do sítio está relacionada com os encontros científicos. Estes, para além de comprovarem um interesse no sítio por parte da comunidade científica, promovem também o contacto entre diferentes investigadores e contribuem para a sua divulgação.

As respostas neste ponto foram variadas, pelo que é necessário mencioná-las de modo um pouco mais detalhado. Quando questionados acerca da realização de conferências, colóquios ou encontros do/no sítio, Alter do Chão, Miróbriga, São Cucufate e Tróia responderam afirmativamente. Em relação à *villa* romana de Tourega foram referidas várias conferências e visitas guiadas ao sítio e no caso de Torre de Palma menciona-se que alguns congressos incluem a visita ao sítio arqueológico após a realização do mesmo. A *villa* de Pisões reportou não possuir o conhecimento acerca da realização de nenhum destes eventos e Mesas do Castelinho respondeu que nenhuma destas ações ocorreu em estruturas do sítio, pois as mesmas não existiam, o que não significa que os sítios não tenham sido mencionados em outros encontros científicos.

À exceção de Alter do Chão, que espera uma periodização bienal do colóquio referido nos questionários⁶¹, nenhum dos sítios arqueológicos respondeu positivamente quanto à

⁶¹ 1.º Colóquio Internacional RoGeMoPorTur (Projecto Luso-Turco), inserido na Iª Bienal de Arqueologia e História de Alter do Chão.

existência de periodização específica dos colóquios. Neste aspecto o sítio arqueológico de São Cucufate foi o que mais colóquios ou conferências registou, pois apesar de não ser exacto respondeu que se realizaram mais de 30 colóquios ou conferências no, ou sobre, o sítio arqueológico. Tróia mencionou a realização de quatro destes eventos, dois deles dirigidos ao público científico e os restantes ao público geral, para além de outro colóquio, em preparação. Miróbriga revelou a realização de 7 destes eventos, onde incluiu também lançamentos de livros apresentados pelos autores, apesar destes não estarem incluídos na pergunta. Estes 7 eventos, no entanto, só ocorreram depois de 2010, momento em que começaram a ser contabilizados com periodicidade anual.

Ainda em relação às publicações de cada sítio decidi isolar as monografias porque se tratam de estudos mais abrangentes acerca de uma realidade ampla. Neste contexto versam, geralmente, sobre um sítio de forma exaustiva. Diferenciam-se dos artigos científicos na medida em que estes habitualmente investigam um horizonte mais reduzido (Bendicho, 2013: 42).

Este aspecto está contido na questão 2.12 do questionário e revelou que três sítios, a *villa* romana de Tourega, *villa* de Pisões e a estação arqueológica de Alter do Chão não possuíam uma monografia. Os restantes responderam que pelo menos uma existia, e no caso de Miróbriga o número total era de quatro monografias.

Todos os sítios que responderam afirmativamente à pergunta 2.12 responderam também afirmativamente à questão 2.12.2, relativamente à disponibilidade das monografias em bibliotecas à excepção de São Cucufate que referiu não ter informação acerca dessa questão.

Numa nota adicional, a *villa* romana de Tourega respondeu às questões, 2.12.1 e 2.12.2, apesar destas serem dependentes de uma resposta afirmativa na pergunta 2.12, o que não aconteceu. Nesta circunstância, adianto a possibilidade de a pergunta não ter sido totalmente entendida pelo responsável de sítio na resposta ao questionário.

5.8. Os números de visitantes:

As últimas questões da segunda parte do questionário remetem para os números de visitantes do sítio arqueológico (Bendicho, 2013: 22). Estas questões têm por objectivo inquirir sobre as formas de cada sítios quantificar o seu público. Salienta-se porém, que uma análise mais apurada aos públicos passaria necessariamente pela realização de um estudo de públicos (Gomes e Lourenço, 2009: 136). Questões como a faixa etária, nível de escolaridade,

nacionalidade *etc.*, permitiriam aos sítios arqueológicos conhecer melhor os seus públicos (Senha, 2010: 16) e conseqüentemente desenvolver uma estratégia mais direccionada para os diferentes públicos de acordo com os seus objectivos (Matos, 2008: 41).

As figuras 1.5 e 2.5 apresentam número anual de visitantes dos últimos três anos e o número mensal de visitantes até Setembro de 2016 respectivamente⁶². As duas questões colocadas neste âmbito serviram propósitos diferentes pois o número total de visitantes permitiu uma visão geral da evolução do número de visitantes ao longo de um curto período de tempo (os últimos três anos). Por outro lado o número mensal de visitantes possibilita maior nível de pormenor e a verificação da existência de sazonalidade na visita aos sítios arqueológicos.

Destaco em primeiro lugar que nem todos os sítios controlam o número de visitantes, o que traduz um desconhecimento significativo dos seus públicos, faltando um indicador de controlo muito útil, ou até mesmo mínimo, para avaliar o sucesso da oferta do sítio arqueológico valorizado (Gomes e Lourenço, 2009: 134). Os sítios que não têm esta informação são a *villa* de Tourega e Mesas do Castelhinho sendo que ambos são de visita livre, tornando muito difícil a contabilização dos visitantes. e ainda Alter do Chão, e a *villa* de Pisões que não estiveram abertos ao público durante o período de tempo referido.

Como se pode ver na figura 1.5 o sítio arqueológico com o maior número de visitantes nos últimos três anos foi Tróia que em 2015 registou 11 835 visitantes. Para além disso, nos últimos três anos o número aumentou em 3689 visitantes, o que representa um acréscimo de cerca de 45% face aos visitantes em 2013. Por outro lado, Torre de Palma registou o menor número de visitantes com um total de 1027 em 2015, no entanto, foi também o sítio com o maior aumento de visitantes em três anos, duplicando o número registado em 2013. Tal justifica-se porque o sítio parte de uma base menos expressiva.

⁶² As tabelas com os números exactos de visitantes correspondentes a estes dois gráficos estão presentes nos anexos K e L.

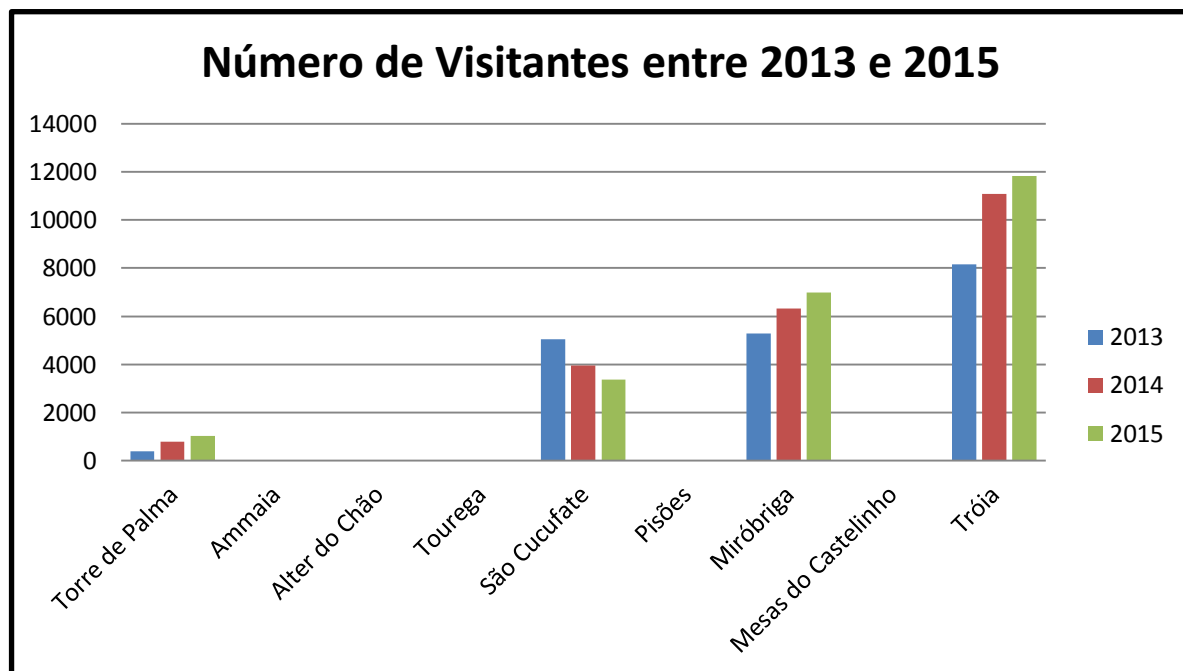


Figura 1.5. - Número de Visitantes entre 2013 e 2015.

Por fim, evidenciamos o número de visitantes de São Cucufate que nos últimos três anos registou uma descida em cerca de 33% relativamente ao ano de 2013. Na verdade, foi o único sítio com decréscimo no número de visitantes, situação que deve levantar questões perante a gestão do sítio. Contrariamente, o sítio de Miróbriga que em 2013 apresentou um número de visitantes relativamente próximo de São Cucufate (Miróbriga registou em 2013 mais 234 visitantes) aumentou o seu número de visitantes até 2015 em cerca de 32% em relação a 2013. Numa visão mais abrangente destaca-se o aumento nos últimos três anos em todos os sítios à excepção de São Cucufate, bem como as diferenças significativas entre cada sítio arqueológico no número de visitantes. Estas assimetrias poderão ser parcialmente explicadas por um maior isolamento de alguns sítios em relação a outros, tendo em conta que o turismo cultural tende para um vínculo mais directo com o meio urbano (Henriques, 2003: 13). Por exemplo, Tróia localiza-se nas imediações de Setúbal e Miróbriga perto de Santiago do Cacém, ou seja polos populacionais mais dinâmicos e predispostos ao turismo cultural. Não obstante, é provável que esta não seja a única causa de um número mais reduzido de visitantes em Torre de Palma e São Cucufate, pois é possível estabelecer atractivos culturais em regiões mais remotas (Carvalho e Fernandes, 2012: 29). Note-se por exemplo que estes são também os sítios arqueológicos sem um percurso interpretativo assinalado e onde os painéis

informativos são em menor número ou até inexistentes. Para além disso são também sítios que não revelaram possuir um entendimento preciso dos conceitos de Missão, Visão e Objectivos do sítio arqueológico (itens questionados na parte 6 do questionário), apesar de não terem sido únicos a registar esta falta de entendimento.

Ainda em relação a Torre de Palma e São Cucufate é necessário relembrar que estão à responsabilidade directa da DRCALEN, utilizando por isso modelos de gestão semelhantes; tal como Miróbriga que, no entanto, registou não só um número mais elevado de visitantes como um aumento do número de visitantes a par do que ocorreu em Torre de Palma. Desta forma, torna-se necessário um estudo mais aprofundado acerca das dinâmicas de públicos de cada sítio arqueológico gerido pela DRCALEN, bem como das formas de criar valor para os visitantes com benéficas implicações na identificação dos problemas, e soluções que contribuam para a sua valorização. (Santos e Neves, 2005: 17; Gomes e Lourenço, 2009: 134-136).

Por outro lado os sítios sem informação acerca do número de visitantes, ou seja que não os controlam são também aqueles cuja responsabilidade de gestão pertence à Câmara Municipal. Isto é especialmente importante no caso de Alter do Chão, porque todas as visitas ao sítio são guiadas o que torna mais fácil a verificação do número de visitantes, já em relação a Tourega volto a referir que está em grande parte ao abandono.

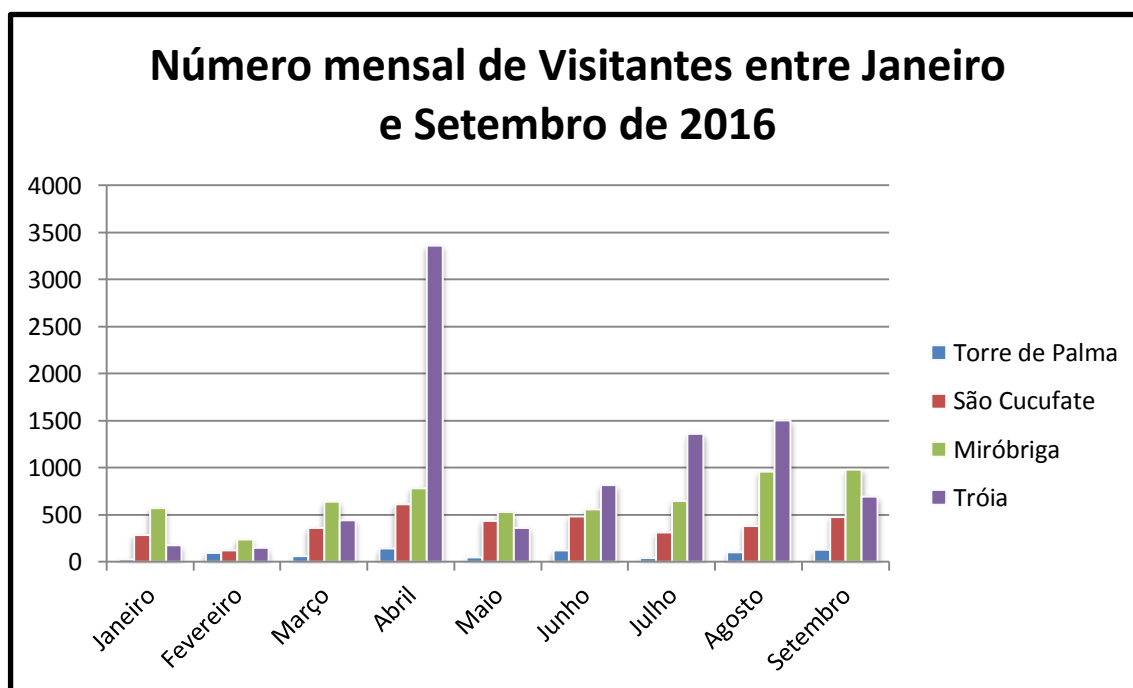


Figura 2.5. - Número mensal de Visitantes entre Janeiro e Setembro de 2016.

A evolução mensal dos visitantes (questão 2.14) revelou números que em alguns dos sítios contrariam a tendência sazonal de visita aos sítios arqueológicos. Por exemplo, como se pode ver na figura 2.5., é no mês de Abril que em Torre de Palma e São Cucufate se regista o maior número de visitantes. Na verdade, em relação a Torre de Palma, o número de visitantes nos meses de Março, Abril e Maio⁶³ é quase igual aos números dos meses de Junho, Julho e Agosto⁶⁴, onde os últimos registaram mais 15 visitantes. Em São Cucufate o número de visitantes nos meses de Março, Abril e Maio ultrapassa o número total dos meses de Junho, Julho e Agosto em 227 visitantes.

O sítio arqueológico de Tróia também regista o maior número de visitantes no mês de Abril com 3362 visitantes, mais do dobro do segundo mês com mais visitantes (Agosto – 1499 visitantes). Porém este número de visitantes em Abril deve-se em grande parte à realização do evento “mercado romano de Tróia” que durante três dias junta um número de visitantes superior ao normal para esse período de tempo. Neste evento, o dinamismo do sítio arqueológico é consideravelmente superior ao habitual, pois há feirantes da região a vender os seus produtos no espaço das ruínas, assim como grupos de animação cultural, assim como um conjunto de actividades que tendem a ser relacionadas com o património, de modo a torná-lo mais dinâmico.

Ainda em relação às ruínas romanas de Tróia, para além de Abril, vê-se que os meses de Junho, Julho e Agosto são os que recebem mais visitantes. Isto mostra que no caso de Tróia, a sazonalidade tem um efeito directo no número de visitantes, o que está relacionado com o turismo de praia que nessa zona se realiza.

Existem ainda dois aspectos que podem ajudar a explicar o facto de a sazonalidade nos sítios arqueológicos não ser tão acentuada, e que correspondem a hipóteses que aqui lançamos. O primeiro está relacionado com as altas temperaturas que se fazem sentir na generalidade do território alentejano durante os meses de Junho, Julho e Agosto e que tornará actividades a céu aberto, como a visita de sítios arqueológicos, menos atractivas. Ainda que sem um estudo de públicos, ou neste caso de não-públicos, seja impossível comprovar esta hipótese, tal como acontece em relação aos públicos de outras instituições culturais (Neves, 2004: 237-238). Outro factor que pode ser importante, a ter em conta está relacionado com o período de férias escolares corresponder principalmente aos meses de Julho e Agosto. Isto

⁶³ Cujo período é maioritariamente abrangido pela estação da Primavera.

⁶⁴ Cujo período é maioritariamente abrangido pela estação de Verão.

pode ter um impacto no número de visitantes pois o público escolar é um factor importante, para o número de visitantes, especialmente associado a actividades educativas/pedagógicas culturais (Gomes e Lourenço, 2009: 141-142).

Por fim surge como um dado interessante o facto de o sítio de São Cucufate apresentar até Setembro de 2016 um número de 3425 visitantes, sendo já superior ao total do ano anterior. Este é um dado positivo pois apesar da existência de outras explicações possíveis, pode reflectir mudanças nas acções da gestão do sítio arqueológico de modo a atrair um maior número de visitantes.

5.9. Interpretação do Sítio Arqueológico: percursos Interpretativos, centros interpretativos e placas interpretativas:

A interpretação dos sítios arqueológicos corresponde à terceira parte do questionário e foca-se nos meios e nos materiais que estes usam para a interpretação dos mesmos. As respostas às perguntas elucidam fundamentalmente a forma como cada sítio arqueológico apresenta os valores culturais aos visitantes e os conteúdos que formam a experiência de visita.

A primeira questão visava verificar a existência de percursos interpretativos, constituinte fundamental de um processo de valorização dos sítios arqueológicos (Matos, 2008: 39), partindo do princípio que quando o património histórico não é sujeito a uma narrativa interpretativa só muito dificilmente é compreendido (Matos, 2008: 36).

À excepção do sítio de São Cucufate, todos os sítios responderam possuir um percurso interpretativo. Mesmo Pisões referiu a existência “teórica” de percurso interpretativo, pois trata-se do que ficou delineado quando o sítio esteve aberto ao público pela primeira vez⁶⁵. No entanto é necessário matizar estas respostas por vários motivos. O sítio de Tourega não possui sinalização acerca da forma como o percurso deve ser feito e esse mesmo percurso está dificultado por vegetação rasteira e pela falta de manutenção dos painéis. Em relação a Torre de Palma ainda que os locais de passagem sejam visíveis, a ausência de sinalização interpretativa dificulta a orientação da visita e impede acima de tudo a correcta interpretação dos valores patrimoniais aqui contidos.

Relativamente à existência de centro interpretativo ou espaço expositivo para cada sítio arqueológico, a *villa* de Tourega e a *villa* de Pisões responderam negativamente, sendo que no caso de Pisões este espaço está degradado. Ainda que existam diferenças entre espaço

⁶⁵ Informação obtida através de diálogo com o responsável de sítio, André Carneiro.

expositivo e centro interpretativo (Bendicho, 2013: 64) nos sítios visitados estes surgem frequentemente no mesmo espaço pelo que os considere na mesma pergunta. Todos os outros sítios responderam ter centro de interpretação ou espaço expositivo, mesmo que este se localizasse a alguma distância do sítio, como ocorre nos casos de São Cucufate e Tróia. Mesmo o sítio arqueológico de Mesas do Castelinho, cujo projecto de valorização está em fase de conclusão, tem uma exposição dos seus materiais em três salas do Museu Etnográfico de Santa Clara-a-Nova. Para além destes materiais está exposta uma placa com escrita do sudoeste no Museu da Escrita do Sudoeste em Almodôvar, que foi encontrada em Mesas do Castelinho.

Os espaços expositivos ou de interpretação dos sítios arqueológicos constituem mais um aspecto da valorização dos mesmos e são importantes para que os visitantes mais facilmente percebam o sítio (Martín, 2001: 30-31). Estes espaços distanciam-se um pouco dos museus tradicionais (Bendicho, 2013: 64) e visam oferecer uma melhor experiência aos visitantes. A maior parte destes espaços é constituída por materiais arqueológicos e visam facilitar a compreensão do sítio, e fazer a ligação com a sua envolvente (Bendicho, 2013: 63; Matos, 2008: 38).

A par dos centros de interpretação e espaços expositivos existem outros recursos que os sítios arqueológicos utilizam, aspecto que esteve presente na questão 3.3. Há porém um apontamento que se impõe, porque foi evidente o desentendimento quanto àquilo que se entende por recursos dos sítios arqueológicos, nomeadamente quando confrontadas com as respostas desta questão e da seguinte, acerca da sinalização informativa.

Apesar de reconhecer a ambiguidade da palavra, a mesma remete neste contexto para os recursos que o sítio arqueológico possui para a execução das suas funções, no que toca à recepção de visitantes e às actividades dos profissionais. O que equivale a recursos que o sítio arqueológico utiliza para auxiliar o cumprimento da sua missão, nas diversas vertentes do sítio (Matos, 2008: 42). Pequenas bibliotecas, depósitos de materiais, salas de conferências, são exemplos daquilo que se entende por outros recursos do sítio (Matos, 2008: 42). Por outro lado os painéis informativos, referidos na resposta de Tourega, remetem para sinalização interpretativa, ou seja, sinalizam e explicam o sítio (Matos, 2008: 39; Bendicho, 2013: 91). Ainda que possam ser entendidos como um recurso do sítio arqueológico, a sua existência devia também ser referida na questão seguinte. A separação foi feita no questionário, por se considerar que a sinalização informativa, ou interpretativa, é elementar para compreensão do

sítio arqueológico, não sendo por isso apenas um auxiliar à mesma (Bendicho, 2013: 91-92; Matos, 2008: 39).

Após este esclarecimento verifica-se que há um recurso comum à maioria dos sítios arqueológicos. À excepção da *villa* romana de Tourega e da *villa* de Pisões todos os sítios responderam possuir uma sala de exposições, sendo o único recurso que os sítios de Alter do Chão e Miróbriga revelaram possuir. No entanto, através da observação directa na visita a Alter do Chão, pude verificar a existência de um depósito de materiais onde se encontram a maior parte dos materiais arqueológicos exumados. Também as ruínas romanas de Tróia afirmaram possuir um depósito para os materiais arqueológicos exumados, neste caso uma “reserva certificada” que é “um espaço integrante de um Museu ou colecção visitável onde se conservam os bens que não se encontram em exposição ou cuja exposição é condicionada”⁶⁶ e cujas instalações devem estar “individualizadas e estruturalmente adequadas (...) para garantir a conservação e segurança dos bens culturais”⁶⁷.

Quanto aos sítios arqueológicos de São Cucufate e Torre de Palma as respostas mencionam a existência de áreas de trabalho e de arrumação e, no caso de São Cucufate, são referidos dois espaços expositivos, uma sala de exposições e o núcleo museológico da Casa do Arco. Não obstante, as respostas aparentam ter confundido “recursos do sítio arqueológico” com “estruturas de acolhimento ao visitante” que são mencionadas na pergunta 4.5 do questionário em análise, pois mencionam instalações sanitárias, bilheteira e cafetaria como recursos do sítio arqueológico, quando são na verdade estruturas de acolhimento (Matos, 2008: 39-44).

A sinalização informativa ou interpretativa refere-se especificamente à sinalização dentro do sítio arqueológico (Matos, 2008: 39; Bendicho, 2013: 91) e não se confunde com a sinalização nos acessos ao sítio arqueológico, pois esta determina em que medida o sítio arqueológico é acessível e não como ele é interpretado. Mesmo considerando que no conceito de “sinalização informativa”, a palavra “informativa” pode suscitar a confusão acima referenciada, isso não significa que “sinalização informativa” não deva ser entendida como “sinalização interpretativa”, uma vez que a unidade 3 do questionário, em que se inseria a pergunta aludia à interpretação do sítio arqueológico, atestada na bibliografia consultada (Bendicho, 2013: 91-92). Neste sentido vários sítios referiram indiscriminadamente a

⁶⁶ Circular Nº 2/2013, *Procedimentos de Gestão de Bens Arqueológicos Móveis em Território Nacional*.

⁶⁷ Lei n.º 47/2004 de 19 de Agosto

sinalização informativa e a sinalização dos acessos ao sítio, pelo que o confronto com os dados de observação directa adquiriu aqui uma clara relevância.

Os dados da observação directa mostraram que os sítios arqueológicos de Tourega e de São Cucufate (anexos E e F) possuem sinalização informativa mencionada por ambos no questionário, ainda que Tourega o faça na questão 3.3 que remetia para “os recursos do sítio arqueológico”. É, no entanto, imperativo mencionar que os painéis em Tourega estão muito danificados, assim como os de Pisões, que actualmente são imperceptíveis. Também o sítio de Torre de Palma revelou a confusão entre os conceitos de sinalização informativa e sinalização de acessos, uma vez que à pergunta 3.4 (acerca da existência de sinalização informativa) respondeu que a mesma existia nos acessos ao sítio. Em todo o caso, através da observação directa verificou-se que em Torre de Palma não existe sinalização interpretativa/informativa no sítio arqueológico. Os sítios arqueológicos de Miróbriga, Mesas do Castelinho e Tróia responderam afirmativamente, o que aliás está de acordo com os dados da observação directa. Nestes sítios a interpretação responde aos parâmetros esperados de interpretação do sítio arqueológico, o que significa que estes sítios são explicados a qualquer visitante que não beneficie de uma visita guiada (Matos, 2008: 38; Bendicho, 2013: 91).

Numa situação um pouco distinta encontra-se Alter do Chão. Ainda que o sítio possua sinalização interpretativa esta não é abundante, por exemplo a zona mais emblemática do sítio (o mosaico no *triclinium* do sítio arqueológico) não possui qualquer placa informativa. Este dado porém deverá ter um impacto quase nulo na percepção do sítio, uma vez que todas as visitas ao sítio arqueológico são feitas mediante visita guiada, podendo admitir-se que neste caso as placas interpretativas não sejam tão necessárias como seriam se o sítio estivesse aberto para “visita livre”.

Em relação aos sítios que responderam de forma mais simples (neste caso Miróbriga e Tróia que responderam “sim”) assumi que não tiveram problemas em perceber a pergunta, porém admito que não é possível ter a certeza, pois a única forma de o fazer seria perguntar directamente o que se entendia por “sinalização informativa”. Pergunta que, neste contexto, não faria sentido.

5.10. Serviço Educativo e materiais de apoio à visita:

Uma vez que o serviço educativo é um dos elementos importantes da valorização patrimonial (Carvalho e Fernandes, 2012: 33), tornou-se também uma questão incontornável neste

questionário. Regista-se como uma das primeiras observações que mesmo nos sítios arqueológicos que responderam não possuir um serviço educativo, já tinham sido realizadas acções que correspondem a procedimentos de serviço educativo. Por este motivo é plausível que existam acções de carácter “educativo” apesar de não existir formalmente um serviço educativo.

Quanto a esta temática da valorização dos sítios arqueológicos, os sítios de Tourega e Pisões revelaram a inexistência de serviço educativo, assim como Mesas do Castelinho que referiu contudo que esse aspecto seria garantido pela coordenação do sítio (DRCALEN) quando fosse solicitado.

Os restantes sítios arqueológicos replicaram que apesar de não possuírem serviço educativo, se realizavam actividades pontuais dentro desse domínio, frequentemente em parcerias com outras entidades. Miróbriga e Alter do Chão realizam actividades com o Museu Municipal de Santiago do Cacém, e com o núcleo museológico do sítio arqueológico, respectivamente, que pertencem à esfera do serviço educativo. Também a *villa* de Torre de Palma, numa colaboração entre a DRCALEN e a Câmara Municipal de Monforte, leva a cabo actividades de sensibilização acerca da importância do património cultural junto do público escolar, que estão de acordo com as acções de um serviço educativo que estaria, idealmente, estabelecido (Carvalho e Fernandes, 2012: 34). No caso de São Cucufate são promovidas acções em conjunto com o centro de emprego, que disponibiliza trabalhadores para a realização de actividades de animação, de promoção e divulgação do sítio arqueológico. Ainda que a promoção e divulgação não façam parte do serviço educativo, acções de animação a par de um leque muito variado de actividades adquirem esse carácter pelo que devem ser mencionadas (Carvalho e Fernandes, 2012: 34). Por fim Tróia foi o único sítio a responder positivamente à questão sem quaisquer tipo de ressalvas.

A última questão da terceira parte inquire especificamente sobre o material de apoio disponibilizado para a visita ao sítio arqueológico. A partir das respostas verificou-se que a maioria dos sítios possui material de apoio, ainda que sob vários formatos. Apenas Alter do Chão, Mesas do Castelinho e Pisões responderam não ter qualquer material de apoio, à excepção das placas informativas presentes em Alter do Chão e Mesas do Castelinho. São Cucufate respondeu que detinha um desdobrável que explicava sumariamente o sítio. Para

além disso revelou ainda a existência de um filme de apresentação do sítio arqueológico, algo que nenhum dos outros revelou possuir⁶⁸.

Todos os outros sítios incluem como material um guia/roteiro do sítio arqueológico para que o visitante possa orientar da melhor forma a sua visita e perceber o sítio. No caso da *villa* romana de Tourega o material de apoio só pode ser adquirido no posto de turismo da cidade de Évora, e não no sítio arqueológico.

Em relação a Miróbriga para além do folheto informativo e roteiro do sítio, a resposta do material de apoio inclui os painéis informativos no local, o que aliás também é mencionado na resposta de São Cucufate assim como as legendas junto ao material exposto na sala de exposições. Estes elementos tratam-se na verdade, de sinalização informativa e de interpretação do sítio, como já foi anteriormente referido (Matos, 2008, p. 39). As ruínas romanas de Tróia responderam simplesmente que existia material de apoio.

5.11. As Condições de Visita: acesso aos sítios arqueológicos:

As condições da visita ao sítio arqueológico foram o eixo central da quarta parte do questionário. Os acessos ao sítio arqueológico, a comunicação e as estruturas de acolhimento aos visitantes foram o foco da análise nesta parte do questionário, onde o confronto com os dados da observação directa sobressaiu novamente.

A primeira questão incidiu sobre a facilidade de acesso ao sítio arqueológico, com três opções. Apesar dos problemas e da tendência para responder de forma neutra neste tipo de perguntas (Ghiglione e Matalon, 1997: 137-138), julguei que seria necessário dar uma opção intermédia (a resposta “acessível”) pois durante a observação directa essa foi a situação mais comum dos acessos aos sítios arqueológicos, ainda que esta seja a minha observação e que está sujeita a um grau inevitável de subjectividade. De modo a tentar minimizar essa subjectividade, a observação directa teve em conta essencialmente dois factores: a sinalização de acesso ao sítio arqueológico e o tipo de pavimentos que permitiam o acesso ao sítio arqueológico.

Em relação à facilidade de acesso aos sítios, só considereei “Muito Acessíveis” os sítios arqueológicos com sinalização nos acessos viários (cruzamentos das imediações do sítio

⁶⁸ Também o sítio de Mesas do Castelinho apresenta algo semelhante pois o Museu Etnográfico de Santa Clara apresenta um filme inicial onde é mencionado, ainda que de forma muito sucinta, o sítio arqueológico (anexo I).

arqueológico) e onde a maior parte do pavimento demonstrasse uma boa manutenção, sem sulcos ou irregularidades que possam prejudicar a integridade dos veículos que aí se deslocam. Tal pode traduzir-se numa via alcatroada, mas é necessário perceber que a mesma nem sempre é possível ou desejável.

Em relação às respostas é possível ver no Quadro 5.1. que quatro dos sítios arqueológicos consideram o seu acesso “muito acessível”, dois sítios responderam “acessível” e um respondeu “pouco acessível”. Dos cinco sítios que consideram o acesso “Muito Acessível”, a minha observação permitiu-me concordar com dois deles: a *villa* romana de São Cucufate e o sítio arqueológico de Miróbriga. Ambos os sítios estão antecipadamente sinalizados nas vias de acesso, e o pavimento é, praticamente na totalidade, em alcatrão. A gestão de Mesas do Castelinho considerou o seu acesso como “acessível”, que aliás está de acordo com a minha observação directa. Por outro lado, os sítios de Alter do Chão, Pisões e de Torre de Palma não devem, na minha perspectiva, ser considerados “Muito Acessíveis” por dois motivos diferentes.

	Facilidade de acesso.
Torre de Palma	Muito Acessível
Ammaia	-
Alter do Chão	Muito Acessível
Tourega	Acessível
São Cucufate	Muito Acessível
Pisões	Muito Acessível
Miróbriga	Muito Acessível
Mesas do Castelinho	Acessível
Tróia	Puco Acessível

Quadro 2.5. - Facilidade de acesso aos sítios:

A estação arqueológica de Alter do Chão é de fácil acesso no que respeita ao pavimento, tendo também em conta que se encontra no centro da vila. No entanto a sinalização para chegar ao sítio arqueológico pareceu insuficiente, uma vez que quando o visitei a mesma só se encontrava já muito perto do sítio arqueológico e apenas podia ser visível nas zonas para

peões⁶⁹. Para os visitantes que se deslocassem de carro, ver essa sinalização seria muito difícil, se não impossível. Acresce ainda o facto de na entrada do sítio arqueológico, que se encontra fechada, não se encontrar nenhum tipo de aviso que remeta os visitantes para o posto de turismo de Alter do Chão, o que se trata de uma informação básica, e um lapso fácil de corrigir. Esta sinalética é elementar assim como a indicações para chegar ao posto de turismo, uma vez que o sítio só é visitável através de visita guiada e esta só pode ser requerida no Posto de Turismo. Pelos motivos citados considere o sítio “Acessível”.

A *villa* romana de Torre de Palma está indicada com um sinal na Estrada Nacional 369 que liga Monforte a Vaiamonte, contudo não possui sinalização antes disso e apesar da sinalização existente o pavimento de acesso ao sítio arqueológico não está alcatroado ao longo de cerca de 3 km. Por estes motivos e apesar de na resposta à questão 4.1 o sítio ter sido considerado “Muito Acessível”, julguei mais correcto considera-lo “Acessível”. A questão do pavimento repete-se em Pisões pois trata-se de uma estrada não alcatroada, numa extensão de aproximadamente 4 km.

Ainda dentro da questão 4.1 destaco também a resposta da *villa* romana de Tourega, porque não é concordante com as informações recolhidas da observação directa. Como se pode ver no Quadro 5.1. a resposta do sítio arqueológico de Tourega foi “Acessível”. Porém quando foi feita a visita ao sítio arqueológico, considerei o sítio “Pouco Acessível” essencialmente por dois motivos: em primeiro lugar não estava visível qualquer indicação na estrada que indicasse a localização do sítio. Esse tipo de sinalização apenas se encontrava já muito perto do sítio arqueológico, junto do morador a quem a chave referida na resposta à questão 2.2.1 era solicitada. Em segundo lugar o acesso ao sítio arqueológico é também dificultado pela via, pois trata-se de um troço de “terra batida”, não pavimentado e em mau estado com a presença constante de sulcos.

Em relação às ruínas romanas de Tróia a gestão do sítio considerou-o “Pouco Acessível”, no entanto trata-se de um sítio mais complexo de analisar deste ponto de vista. Apesar da existência de sinalização na estrada com a localização do sítio arqueológico (um cartaz de maiores dimensões do que as demais sinalizações), o acesso ao sítio arqueológico é feito através de uma estrada não pavimentada que não se encontra em mau estado. Ainda que estas circunstâncias pudessem levar a uma classificação do sítio como “Acessível”, não pode ser esquecido que a localização deste sítio na península de Tróia significa um acesso fluvial, no

⁶⁹ Informação obtida através da observação directa.

sentido Norte-Sul, o que pode tornar-se uma dificuldade, e representa ainda um custo adicional com acessibilidade. Para além disso, a zona urbanizada de Tróia, está ainda distante das ruínas, o que também dificulta o acesso às mesmas para quem venha de Setúbal sem veículo próprio.

Este último factor pode ser decisivo para a classificação de “Pouco Acessível” deste sítio arqueológico, no entanto para o visitante que se desloque no sentido Sul-Norte o transporte fluvial não será necessário excluindo-se assim um dos motivos para o sítio ser “Pouco Acessível”. Ainda assim e com esta junção de factores consideraria o sítio arqueológico como “Pouco Acessível”, pois as formas de chegar ao sítio arqueológico podiam estar mais presentes em Setúbal e particularmente nas imediações dos portos de embarque da travessia fluvial. No entanto reconheço que não é uma classificação feita com a mesma segurança das anteriores, pelo que não me parece impossível considerar as ruínas romanas de Tróia um sítio “Acessível”.

Apesar do destaque conferido às vias de acesso diferenciando as pavimentadas das não pavimentadas, reconheço que nem sempre é possível, ou até desejável, que as vias sejam pavimentadas. Isto deve-se ao facto de vários sítios arqueológicos se localizarem em meios rurais, ou onde a preservação do ambiente natural é imperativa, onde o excesso de pressão humana poderia desvirtuar e empobrecer o sítio arqueológico e sua envolvência. Note-se o exemplo das ruínas romanas de Tróia, que por estarem inseridas numa área protegida, denominada Reserva Natural do Estuário do Sado o alcatroamento da estrada não é possível, pois há questões de protecção ambiental que necessitam ser salvaguardadas⁷⁰.

Por fim é necessário salientar outro aspecto no acesso aos sítios arqueológicos, com bastante relevo, a utilização da tecnologia de *Global Positioning System* mais conhecida por GPS. Tendo em conta que esta tecnologia está cada vez mais presente nos telemóveis utilizados por grande número de pessoas, é pertinente referir que foi possível encontrar todos os sítios por este meio, ainda que esta informação estivesse quase sempre disponível através de outros *websites* e não especificamente nos espaços digitais dos sítios⁷¹. Na maior parte dos casos apenas estavam disponíveis as coordenadas geográficas dos sítios, porém noutros, como por exemplo Miróbriga, o próprio sítio estava referenciado na base de dados do GPS. Admite-se que a gestão dos sítios poderá não ter qualquer responsabilidade na referenciação existente

⁷⁰ Decreto-Lei n.º 228, *Diário da República*, 1.ª série, n.º, 24-10-2008.

⁷¹ No meu caso foi utilizada a aplicação *MEODrive* do telemóvel.

nessas bases de dados, no entanto, a presença de alguns dos sítios arqueológicos não pode ser ignorada, porque o seu acesso fica facilitado.

Ainda que não seja possível encontrar todos os sítios arqueológicos nas bases de dados supra mencionadas, pude verificar que estão disponíveis na *web* coordenadas geográficas de todos os sítios, o que aduz a preocupação em situar, usando o GPS, os sítios arqueológicos.

Directamente relacionada com a questão anterior a pergunta 4.2 revelou respostas muito semelhantes e que se encontram em conformidade com a observação directa dos sítios. O acesso por via de automóvel foi referido nas respostas de todos os sítios arqueológicos, assim como o acesso pedonal, com a excepção de Pisões. Aqui apenas há a destacar as particularidades de Torre de Palma e de Tróia. O primeiro, que referiu possuir boxes para “estacionamento” de equinos pelo que é possível a deslocação ao sítio dessa forma. Em Tróia uma das formas de aceder ao sítio obriga à utilização de transporte fluvial. Só os sítios de Tróia e Mesas do Castelinho mencionaram a bicicleta como meio de transporte para chegar aos mesmos, porém todos os outros podem ser alcançados por esta via, apesar das distâncias (anexos B – J).

Quando questionados acerca do acesso a pessoas de mobilidade reduzida, Tourega e Mesas do Castelinho responderam não ter este tipo de acesso. Contrariamente os sítios de Tróia e de Alter do Chão responderam afirmativamente e sem restrições, ainda que no sítio arqueológico de Alter do Chão a parte do complexo termal seja de muito difícil acesso para indivíduos de mobilidade reduzida.

Nos sítios de Torre de Palma, São Cucufate e Miróbriga o acesso a pessoas de mobilidade reduzida é possível, mas não em todas as áreas. Cada um dos respectivos centros de interpretação e espaços expositivos são completamente acessíveis, contudo nalguns pontos das ruínas o mesmo não se verifica. No caso de Torre de Palma o piso de algumas partes do percurso impossibilita que pessoas em cadeiras-de-rodas vejam algumas partes do sítio, nomeadamente a zona termal e as necrópoles. Em relação a São Cucufate, tal como é mencionado no questionário, apenas uma pequena parte do percurso é acessível para estes visitantes. Por este motivo seria importante a intervenção no sentido de colmatar esta falha e representa uma das preocupações da gestão do sítio, expressa na sua resposta. Em Pisões este tipo de acesso é possível em algumas partes do sítio, mas este não está preparado para tal, tendo em conta que está em curso a criação de um projecto de valorização para o mesmo. Por fim as ruínas de Miróbriga apresentam este mesmo problema, pois grande parte do sítio só pode ser visitada percorrendo a via romana que se preservou. Nesta, a locomoção para

pessoas de mobilidade reduzida será muito difícil, ou até mesmo impossível para pessoas em cadeiras-de-rodas.

5.12 As estruturas de acolhimento e a Comunicação em língua estrangeira:

À excepção de Tourega, Pisões e Mesas do Castelinho todos os sítios possuem estruturas básicas de acolhimento ao visitante, uma bilheteira e instalações sanitárias, como se verificou nas respostas e na observação directa. Os sítios de São Cucufate e de Miróbriga acrescentaram a estas uma cafetaria que, se encontrava inoperacional em Miróbriga, no momento da observação. Este sítio acrescentou porém que possuía um pequeno auditório e uma loja, estando o pequeno auditório próximo da noção de recursos do sítio. Por fim as ruínas de Tróia aludiram à existência de parque de estacionamento no sítio arqueológico, que de resto os sítios de São Cucufate, Miróbriga e Alter do Chão (ainda que em Alter do Chão não seja especificamente direccionado para o sítio arqueológico) também possuem.

Todos os sítios, com a excepção de Pisões, referiram possuir comunicação em língua estrangeira, sendo que na *villa* romana de Tourega foi especificado que esta só estava presente nos folhetos e não no sítio arqueológico. Situação que também se verificou na visita ao sítio arqueológico de Torre de Palma uma vez que este sítio não possui placas interpretativas nas ruínas e a informação no centro interpretativo/expositivo estava escrita em português. Já em Mesas do Castelinho a comunicação em língua estrangeira está presente apenas na sinalização informativa, no próprio sítio.

O inglês foi o idioma comum a todos os sítios arqueológicos, existindo também comunicação em francês em São Cucufate, Miróbriga e Tróia. O castelhano foi também outra língua mencionada pelos sítios de São Cucufate e Tróia. O sítio arqueológico de São Cucufate referiu ainda possuir material de apoio escrito em alemão e finalmente, as ruínas romanas de Tróia declararam ter informação escrita em braile.

5.13. O sítio e a sua envolvente:

A quinta parte do questionário efectuado apesar de contemplar apenas 3 perguntas, foi uma das mais complexas porque questiona as relações ou os contactos que o sítio arqueológico consegue manter com o seu meio envolvente.

Como já foi mencionado a ligação entre o património e a sua comunidade é muito importante, tendo em conta os benefícios que ambos retiram dessa ligação (Morais, 2010:4; Ramírez, 2005:4). Estes nexos são geralmente estabelecidos através de acções de sensibilização para a “educação patrimonial” ou do incitamento à participação directa da população no património (Vélez, 2010: 25).

Desta forma salientarei individualmente os elos de ligação entre os sítios arqueológicos e três componentes com as quais o património arqueológico pode, ou deve procurar conectar-se. Não serão certamente os únicos vínculos, mas tendo em conta os objectivos deste trabalho e as informações recolhidas, foram considerados dos mais importantes. Neste sentido evidencio que o sítio de Pisões não apresenta qualquer tipo de ligação à comunidade ou a outros sítios arqueológicos, devido à situação actual, ainda que exprima a expectativa de desenvolver ligações às escolas do distrito e do concelho.

Refiro ainda que para conhecer a natureza específica das relações entre os sítios arqueológicos e a sua envolvência, ou outras entidades do campo científico, um estudo mais apurado teria de ser efectuado. Este necessitaria não só a verificação das ligações existentes como também analisar a respectiva importância de cada aspecto para a gestão e funcionamento do sítio arqueológico.

5.13.1 As relações do sítio arqueológico com a comunidade:

Esta questão interpelava os sítios arqueológicos acerca da sua ligação à sua comunidade. Por esta entendem-se as povoações estabelecidas nas proximidades dos sítios arqueológicos que percepcionem o património arqueológico como um traço de identidade da sua comunidade (Ramírez, 2005: 4).

Nesta questão, como nas seguintes, a resposta é bastante variável de acordo com o sítio arqueológico, porque as comunidades envolventes apresentam tipologias diferentes e os esforços que cada sítio faz para se ligar à sua comunidade são também variáveis. Para além disso não é perguntado apenas se o sítio arqueológico possui a ligação à comunidade, mas também de que forma isso é feito, pelo que as respostas serão consideravelmente díspares. Tendo em conta este facto, decidi abordar as respostas sítio a sítio ou, sempre que possível, agrupar respostas onde pude estabelecer pontos de contacto, de modo a facilitar a leitura e análise a esta parte, um pouco mais complexa, do questionário.

Alter do Chão, Tourega e Miróbriga:

As respostas mais simples provieram dos sítios de Alter do Chão e de Miróbriga respondendo que o vínculo à comunidade existia, e “sobretudo com as autarquias locais” no caso de Miróbriga. Em Tourega a ligação é considerada de “carácter informal” entre a freguesia e a paróquia. É também demonstrado algum interesse por parte da comunidade quando se realizam visitas guiadas ao sítio, nomeadamente passeios pedestres ou de bicicleta.

Apesar da nota positiva por existir ligação, a falta de explicação da mesma não permite perceber o modo como são empreendidos os esforços para estabelecer essas ligações a estes sítios.

Torre de Palma:

No caso de Torre de Palma a resposta foi mais extensa esclarecendo que há ligação à autarquia de Monforte e à freguesia de Vaiamonte, povoações que distam cada uma cerca de 7 km do sítio arqueológico. Em relação à Câmara Municipal de Monforte existe mesmo um vínculo institucional pois a gestão do sítio depende de uma parceria entre essa autarquia e a DRCALEN, pelo que são desenvolvidas actividades relacionadas com o sítio arqueológico direccionadas para a população de Monforte. Segundo a resposta ao questionário, a freguesia de Vaiamonte aparenta ter uma relação de carácter mais informal uma vez que o sítio se localiza nessa freguesia.

Também associações culturais, ou grupos com esse interesse, integram a *villa* romana de Torre de Palma nas actividades que desenvolvem. Para além disto destaca-se uma ligação com a unidade de hotelaria *Monte de Torre de Palma* que, devido à proximidade permite a visita ao sítio de alguns hóspedes, sem que seja no entanto referida qualquer parceria estabelecida. Ainda que este último não corresponda estritamente à noção de comunidade, não pode ser ocultado tendo em conta que a unidade hoteleira se localiza a cerca de 500 metros do sítio arqueológico.

É difícil para um observador externo que não despendeu muito tempo no sítio arqueológico avaliar com exactidão a relação com a comunidade. Porém há pontos que podiam estar mais desenvolvidos, para que o sítio pudesse almejar um maior número de visitantes, e maior relevo no panorama cultural regional. Por exemplo a ligação ao grupo hoteleiro poderia ser mais trabalhada, através de uma política activa de divulgação do sítio arqueológico e através do estabelecimento de uma parceria que pudesse incluir um estatuto especial na política de preços.

Outro aspecto a averiguar seria uma possível comunicação com grupos de equitação ou de cavaleiros presentes na região dado que existe zona de “estacionamento” de equinos e um dos temas fundamentais do sítio arqueológico é o mosaico figurativo, representando diferentes tipos de cavalo (Carvalho, 1998: 287). Mesmo que actividades deste tipo possam não se traduzir num aumento substancial de visitantes, conferem dinâmica ao sítio arqueológico e ao seu património, o que por sua vez pode criar outras oportunidades (Velo e Cavalcanti, 2007: 159). Estas hipóteses teriam, no entanto, de ser sempre ponderadas numa óptica realista e sustentável, que oponha os benefícios e os custos racionalmente, como aliás já foi mencionado para todas as acções sobre o património (Hernández e Tresserras, 2001: 156-157). Por fim, poder-se-ia estender a rede de contactos a localidades nas imediações do sítio arqueológico, não obstante admito que o isolamento do local em relação a outras povoações pode representar um obstáculo a esta iniciativa.

São Cucufate:

Tal como em Torre de Palma, São Cucufate é gerido numa parceria entre a DRCALEN e a autarquia local, Vidigueira. Isto traduz um vínculo á localidade não só por, como referiu a gestão, o sítio ser conhecido pelos habitantes do concelho da Vidigueira mas também porque são desenvolvidas actividades onde a população pode participar, numa parceria entre o município e a DRCALEN, à semelhança do que ocorre no sítio arqueológico de Torre de Palma. Não obstante a ligação com o concelho da Vidigueira é mais evidente do que na freguesia de Vila de Frades onde o sítio está localizado.

Na verdade as respostas destes dois sítios revelam tanta semelhança que numa segunda leitura se verifica que as respostas são quase *ipsis uerbis*. De facto, nas duas frases destacadas no Quadro 5.2. vê-se que apenas são alterados os topónimos referentes a cada sítio arqueológico. Isto leva a pensar que os sítios arqueológicos geridos pela DRCALEN, ainda que Miróbriga tenha dado uma resposta diferente, possuem um plano de acção, ou pelo menos directrizes acerca das relações dos sítios arqueológicos com a comunidade, e de como promove-las. A existência de directrizes por parte da DRCALEN parece-me um ponto positivo a destacar desde que seja mantida a identidade de cada um. As actividades direccionadas para a comunidade, devem ser especificamente desenvolvidas para cada sítio arqueológico, pois as envolvências possuem também elas características próprias (Ramírez, 2005: 4).

	5.1 – Quais as relações com a comunidade e de que forma se processam?
Torre de Palma	<p>. Sim, o sítio arqueológico é uma referência para os habitantes do concelho de Monforte, com particular destaque para as povoações de Vaiamonte, em cuja freguesia se situa.</p> <p>. A nível institucional, em primeiro lugar, a sua gestão é assegurada, como foi dito, através de uma parceria com a Câmara Municipal de Monforte que realizam frequentemente diversas atividades abertas à população e/ou para diversos públicos-alvo neste espaço, em colaboração com a DRCALEN.</p>
São Cucufate	<p>Sim, o sítio arqueológico é uma referência para os habitantes do concelho de Vidigueira, com particular destaque para as povoações de Vidigueira e, mais ainda, de Vila de Frades, em cuja freguesia se situa.</p> <p>A nível institucional, em primeiro lugar, a sua gestão é assegurada, como foi dito, através de uma parceria informal com a Câmara Municipal de Vidigueira e a Junta de Freguesia de Vila de Frades, que realizam frequentemente diversas atividades abertas à população e/ou para diversos públicos-alvo neste espaço, com o apoio da DRCALEN.</p>

Quadro 3.5. – As respostas de Torre de Palma e São Cucufate à pergunta 5.1

Ainda em relação ao sítio arqueológico de São Cucufate destacam-se as actividades actualmente desenvolvidas no âmbito da produção e armazenamento vinícola, reportando a acções já efectuadas no período romano na região de São Cucufate (Alarcão, 1998: 30). Devido a este vínculo histórico são promovidas diversas actividades em colaboração com a Câmara da Vidigueira, a Junta de Freguesia de Vila de Frades e associações locais relacionadas com a cultura vitivinícola, destacando a produção de vinho em moldes de talha. Por fim, o sítio arqueológico de São Cucufate é também frequentemente visitado no âmbito de percursos culturais específicos desenvolvidos por associações de *motards* e de automóveis antigos, na região.

Por esta e outras vias anteriormente mencionadas, São Cucufate garante ligações com a sua comunidade. Talvez pudesse existir uma maior ligação nomeadamente com a comunidade religiosa local, uma vez que no sítio arqueológico estão preservadas as ruínas do antigo convento de São Cucufate com a sua capela decorada com pinturas nas paredes e no tecto. Este poderia ser um aspecto a explorar pela gestão do sítio de modo a promover o património

do sítio arqueológico e uma ligação mais forte do sítio arqueológico às comunidades locais. Em relação a esta hipótese, poderá haver a contrapartida de as pinturas na capela se posicionarem já fora da temática romana do sítio e com isto desvirtuar a “marca” do sítio. Deste modo, qualquer acção no sentido de explorar as pinturas no antigo convento teria de ser bem estudada, de modo a manter a identidade do sítio.

Mesas do Castelinho:

Apesar de se tratar de um sítio onde o projecto de valorização está em conclusão, Mesas do Castelinho considerou a sua relação com a comunidade como acentuada e “presente desde a primeira hora”. Tendo em conta que mais recentemente o sítio tem conhecido um aumento das actividades no âmbito da valorização e da apresentação ao público, a relação com a comunidade vê-se fortalecida pois há uma componente forte de identificação do sítio como património da comunidade, o que segundo o responsável do sítio é de extrema importância para que o sítio seja mantido e defendido.

Entre várias acções específicas que foram realizadas para que esta relação crescesse assinala-se “a contratação assídua e anual de mão-de-obra local nos trabalhos”, que reforça o “papel social e económico” do projecto de Mesas do Castelinho e também a ligação entre a população, especialmente de Santa Clara, e o sítio.

Ruínas Romanas de Tróia:

A resposta das ruínas Romanas de Tróia foi das mais extensas e das que mais informação revelou no âmbito da relação com a sua comunidade, o que não impediu que a resposta começasse por classificar o vínculo como “pouco aprofundado”.

Um dos motivos por que o sítio arqueológico considera a ligação à comunidade pouco desenvolvida está relacionado com a sua localização na zona denominada Caldeira de Tróia. Este local é importante para as comunidades locais, como aliás é visível durante a festa de Nossa Senhora da Tróia⁷², no entanto a relação entre as pessoas de Setúbal, da Comporta e da Caldeira parece não se transpor da mesma forma para as ruínas romanas aí presentes. Neste sentido, parece existir uma comunidade bem definida e muito ligada ao local onde o sítio se

⁷² Que se realiza anualmente durante três dias no mês de Agosto.

implanta, que provavelmente merece a atenção por parte da gestão do sítio, podendo vir a ser direccionada para o visitar.

Não obstante este apontamento a relação do sítio com a sua comunidade envolvente existe e é promovida de várias formas. A participação dos locais em encontros como “Memórias da Arrábida”, a realização de conferências gratuitas no dia dos Monumentos e Sítios e durante as Jornadas do Património e a execução dos projectos “Adopta uma ruína” e “Centro de Memórias” são exemplos dessa mesma relação com a comunidade em que o sítio arqueológico se insere.

Os projectos são de particular importância pois são iniciativas específicas que visam de forma clara fortalecer os elos com a comunidade. O projecto “Adopta uma Ruína” está relacionado com as escolas e o projecto “Centro de Memórias” corresponde a uma iniciativa que recolhe o testemunho dos vários habitantes de Setúbal e da Comporta que participaram em várias escavações no sítio ao longo do século XX, ou que visitavam o sítio mesmo antes de estar musealizado⁷³. Esta iniciativa corresponde a uma clara tentativa de reintroduzir as ruínas de Tróia no quotidiano dos habitantes locais e mostrar um sítio já conhecido agora apresentado e explicado no contexto de um projecto de valorização. Iniciativas como esta podem promover a relação do sítio arqueológico com a sua comunidade directa, e reestabelecer a ligação que se foi perdendo em anos recentes principalmente desde a implantação do *TróiaResort*⁷⁴.

Outra forma de relacionamento com a comunidade está presente na realização do “Mercado Romano” que procura reunir comerciantes de Grândola e de Setúbal, evento de grande dimensão que permite dinamizar o património das ruínas e promover a sua visita⁷⁵. Para além da relação que se procura estabelecer com a comunidade local, o sítio arqueológico tenta ainda relacionar-se com a “população sazonal”, que devido à proximidade de outros espaços turísticos é muito evidente. Para que isto ocorra são realizados eventos específicos direccionados para pessoas (nomeadamente famílias) que procurem complementar a oferta do turismo balnear.

⁷³ Informação obtida através de diálogo com responsável do sítio.

⁷⁴ Informação obtida através de diálogo com responsável do sítio e através da experiência pessoal ao falar com habitantes de Setúbal.

⁷⁵ Informação obtida através de diálogo com responsável do sítio e através da experiência pessoal.

Apesar dos pontos positivos que foram destacados há, a meu ver, dois apontamentos que devem ser feitos para que a relação do sítio pudesse melhorar, o que conseqüentemente se traduziria em benefícios para o sítio nomeadamente sob a forma do aumento de visitantes.

Um dos aspectos que poderia ser explorado está relacionado com a realização das festas de Nossa Senhora da Tróia, pois durante a realização destas festas um número muito elevado de pessoas acampa no espaço da Caldeira de Tróia, junto das ruínas. Durante este período o sítio está fechado por motivos logísticos, impossibilitando a sua visita. Não se trata aqui de tornar as ruínas no palco de um “festival”, mas de aproveitar a oportunidade para mostrar aos habitantes locais que o sítio arqueológico se pode relacionar com eles e simultaneamente fazer chegar a mensagem do sítio arqueológico a um maior número de pessoas.

Outra forma de melhorar as relações da população local com o sítio arqueológico poderia ser efectuada através de um desconto no preço do bilhete para os residentes de Setúbal, Grândola e Comporta à semelhança do que acontece no sítio arqueológico de Alter do Chão.

Numa análise de âmbito geral a relação que os sítios arqueológicos apresentam com a sua comunidade é existente. No entanto, não poderia deixar de salientar que não parece ser muito desenvolvida, dadas as poucas iniciativas específicas que são desenvolvidas com o sentido de envolver a comunidade local no sítio arqueológico. À excepção de Mesas do Castelinho e da sua relação com a comunidade de Santa Clara a Nova, onde o vínculo parece ser mais forte, pode-se dizer que existe uma orientação geral, que foi assinalada, para unir o sítio arqueológico à comunidade, mas serão necessárias acções específicas, cuja adesão seja avaliada, de modo a perceber se a ligação à comunidade é efectiva ou não.

5.13.2. Ligação entre os sítios e escolas:

A ligação do sítio arqueológico com o sector escolar da comunidade, cuja importância é assinalável (Gomes e Lourenço, 2009: 141-142) foi também objecto de inquérito. Nas respostas a esta questão verifica-se mais uma vez uma diversidade assinalável de acordo com o sítio arqueológico.

Alter do Chão, Tourega e Mesas do Castelinho:

As respostas destes três sítios não sendo iguais, parecem traduzir uma realidade semelhante, em que as relações com as escolas locais são feitas através da solicitação ocasional para visitar o sítio por parte de grupos escolares, sendo esta ligação frequentemente mediada pelas autarquias locais ou pela própria DRCALEN.

Isto traduz relações com as escolas de natureza muito simples e uma atitude relativamente passiva, uma vez que as visitas só se realizam quando solicitadas pelas escolas. Ainda que estes sítios possam não dispor da estrutura necessária para que a ligação com as escolas seja feita nos moldes desejáveis, poderia existir uma ligação maior em que a gestão do sítio arqueológico se dirigisse especificamente às escolas no âmbito da sensibilização para a educação patrimonial e para dar a conhecer o património arqueológico às camadas jovens.

Ainda assim, quando foi realizada a visita ao sítio arqueológico de Alter do Chão recebi a informação de que os responsáveis pelo sítio participaram nas AEC (Actividades de Enriquecimento Curricular) das escolas de Alter do Chão, o que indica que poderá ser feito algum tipo de “educação patrimonial” e divulgação do património arqueológico local junto das camadas jovens da sociedade.

Torre de Palma:

O sítio de Torre de Palma parece ter uma relação com as escolas locais mais desenvolvida do que os sítios de Tourega e Alter do Chão. No âmbito de actividades culturais da DRCALEN, é alvo de actos direccionados para o público escolar como “peças de teatro, espetáculos musicais, sessões de contos tradicionais” onde é geralmente incluída a visita ao sítio arqueológico. Para além disto, a própria autarquia de Monforte toma a iniciativa na realização de actividades relacionadas com o sítio arqueológico e o seu conhecimento, direccionadas para o público escolar do Município.

Apesar de não serem mencionadas actividades muito específicas em que a haja uma clara ligação entre as escolas e o sítio arqueológico, parecem existir as directrizes gerais para que essa relação seja feita. Neste caso o sítio arqueológico procura uma acção mais directa nos públicos escolares, promovendo o contacto com os mesmos e incitando à visita ao sítio e participação em actividades desenvolvidas na *villa* de Torre de Palma.

São Cucufate:

O sítio arqueológico de São Cucufate evidenciou uma política em relação às escolas, semelhante àquela verificada no sítio arqueológico de Torre de Palma. Verifiquei que parte da resposta é quase igual em ambos os locais, revelando a possibilidade de existirem orientações gerais nos sítios sob gestão da DRCALEN para lidar com a comunidade, neste caso com o sector escolar.

A referência às actividades promovidas pela DRCALEN, como peças de teatro ou sessões de contos tradicionais é muito semelhante à de Torre de Palma. Actividades como “peças de teatro, espetáculos musicais, acções de iniciação à música, sessões de contos tradicionais” são suplementadas com a visita ao sítio arqueológico são formas do sítio de São Cucufate se dirigir ao público escolar da autarquia.

Para além destas actividades, destacam-se ainda os momentos em que o sítio arqueológico pode contar com elementos temporários ligados à vertente educativa do sítio arqueológico. Estas pessoas são responsáveis pela dinamização de acções pedagógicas e de animação que são “direccionadas para as escolas do concelho, incluindo a Escola Profissional”.

À semelhança do que foi reportado em relação ao sítio de Torre de Palma, São Cucufate revelou linhas operacionais para o público escolar, assim como formas de se relacionar com as instituições locais de ensino. Como em Torre de Palma, as actividades mencionadas não são muito específicas e revelam um entendimento da necessidade de estabelecer relações com os estabelecimentos de ensino locais.

Miróbriga e Ruínas Romanas de Tróia:

O sítio arqueológico de Miróbriga é visitado por escolas do município e da região, porém a organização e realização dessas visitas não é efectuada através de nenhuma parceria entre o sítio arqueológico e os estabelecimentos de ensino. Apesar de esta situação ter sido apenas mencionada pela gestão do sítio de Miróbriga poderá ser mais comum pois, como já referi, a realização de visitas ao sítio por parte de públicos escolares no âmbito de “visitas de estudo” pode não representar um vínculo com essas escolas, mas um único evento em que o interesse de visitar o sítio se manifestou.

Em relação ao sítio arqueológico de Tróia a relação com as escolas é efectuada de diversas formas, designadamente com o projecto “Adopta uma Ruína”. Este projecto pedagógico destina-se especificamente às escolas regionais⁷⁶. Para além deste projecto foi ainda mencionado o “envolvimento das escolas de Grândola no evento do Mercado Romano”, que atrai um grande número de pessoas e que tem impacto na envolvente do sítio arqueológico. Para além destas iniciativas a gestão do sítio arqueológico de Tróia divulga ainda outras actividades específicas para as escolas.

⁷⁶ Informação obtida através de conversa com responsável e do *web site* <https://troiaruinasmiror.blogspot.com/2015/11/20/adopta-uma-ruina-2/> - consultado dia 27-1-2017.

O sítio arqueológico refere a gratuitidade das visitas guiadas, não sendo claro se isso se estende a todos os que participam nas visitas guiadas associadas a escolas, como por exemplo os professores ou pais que acompanhem os alunos, ou somente aos menores de 14 anos de idade. Caso isto se verifique só para os menores de 14 anos de idade, não é mais do que o cumprimento da política de preços do sítio arqueológico.

5.13.3. Ligações com outros sítios arqueológicos:

Tendo em conta a existência de vários sítios arqueológicos no Alentejo bem como a proximidade geográfica de alguns deles, inquirir acerca das relações entre estes, tornava-se de toda a pertinência. Esta pergunta acabou por não ser de resposta unanimemente afirmativa, como se verificou nas duas questões anteriores, mesmo tendo em conta as diferenças entre as respostas anteriores mencionadas.

Os sítios arqueológicos de Alter do Chão e de Tourega referiram não ter qualquer ligação com outros sítios arqueológicos da região. Os restantes sítios arqueológicos apresentam maior diversidade de respostas a esta questão pelo que é necessário isolá-las.

São Cucufate, reconhecendo a inexistência de um vínculo regular a outros sítios arqueológicos ou de interesse patrimonial, afirma que a informação acerca de outros sítios é transmitida na recepção aos seus visitantes. Ainda que se trate de uma atitude com mérito não pode ser considerada uma acção sistemática inscrita numa política de relações e contactos com outros sítios arqueológicos ou de interesse patrimonial.

Em relação aos sítios de Torre de Palma e Miróbriga, ainda que não seja feito de forma explícita, é perceptível que as relações entre os sítios arqueológicos são consideradas pontuais e no âmbito de actividades específicas. Por exemplo, o sítio de Torre de Palma remete para a existência dos “itinerários arqueológicos do Alentejo”⁷⁷ e o sítio arqueológico de Miróbriga alude para a realização de actividades específicas muito pontuais.

As ruínas romanas de Tróia e Mesas do Castelinho são por outro lado um pouco mais precisos nas suas respostas. No caso de Tróia são mencionadas visitas conjuntas em colaboração com o Museu do Arroz, a existência de projectos em colaboração com o Museu do Trabalho e ainda a “cooperação em colóquios e estudos – no caso do Museu Arqueológico e Etnológico de Setúbal”. Estas relações com diversos aparelhos culturais na zona de

⁷⁷ Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve (2001), Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa.

influência do sítio arqueológico, são frequentemente desejáveis e devem ser fomentadas, pois produzem benefícios para as diferentes instituições patrimoniais envolvidas (Matos, 2008: 44; Carvalho, 2011/2012: 13-14; Figueira, 2013: 53-54). No caso de Mesas do Castelhinho é referida a ligação casual ao Circuito do Castro da Cola, bem como a outros sítios através de “eventos como percursos/visitas guiadas”.

Apesar das várias respostas a esta questão com a menção a actividades pontuais, as relações específicas mencionadas na resposta de Tróia e a relação entre Mesas e o Circuito Arqueológico do Castro da Cola, dificilmente se poderá dizer que algum dos sítios arqueológicos evidencia uma ligação directa e forte com outro sítio arqueológico. Mesmo em casos de proximidade, como por exemplo os sítios romanos de *Ammaia* e de Torre de Palma e Alter do Chão cuja maior distância entre eles é cerca de 45km, nenhum elo de ligação foi mencionado.

A realização de acções pontuais pode ser na verdade um método legítimo para estabelecer ligações entre sítios arqueológicos. No entanto estas só serão profícuas para os sítios se forem aproveitadas de forma lógica, sustentada e continuada. A mera alusão a actividades pontuais denota uma inexistência de planeamento estratégico dessas relações e por isso a falta de controlo do resultado das iniciativas realizadas (Hernández e Tresserras, 2001: 156-157). Através de uma estratégia bem delineada com associação entre os aparelhos culturais e os sectores de restauração e hotelaria regionais, não só se promoveria o património, como também vários aspectos da região em que este se insere (Carvalho, 2011/2012: 13-14; Figueira, 2013: 53-54; Morais, 2010: 9).

Se por um lado se verifica que os sítios arqueológicos conservados, valorizados e apresentados ao público formam uma rede abrangente no território, tal como descrito na resposta de Torre de Palma à questão 5.3, é também evidente que a falta de comunicação e coordenação entre os equipamentos patrimoniais dificulta que essa rede possa funcionar eficazmente (Figueira, 2013: 54-55; Neves, 2004: 225). Mesmo admitindo que os visitantes de sítios arqueológicos, enquanto públicos de cultura correspondem a um perfil em que são já conhecedores de outros exemplos patrimoniais (Gomes, 2004: 37; Mantecón, 2009: 188), criar uma “rede de património cultural” é, em primeiro lugar, da responsabilidade dos aparelhos gestores do património, porque são estes que têm as principais ferramentas para o fazer (Neves, 2004: 224). Reconheço porém, que existem dificuldades que se podem evidenciar para a constituição destas redes, nomeadamente em relação à existência de

estruturas de apoio; estas só através de um planeamento cuidado e racional poderão ser ultrapassadas.

5.14. Missão, Visão, Valores e Objectivos dos Sítios Arqueológicos:

A última parte do questionário está directamente relacionada com a missão do sítio arqueológico. A missão de uma organização cultural traduz o seu propósito ou o motivo para a sua existência (Drucker, 1999: 9; Byrnes, 2015: 154). Sob este ponto de vista a missão de uma entidade cultural traduz a responsabilidade que a mesma pretende assumir no contexto global.

Nesta parte do questionário não foi possível qualquer tipo de confronto com as informações recolhidas a partir da observação directa, uma vez que na visita aos sítios arqueológicos não seria possível a recolha destas informações. As questões foram colocadas a partir de uma base teórica, expectável para a generalidade das instituições culturais. Procurou-se perceber dois aspectos relacionados com a gestão dos sítios: conhecer melhor cada um do seu próprio ponto de vista, com a explicitação da Missão, dos Valores, dos Objectivos; e verificar em que medida os conceitos actualmente usados e amplamente fundamentados para a gestão de organizações culturais são utilizados e compreendidos no quotidiano profissional dos mesmos.

As noções nem sempre foram as mesmas ou correctamente entendidas o que dificultou a percepção de várias perguntas desta parte do questionário e que naturalmente condicionou as respostas dos sítios arqueológicos. Tal situação deve motivar uma revisão dos modelos sobre os quais são construídos os projectos de conservação e valorização de sítios arqueológicos, no sentido de implementar uma estrutura gestora desse património, assente numa eficaz compreensão destes conceitos, fundamental para criar as bases de uma organização cultural.

Missão:

Perante as respostas dadas há dois aspectos a ser salientados.

Em primeiro lugar o entendimento do conceito de Missão de uma instituição cultural parece não ser completo, porque apenas dois dos sítios apresentam uma definição clara. Por este motivo consideraria que as respostas de Tourega, de Alter do Chão e até de Miróbriga são demasiado abrangentes e não se concentram no sítio arqueológico. As respostas de Alter do Chão e de Miróbriga remetem-se para preocupações gerais com o património arqueológico: a

sua divulgação, conservação e fruição entre outros, mas não especificam se este propósito se dirige apenas ao sítio arqueológico. Esta mesma falta de especificidade pode, também, ser encontrada na resposta da *villa* romana de Tourega, pois a mesma podia ser aplicada a muitas outras situações. Visto que a missão deve incidir especificamente no sítio arqueológico em questão, dificilmente se poderia dizer que o sítio arqueológico de Tourega tem uma missão definida.

As *villae* romanas de Torre de Palma e de São Cucufate são mais uma vez mencionadas em conjunto porque as suas respostas não são apenas semelhantes, mas sim iguais. Por outro lado, Miróbriga não respondeu desta forma o que representa um dado relevante, pois trata-se de um dos sítios afectos à DRCALEN, tal como Torre de Palma e São Cucufate. Tendo em conta a igualdade de circunstâncias destes sítios⁷⁸, não deixa de ser relevante notar que Miróbriga tenta ter uma Missão própria, demonstrando uma noção mais completa da gestão e valorização de um sítio arqueológico.

Estes dois sítios arqueológicos responderam que a sua Missão se integrava na Missão da DRCALEN. No entanto o facto de a DRCALEN possuir uma missão, que naturalmente engloba todo o património cultural sob a sua responsabilidade, não significa que os seus equipamentos culturais não possam ou devam ter uma Missão bem definida.

Por este motivo, um sítio arqueológico deve ter uma Missão específica e não a mesma que a DRCALEN (estrutura que responsável por dezenas equipamentos patrimoniais) porque não só se tratam de estruturas diferentes na sua dimensão, como também na própria definição individual. É plausível que as missões dos vários equipamentos sob a alçada da DRCALEN se integrem na missão desta, mas tal não significa que esta seja exactamente igual, porque a DRCALEN e os sítios de São Cucufate e Torre de Palma não existem, certamente, pelo mesmo propósito. O facto de as respostas serem exactamente iguais revela que há uma probabilidade de a resposta constituir uma directiva proveniente da DRCALEN.

Por fim as ruínas romanas de Tróia e Mesas do Castelinho responderam com o que se pode identificar como sendo uma missão de um equipamento de património cultural. Em ambos os casos a missão está definida especificamente para os sítios demonstrando os motivos para a necessidade de uma estrutura gestora dos mesmos. Note-se que este nível de especificidade não impede que ambos os sítios apresentem propósitos semelhantes no que toca às suas dimensões científica, de conservação e apresentação do seu património, pois ainda que em

⁷⁸ Geridos pelo mesmo organismo, a DRCALEN, ainda que com o apoio das autarquias locais.

diferentes níveis ambos têm missões que se interceptam conceptualmente. O sítio de Pisões revelou não possuir missão, o que não constitui dado irregular, porque o plano de valorização do sítio está ainda a ser desenvolvido.

Visão:

O conceito de Visão corresponde à projecção da instituição cultural no tempo (Drucker, 1999: 9; Byrnes, 2015: 154). Mais uma vez o sítio de Pisões, pela situação em que se encontra actualmente, não revelou a existência de visão para o sítio arqueológico.

Tendo por base a noção da visão de uma organização cultural foi notória a falta de entendimento do conceito na maioria das respostas dadas. Por exemplo a resposta de Alter do Chão traduz pouco daquilo que se poderia considerar a visão do sítio, pois não perspectiva o futuro do sítio arqueológico. A este respeito faz apenas a referência à promoção e divulgação do património arqueológico, presumivelmente associado ao sítio “Casa da Medusa”, a nível nacional e internacional. Esta ambição não corresponde a uma projecção da situação futura do sítio arqueológico de Alter do Chão, pois é escassa em referir as linhas do futuro do sítio.

A resposta da *villa* romana de Tourega também dificilmente se ajusta àquilo que é inquirido na questão, pois a resposta dada corresponde a aspectos científicos do sítio, que, apesar de relevantes, não correspondem à projecção da instituição (o sítio arqueológico) no futuro.

Em relação a Torre de Palma e São Cucufate verifica-se exactamente a mesma situação salientada no ponto anterior, em que as respostas são exactamente as mesmas, com os mesmos problemas.

Miróbriga surge novamente com uma resposta distinta de Torre de Palma e São Cucufate, apesar das circunstâncias semelhantes no que toca à sua gestão. Neste caso Miróbriga define a sua visão em linha de concordância com os objectivos do programa de valorização, mantendo, no entanto, um entendimento provavelmente demasiado lato daquilo que seria a visão do sítio. Ainda assim e apesar do domínio do conceito parecer ser incompleto, a resposta de Miróbriga transparece uma preocupação com o futuro. Este é um dado característico de uma visão, ainda que esteja ausente a projecção da situação do sítio de Miróbriga no futuro.

Em relação à resposta do sítio arqueológico de Tróia, pode ser verificada a concordância com a noção de visão anteriormente exposta, e com a sua missão, onde se almeja a criação de um “pólo cultural” e a constituição de um “local de referência do turismo cultural internacional”. Se o propósito do sítio arqueológico reside em conservar, interpretar e difundir o acervo arqueológico romano de Tróia, a sua visão estabelece um futuro onde as ruínas

romanas de Tróia se vêm “como factor diferenciador do *Troiareort*”, o que traduz a ambição de que o património arqueológico romano de Tróia se destaque claramente no âmbito do Turismo Cultural.

Por fim Mesas do Castelinho apresenta uma visão que apesar de não corresponder ao cânone daquilo que se esperaria para a visão de uma instituição cultural acaba por projetar, aquilo que pretende para o futuro pois prevê a “formação técnica de estudantes e consequente retorno social para as populações locais”.

Valores:

Os valores dos sítios correspondem geralmente a aspectos muito específicos que são valorizados pela instituição, no cumprimento da missão e que se manifestam, ou procuram manifestar, nos seus colaboradores (Byrnes, 2015: 154).

As respostas dos sítios, apesar de serem diferentes, referiram frequentemente valores semelhantes, sem que nunca tenham sido referidos como valores as mais-valias que os colaboradores em cada sítio podem trazer para o cumprimento da missão (Byrnes, 2015: 154).

Torre de Palma identifica os valores do sítio arqueológico com os valores da DRCALEN, à semelhança das respostas às questões anteriores. Este tipo de resposta corre o risco de incorrer numa generalização excessiva ocultando as características específicas do sítio, para além dos problemas já referidos nas outras perguntas.

A resposta de São Cucufate refere os valores genéricos deste sítio arqueológico. Menciona valores científicos, patrimoniais, históricos, arquitectónicos e de “memória colectiva dos habitantes da zona”. Ainda que se possam considerar valores do sítio, e mesmo que se possam inscrever na missão, são também valores que podem ser facilmente repetidos para outros sítios arqueológicos, o que os torna genéricos e não alusivos a nenhuma singularidade do sítio, elemento que poderia estar mais presente. A resposta de Tourega é semelhante à de São Cucufate uma vez que referem o “aprofundamento, interpretação e divulgação do conhecimento adquirido”, valores um pouco genéricos e que não se parecem relacionar com a missão deste sítio.

Ao contrário da resposta de São Cucufate, o sítio arqueológico de Alter do Chão foi bastante específico ao referir que “Os valores do sítio arqueológico assentam sobretudo no mosaico figurativo do *triclinium* da Casa da Medusa”. Neste caso o problema surge em corresponder os valores do sítio, sobretudo, a um só elemento do mesmo, o que por sua vez dificilmente se relaciona com a sua missão, que como já foi referido é bastante genérica.

O sítio de Miróbriga respondeu que os seus valores assentam na produção e divulgação da arqueologia do sítio ao público geral, na educação e sensibilização patrimonial, e na colaboração com a sua comunidade. Mais uma vez os valores são bastante genéricos, não obstante revelam aquilo com que Miróbriga se preocupa, sobretudo o conhecimento científico que o sítio pode produzir assim como as relações com a sua comunidade no âmbito da sensibilização patrimonial.

Mesas do Castelinho refere como valores do sítio arqueológico a dimensão de ensino e formação de investigadores de arqueologia, e a sua capacidade de apresentar o património arqueológico de modo a torná-lo num polo dinamizador para a sociedade e economia local. Isto está parcialmente em linha com as respostas dadas pelos restantes sítios, porém devo destacar que a resposta mantém os elementos presentes na missão e visão, o que parece traduzir uma estratégia definida

Tróia referiu que não existem valores formalmente definidos para o sítio, mas que são inerentes à missão e visão do mesmo. Neste caso referem-se os valores de “investigação, conservação e divulgação”. Uma vez que o entendimento de valores do sítio é um pouco lato dificilmente se poderá dizer quais seriam as respostas mais correctas, tendo também em conta que esses valores são definidos pelas próprias instituições. Não obstante é notória a semelhança entre as respostas, e o facto de em vários casos ser difícil estabelecer uma relação com a Missão do sítio.

A *villa* romana de Pisões revelou não compreender totalmente o conceito de valores do sítio uma vez que a sua resposta os relacionou com a missão do sítio, que por sua vez não está ainda definida. Para além disto a resposta de Pisões reflecte as ambições do projecto de Pisões e os seus valores enquanto instituição, suportado pelo facto de Pisões estar no processo de desenvolvimento de um plano de valorização para o sítio.

Objectivos:

À semelhança do que se tinha verificado nas perguntas anteriores os sítios arqueológicos de Torre de Palma e de São Cucufate voltaram a apresentar respostas exactamente iguais. Denoto também a resposta do sítio arqueológico de Alter do Chão que é semelhante, apesar de não ser exactamente igual, referindo a inexistência de uma estrutura de gestão.

Como se pode ver no quadro 4.5 a resposta dos dois sítios arqueológicos foi: “O sítio não possui uma estrutura específica de gestão, tal como foi assinalado acima”. Para além de não existir uma estrutura específica de gestão, o que não fora ainda mencionado ao longo do

questionário, isso traduz-se na inexistência de objectivos. Apesar de reconhecer que a pergunta pressupõe a existência de uma estrutura de gestão, é difícil perceber por que razão a inexistência da mesma significa a ausência de objectivos em relação ao sítio arqueológico. De facto parece pouco plausível que não exista uma lista de ambições a cumprir dentro de diferentes prazos estipulados previamente, ou de forma mais concisa, uma lista de objectivos para cada sítio.

	6.4 – Quais os objectivos da Estrutura de Gestão do Sítio Arqueológico?
Torre de Palma	O sítio não possui uma estrutura específica de gestão, tal como foi assinalado acima
São Cucufate	O sítio não possui uma estrutura específica de gestão, tal como foi assinalado acima

Quadro 4.5 – Respostas de Torre de Palma e São Cucufate à questão 6.4

Neste sentido devo salientar que há uma diferença entre os objectivos gerais de cada sítio arqueológico e o seu plano de acções, geralmente anual. Enquanto os objectivos de cada traçam as linhas gerais do trabalho que o sítio pretende desenvolver em diferentes prazos de acordo com a estratégia, o plano de acção estabelece especificamente as tarefas e recursos necessários ao cumprimento desses objectivos (Byrnes, 2015: 163).

O sítio de Mesas do Castelinho respondeu com uma lista de objectivos um pouco vaga e redundante quando comparada com a missão do sítio, porque apesar de serem legítimos os objectivos de garantir a protecção e conservação do sítio, a par do desenvolvimento da investigação e da divulgação do mesmo, estes parecem ser linhas gerais. Nesta pergunta faria algum sentido ser um pouco mais específico quanto às formas como se pretende cumprir a sua missão. Todavia parece haver um nível de planeamento nas acções de valorização relativas a este sítio que nem sempre se repetiu nos restantes casos de estudo.

O sítio arqueológico de Tourega apresentou como objectivo “dar a conhecer e preservar (...) o sítio arqueológico”. Apesar de se tratar de objectivos vagos em pormenores o sítio está praticamente abandonado, pelo que seria anómala uma resposta “completa” à pergunta.

Por fim as ruínas de Tróia e de Miróbriga revelaram um entendimento da pergunta e responderam de acordo com isso. Inclusivamente no caso de Tróia é feita a listagem de 12

objectivos isolando 4 deles como objectivos a longo prazo. Nos objectivos estipulados pelos dois sítios estão presentes preocupações de vários tipos, o que atesta a natureza multifacetada da gestão de sítios arqueológicos (Matos, 2008: 40).

As ruínas romanas de Tróia estabeleceram objectivos relacionados com o seu património arqueológico, com o seu público potencial, com o meio em que se insere e até com os pontos económicos para a sustentabilidade do projecto. Em relação aos objectivos relacionados com o património arqueológico evidencio as preocupações de conservação e restauro com o sítio arqueológico, com as suas colecções e o estudo das mesmas. Estas preocupações estão directamente relacionadas com as aspirações do sítio arqueológico em aumentar o conhecimento do público acerca da disciplina arqueológica, com o foco nas ruínas de Tróia, e se tornar num núcleo cultural da região. Dos já referidos objectivos sobressai o de respeitar o meio ambiente *Rede Natura 2000* em que o sítio se insere, que é na verdade de carácter obrigatório, e o de “constituir-se como uma instituição sustentável”. Este último objectivo por muito óbvio que possa parecer é na verdade muito relevante porque concorda com os pilares fundamentais da valorização de sítios arqueológicos (Carvalho, 2009: 485, Richards, 2000: 83-84; Hernández e Tresserras, 2001: 156-157) e que, como se verificou nos dados recolhidos, não é muito frequente. Dos 4 objectivos a longo prazo que Tróia estabeleceu, destaca-se a ambição de alcançar outra escala para além do espaço regional. Aos objectivos de índole nacional, como a integração na rede nacional de museus ou a recepção de exposições temporárias do Museu Nacional de Arqueologia, adicionam-se objectivos de cariz internacional como o acolhimento de exposições temporárias de museus internacionais (como o *British Museum* ou o *Musée du Louvre*) e a candidatura a Património Mundial da UNESCO, o que significa a assunção quer dos benefícios associados, quer das responsabilidades inerentes (Vinuesa, 2002: 20-21). A criação de uma “escola de Arqueologia de renome” como objectivo do sítio arqueológico representa também um dado interessante, uma vez que esse tipo de acção fomenta maior dinâmica do sítio arqueológico e maior confronto de ideias acerca da ciência arqueológica.

Miróbriga estabelece objectivos de dimensão mais local e centra-se na constante dinâmica entre o ponto de vista científico e a fruição pública do sítio. Apesar de não expressar o aspecto da sustentabilidade financeira do sítio, há um claro foco na comunidade local do sítio, através de parcerias que potencializem o conhecimento e conservação do sítio. Para além da comunidade alargada, o sítio concentra os seus esforços na comunidade escolar, e nos ensinamentos que pode transmitir acerca do património arqueológico. Para além da relação

com a comunidade local o sítio definiu como nuclear “proteger e conservar o sítio arqueológico” assim como “comunicar e divulgar o sítio” e a sua acção de valorização.

5.15. Público-Alvo:

O questionário inquiria por fim os sítios arqueológicos acerca da existência de público-alvo.

Esta questão foi respondida por todos os sítios arqueológicos e revelou respostas relativamente uniformes. A noção de público-alvo muito frequente nas áreas de marketing e gestão de empresas pode também ser aplicada às empresas, ou organizações culturais (Mantecón, 2009: 174). Definir este conceito não é fácil, da mesma forma que é complexa a definição de público. Ainda assim e de forma simplificada, pode ser entendida como a noção de um conjunto de pessoas, “*united through the circulation of their discourse*” nas palavras de Michael Warner (Warner, 2002: 59). Público-alvo não designa mais do que conjuntos de pessoas para quem determinado produto, serviço ou evento é disponibilizado. Em inglês é frequentemente designado somente por *target*, ou seja, “alvo” (Mantecón, 2009: 178-182; Santos, 2003: 78).

Analisando as respostas verificou-se que para nenhum dos sítios arqueológicos existe um público-alvo específico definido no exercício regular das actividades. A existência de público-alvo só foi mencionada para eventos específicos, e apenas por Tróia. Não obstante, é necessário matizar o conceito de público-alvo neste contexto uma vez que segundo a lei o património cultural é uma herança de toda a civilização e “todos têm direito à fruição dos valores e bens que integram o património cultural”, o que significa que o património deve ser algo dirigido a todos os que desejem o “desenvolvimento da personalidade através da realização cultural”⁷⁹, assumindo-se como algo que é destinado a todos. Ainda assim devo mencionar dois pontos de reflexão em torno desta questão, pois é possível definir públicos-alvo para actividades específicas desenvolvidas pelos sítios.

Tendo por base a concepção de público-alvo é seguro afirmar que este é definido pela instituição que disponibiliza os serviços ou produtos, e não se constrói a partir dos visitantes do sítio, mas a partir daqueles que a gestão do sítio motiva a visitar (Oliveira, 2004: 146-148).

Não obstante, e mediante a resposta do sítio arqueológico de Tourega, é provável que o conceito de público-alvo não seja totalmente entendido. Apesar a resposta mencionar o “meio

⁷⁹Art.º 7º, Decreto de Lei nº107, DR, Iª Série, n.º, 8 de Setembro de 2001.

científico/escolar” como o “maior frequentador” do sítio arqueológico, este não corresponde a um público-alvo, de acordo com o que foi acima estipulado. Para além disto devo ainda salientar que na resposta, o próprio sítio arqueológico reconhece “existir um interesse diversificado” em visitar o sítio. Esta informação acerca de Tourega dificilmente será confirmável, uma vez que não há nenhuma estrutura de acolhimento aos visitantes, sendo muito difícil perceber apenas a partir da Câmara Municipal de Évora, entidade gestora, qual o público que o visita.

Os restantes sítios arqueológicos reconhecem que não têm público-alvo e que os mesmos se destinam a todo o tipo de público. Mesmo o sítio de Alter do Chão respondeu neste sentido, pois referir que o público-alvo é de “abrangência geral” significa que não há um público no qual a estrutura do sítio se foque, não havendo, por isso, um público-alvo.

Mais uma vez os sítios arqueológicos de Torre de Palma e de São Cucufate apresentam respostas exactamente iguais à pergunta colocada. As respostas de ambos os sítios revelaram que, apesar de não existir um público-alvo para o sítio, parecem existir públicos-alvo para as diferentes actividades que os sítios arqueológicos promovem ou realizam.

Algo semelhante é observável em relação ao sítio arqueológico de Tróia que determinou não possuir um público-alvo, mas designar públicos-alvo diferenciados para cada actividade ou projecto desenvolvidos pelo sítio arqueológico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Após a exposição dos dados podem ser tecidas algumas considerações ao conjunto analisado. Uma vez que, este se trata de um trabalho com um carácter de diagnóstico, procurei comentar genericamente o “estado da arte” e discutir alguns aspectos mais relevantes.

Um dos pontos mais significativos que a investigação realizada pôde observar foi as diferenças entre os diferentes tipos de gestão: a gestão camarária, a gestão da DRCALEN e a gestão privada. O sítio de Pisões revelou estar sob a gestão da Universidade de Évora, contudo, uma vez que o seu projecto de valorização se encontra em fase embrionária, é impossível tecer o mesmo tipo de considerações que foram elaboradas para os outros sítios. Por este motivo o sítio de Pisões poderá (e deverá) ainda ser alvo de uma análise semelhante a esta no futuro.

A gestão camarária, presente nos sítios de Tourega e Alter do Chão não revelou, para a região do Alentejo, um modelo de gestão sistematizado, uma vez que os dois sítios apresentam situações muito diferentes no que respeita à sua valorização. Como foi referido ao longo da análise, Tourega encontra-se em vários aspectos praticamente ao abandono e isso levou a que as suas respostas ao questionário revelassem, por diversas vezes, dificuldades em entender os contextos da valorização de sítios arqueológicos. O caso de Alter do Chão é diferente, pois existe um projecto de valorização activo no sítio, onde há uma estrutura preparada a receber visitantes e a acompanhá-los na visita ao sítio arqueológico. Neste caso de estudo e apesar das falhas que foram enumeradas na anterior análise, o sítio apresenta muitos elementos de uma valorização activa, que inclusivamente procura dinamizar o seu sítio arqueológico de diversas formas.

Tendo em conta as diferenças observadas entre os dois exemplos de gestão camarária aqui presentes, parece plausível concluir que a gestão camarária não possui um conjunto de directrizes que orientem os sítios e sua valorização, pelo menos nos sítios que se localizam nas áreas não urbanas. Esta falta de orientações comuns não impede, contudo, que o sítio de Alter do Chão apresente pontos positivos, o que pode traduzir a autonomia dos sítios para conseguirem assegurar a sua valorização independentemente de estruturas mais amplas.

A situação dos sítios geridos pela DRCALEN (Torre de Palma, São Cucufate, Miróbriga e Mesas do Castelhinho) é consideravelmente diferente uma vez que estes revelaram uma estrutura melhor implantada, que se coordena com os municípios numa lógica de parceria, para a gestão do sítio. Estes sítios revelaram ter directrizes específicas para a gestão dos sítios o que se reflecte em vários aspectos analisados ao longo do texto. Por exemplo, todos estes

sítios apresentaram semelhanças no que concerne aos planos de acção, materiais de comunicação e divulgação, nas vertentes de interpretação dos sítios. A presença destes aspectos pode reflectir uma estrutura organizada que orienta o processo de valorização em vários sítios arqueológicos, o que tem o aspecto positivo de a generalidade dos sítios trabalhar segundo um modelo comum e conseqüentemente numa direcção semelhante. Neste sentido, é mais fácil conseguir que diferentes sítios arqueológicos trabalhem em rede no âmbito da promoção do património arqueológico, e na melhoria das condições de visita que os sítios disponibilizam.

Por outro lado, há elementos que, segundo as respostas dos questionários, foram uniformizados, com a excepção do sítio de Mesas do Castelinho, e que deveriam ser mais específicos e que deveriam estar mais relacionadas com as particularidades de cada sítio arqueológico. Os aspectos relacionados com a missão, visão e valores não deveriam ser semelhantes, nem deveriam ser os mesmos que os apresentados pela DRCALEN. Mesmo nas relações que os sítios arqueológicos estabelecem com as suas comunidades, abrindo aqui mais uma vez excepção para Mesas do Castelinho, houve algumas respostas com semelhanças invulgares, pois a comunidade de cada sítio é, nestes casos de estudo, diferente em todos os outros. Tal como foi dito na análise dos dados, estes elementos devem ser específicos e devem ser revistos nos sítios onde ainda não estão bem delineados.

Por fim, a gestão privada destacou-se como o tipo de gestão, neste horizonte de estudo, que parece melhor preparada para o exercício das suas funções. Esta conclusão deve, no entanto, ser matizada porque dos dois sítios de gestão privada, Tróia e *Ammaia*, só Tróia respondeu ao questionário, pelo que não é possível aferir com precisão como é feita a valorização do sítio arqueológico de *Ammaia*. Ainda assim, o sítio arqueológico de Tróia destaca-se pela compreensão muito completa do sítio arqueológico enquanto activo, e pela capacidade de controlar todos os aspectos relacionados com a gestão do sítio. Em Tróia os elementos estratégicos e de planeamento parecem ser uma das principais preocupações, o que provavelmente contribui para que o sítio consiga apresentar uma gestão activa e dinâmica, com uma exploração do seu património de forma sustentável e com uma visão de futuro que permite mapear as acções futuras a tomar na gestão do sítio arqueológico.

Comparando os diferentes tipos de gestão, parece evidente que há elementos no sector privado que podem e devem ser transportados para o sector público, de modo a melhorar não só os sítios sob gestão pública no Alentejo, como também para que a rede de sítios arqueológicos do Alentejo fosse fortalecida e enriquecida com mais sítios relevantes, do

ponto de vista do património arqueológico romano. Porém é necessário ter em conta que Tróia foi o único sítio que revelou ter uma equipa específica para a gestão do sítio arqueológico, todos os outros revelaram possuir um ou dois arqueólogos responsáveis, com ocasionais parcerias. Este dado é determinante pois parece verosímil que uma equipa de 4 pessoas dedicadas ao trabalho de gestão de um sítio arqueológico, tenha mais capacidade para realizar esse mesmo trabalho do que uma pessoa só, que muitas vezes acumula essa responsabilidade a outras de foro laboral que já possuía. Provavelmente, se os sítios de gestão pública pudessem beneficiar da presença de uma equipa dedicada à gestão dos mesmos, veriam uma melhoria dos seus resultados. Percebo que tal proposta não está isenta de constrangimentos, provavelmente de ordem financeira, mas é difícil esperar o mesmo tipo de resultados quando as condições são, à partida, não são semelhantes.

Relacionado com as diferenças entre os tipos de gestão, está um dos aspectos que foi recorrentemente identificado ao longo da análise dos dados: a falta de entendimento de algum do vocabulário utilizado principalmente relacionado com a gestão dos sítios. Termos como “materiais de comunicação”, “placas de informação” e os conceitos de missão e de visão foram frequentemente mal entendidos, e só o sítio de Tróia mostrou percebê-los.

Talvez estes conceitos pudessem ter sido explicados de forma mais exaustiva ou específica, mas observou-se que: houve sítios arqueológicos que não tiveram problema em entender quase a totalidade do que foi questionado; além de que estas falhas de entendimento aportam informação relevante para o conhecimento da situação da valorização dos sítios arqueológicos romanos no Alentejo. Mais uma vez, o facto de só Tróia ter percebido todos os conceitos pode estar relacionado com o facto de terem uma equipa específica para a gestão do sítio, situação que não se verificou em mais nenhum dos outros sítios. Não obstante, devido ao conhecimento pessoal que tenho da situação real, reconheço que será muito difícil aos responsáveis individuais dos sítios terem este domínio conceptual. Por este motivo, talvez fosse uma boa iniciativa promover acções de formação, que fossem ao encontro destas carências e que ajudassem estas estruturas de gestão a colmatar esta falha.

Ainda que possa parecer uma preocupação excessivamente académica, a compreensão dos conceitos tem a vantagem de posteriormente auxiliar nas acções de planeamento, pois a ausência das mesmas foi também outro dos aspectos que mais se observou. A ausência total de planos nos sítios de Torre de Palma, São Cucufate e mesmo em Tourega, traduz a falta de planeamento estratégico desejável, reflectindo-se numa menos ampla divulgação, salvaguarda e valorização. Na verdade se analisarmos as respostas aos questionários, verificamos que os

sítios onde está presente um planeamento estratégico mais cuidado (Tróia, Miróbriga e Mesas do Castelinho) são os sítios onde a valorização parece ser mais efectiva.

Para além disto, a existência de planeamento estratégico está directamente relacionada com o delineamento de objectivos e metas que o sítio se deve propor a cumprir, para que possa progredir. Da mesma forma que se verificou, em muitas situações, a ausência de objectivos, também frequentemente não se observaram as ferramentas necessárias para a avaliação das actividades desenvolvidas pela gestão do sítio. A ausência desta preocupação por parte dos sítios traduz-se num o desconhecimento relativamente ao comportamento do sítio, e relativamente àquilo que pode ser feito para melhorar.

Para além da carência do planeamento em muitos dos sítios analisados, observou-se também a falta de controlo de alguns dados importantes para uma gestão completa dos sítios, como o número de visitantes e o conhecimento dos trabalhos científicos realizados no âmbito dos sítios arqueológicos.

Verificou-se que os sítios geridos pelas Câmaras Municipais (Tourega e Alter do Chão) não fazem o controlo do número de visitantes, cuja ausência torna impossível qualquer tipo de estudo de públicos. Se por um lado no caso de Tourega isto não é surpreendente por se encontrar sob muitos aspectos ao abandono, o mesmo não pode ser dito em relação a Alter do Chão, onde apenas se efectuam visitas guiadas ao sítio, o que viabiliza a contagem dos visitantes. Ainda assim, nos sítios onde o controlo de visitantes é feito, um dos aspectos evidenciados pela investigação foi o aumento do número de visitantes em todos os sítios com a excepção de São Cucufate. O aumento dos visitantes é um indicador positivo demonstrando que, mesmo com as carências identificadas, estão a ser desenvolvidas iniciativas positivas. Neste sentido seria interessante tentar perceber por que razão o número de visitantes aumentou, análise que poderia ser levada a cabo por futuros estudos de públicos dos sítios arqueológicos.

A relação entre os sítios arqueológicos e as suas envolventes revelam-se geralmente pouco desenvolvidas e com margem para melhorar. Os vínculos mantidos com a comunidade são explicados com pouco grau de especificidade, muitas vezes sem referir situações específicas em que o sítio tenha realmente procurado estabelecer laços com a comunidade. Mesmo que alguns dos sítios tenham referido situações particulares para se ligar à sua comunidade, se este esforço assentar num plano delineado com esse fim, vai ser mais fácil desenvolver actividades próprias para esse efeito, que não só traduz uma preocupação local e regional em manter aquele património “vivo”, como também cria uma boa base para que o sítio possa vir a ser

mais divulgado. Neste sentido, actividades como as que Tróia ou São Cucufate desenvolvem são importantes e devem fomentar outras com fim semelhante. Em relação aos sítios onde estas actividades não são desenvolvidas ou em que são pouco específicas este seria um ponto a mudar, aproveitando exemplos como o de Torre de Palma e a relação que pode ser melhorada com o hotel situado nas proximidades.

Ainda neste âmbito ficou claro que as relações com outros sítios arqueológicos são praticamente inexistentes, apesar de se terem revelado algumas parcerias a outras entidades culturais. Mesmo em casos de proximidade dos sítios, como os casos de Torre de Palma, Alter do Chão e *Ammaia*, não foi mencionada nenhuma ligação. Este aspecto é relevante devido aos benefícios que os equipamentos culturais retiram de trabalhar em rede. Se forem promovidas actividades em conjunto e com alguma regularidade, para além de se alargar a informação, beneficiam-se os sítios quer individualmente, quer a região em questão. Além da óbvia relevância que adquire um conjunto de sítios arqueológicos a trabalhar em rede face a que cada sítio trabalhe mais individualmente.

No âmbito da relação com as escolas a generalidade dos sítios mostram ter esta preocupação e a disponibilidade para receber alunos em visitas organizadas pelas escolas. Também a existência de outro tipo de actividades pedagógicas complementares à visita é um aspecto positivo a destacar. Ainda assim há vários aspectos em que as ligações à comunidade escolar poderiam ser mais explícitas e mais regulares.

Como excepção, volto aqui a referir o caso de Mesas do Castelinho que pela vertente económica e social que dinamiza com a sua comunidade (que corresponde sensivelmente à população de Santa Clara a Nova), parece ter um envolvimento com a população superior quando comparado com os outros sítios.

No final deste trabalho, e com base em tudo o que foi analisado e estudado, é possível destacar alguns aspectos, que poderiam ser aplicados na valorização dos sítios arqueológicos do Alentejo de modo a melhorar a sua valorização.

O primeiro ponto a destacar está relacionado com a os próprios responsáveis pela gestão do sítio arqueológico. Ou seja, um sítio arqueológico funciona de forma mais eficiente quando é gerido por uma equipa, especialmente se estar for multidisciplinar (Matos, 2008: 40). Este é um dos pontos que poderia ser melhorado, pois se todos os sítios pudessem contar com uma equipa encarregue da sua gestão, provavelmente os seus resultados seriam mais positivos.

Outro aspecto que poderia ser amplamente melhorado está relacionado com o planeamento das actividades de valorização a realizar e com a avaliação das mesmas. A fase de

planeamento é essencial porque essa supõe uma espécie de diagnóstico da situação actual, e permite preparar o futuro numa lógica de metas a cumprir. Sem um planeamento das actividades a nível da investigação, divulgação e comunicação, como foi verificado em vários sítios, é mais provável que estas actividades, centrais para a gestão de sítios arqueológicos, não sejam realizadas da forma mais correcta (Byrnes, 2015: 163-164). Além da fase de planeamento é depois necessário também avaliar os resultados das operações que foram realizadas, de modo a perceber quais foram os impactos das decisões que a estrutura de gestão tomou, tanto nos visitantes (Pinto, 2005: 32; Matos, 2008: 41), como na própria estrutura (Byrnes, 2015: 163-164). Apesar do evidente esforço e trabalho que o cumprimento destes dois últimos pontos exige, julgo que caso fossem aplicados no horizonte de estudo os resultados se verificariam num curto espaço de tempo, sendo que têm a vantagem de não levarem a custos adicionais para as entidades gestoras.

Outro aspecto que foi já aqui referido nas considerações finais e que poderia ser facilmente tornado obrigatório, está relacionado com o controlo do número de visitantes dos sítios. Abrindo a excepção para os sítios onde a entrada é livre, não parece haver motivo para que esta contabilização não seja efectuada. O simples conhecimento deste dado fornece já informação à gestão do sítio muito relevante para o planeamento, pois pode providenciar uma pequena estimativa acerca do número de pessoas para as quais as actividades devem ser planeadas. Para além disto, sem um controlo do número de visitantes é difícil perceber em medida que o sítio é sustentável do ponto de vista económico. Nomeadamente saber o número mínimo de visitantes para atingir o *breakeven*, torna-se muito mais difícil sem o controlo deste factor (Gomes e Lourenço, 2009: 134). Numa fase posterior, em que os sítios fizessem o controlo do número de visitantes, poder-se-ia pensar em adquirir algumas informações acerca dos próprios visitantes, de modo a que no futuro pudessem ser conduzidos estudos de públicos para os visitantes de sítios arqueológicos, ferramentas úteis para o planeamento estratégico (Matos, 2008: 41; Senha, 2010: 16).

Por fim, um outro ponto que poderia ser genericamente melhorado está relacionado com o trabalho em rede que os sítios poderiam desenvolver. Uma vez que se tratam de locais de interesse patrimonial todos relacionados com a mesma cronologia, poderia ser pensada uma lógica roteirista que de alguma forma ajudasse o desenvolvimento dos sítios em rede, que não só beneficiam os sítios individualmente, como a generalidade da região (Matos, 2008: 44; Carvalho, 2011/2012: 13-14; Figueira, 2013: 53-54). Muito concretamente, os sítios de

Ammaia, Alter do Chão e de Torre de Palma, são privilegiados neste caso por se encontrarem relativamente próximos uns dos outros.

No final deste trabalho concluo que apesar das várias lacunas identificadas há margem para melhorar, tendo em conta os esforços positivos que são feitos que visam a melhoria do impacto que o património arqueológico tem na sociedade. Isto é particularmente importante na actualidade, pois se por um lado se afirma que é necessário preservar o património, é também necessário mostrar à sociedade actual o porquê dessa preocupação. E é necessário que essa sociedade sinta que o património tem valor para a mesma, caso contrário dificilmente o terá.

7. FONTES:

Legislação Nacional:

Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural, Lei 107/2001, *DR*, Iª Série, n.º 209, 8 de Setembro de 2001.

Legislação Internacional:

Le Corbusier, red. (1933), *4º Congresso Internacional de Arquitectura Moderna, Carta de Atenas*.

Históricos, 2º Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos (1964), *Carta Internacional sobre Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios, Carta de Veneza*.

UNESCO (1972), *Convenção para a Salvaguarda do Património Mundial, Cultural e Natural*.

ICOMOS (1990), *Carta Internacional sobre a Protecção e a Gestão do Património Arqueológico, Carta de Lausanne*.

Europa, Conselho da (1992), *Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico Carta de La Valetta*.

ICOMOS (2000), *Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, Carta de Cracóvia*.

Fontes impressas:

Avieno, Rufio Festo (1992), Ferreira, José Ribeiro, *Orla Marítima*. 2ª ed, tradução de José Ribeiro Ferreira, Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Plínio, o Velho, Livro IV, 116,117, traduzido por M. A. H. Rackham, 1961, Harvard, Harvard University Press

Plínio, o Velho, XXXVII, 24, traduzido por M. A. H. Rackham, 1962, Harvard, Harvard University Press

8. BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, Adília (1994). “Preservação e valorização de ruínas arqueológicas em meio urbano”, *Bracara Augusta*, pp. 281-284.
- Alarcão, Jorge de (1990). O Reordenamento Territorial. In: J. d. Alarcão, ed. *Nova História de Portugal - Portugal das Origens à Romanização*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 352-282.
- Alarcão, Jorge de, (1998). *Roteiros da Arqueologia Portuguesa, 5 - S. Cucufate*. 1ª ed. [Lisboa]: IPPAR.
- Alarcão, Jorge de (2002), *O domínio romano em Portugal*. 4ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Alarcão, Jorge, Robert Étienne e Françoise Mayet, (1990) *Les Villas Romaines de São Cucufate*. 1ª ed. Paris: E. de Boccard.
- Almagro, Antonio, (1993) “La "Reconstrucción" del Teatro Romano de Sagunto. Reflexiones en torno a una polémica”, *Archivo Español de Arqueología* 66, pp. 324-329.
- António, Jorge, (2014), A Necrópole Tardo-Antiga da Casa da Medusa. *Abelterium - Revista Online de Arqueologia e História do Município de Alter do Chão*, Maio, Volume I, pp. 30-38.
- António, Jorge, (2014) A villa romana da casa da Medusa. *Abelterium - Revista Online de Arqueologia e História do Município de Alter do Chão*, Maio I, pp. 10-21.
- António, Jorge, (2014), Vestígios arqueológicos em Ferragial d’El-Rei (Alter do Chão, 1954). *Abelterium - Revista Online de Arqueologia e História do Município de Alter do Chão*, Maio, I, pp. 6-9.
- António, Jorge, (2015) Alexandre, o Grande e a Batalha de Hidaspes. O mosaico do triclinium da Casa de Medusa. *Abelterium - Revista Online de Arqueologia e História do Município de Alter do Chão*, Maio II, pp. 52-71.
- António, Jorge e José d'Encarnação, (2014) “Grafito identifica Alter do Chão como Abelterium”, *Abelterium - Revista Online de Arqueologia e História do Município de Alter do Chão*, Maio I, pp. 39-42.
- Arroita, Gonzalo, Juan Ignacio Lasagabaster, Carlos Rodríguez e Carmen Maestro, (2007), *Otro concepto de recuperación del patrimonio* [Entrevista] (6 Novembro 2007).
- Ballart, Josep (2007), *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. 4ª ed. Barcelona: Ariel.
- Barata, Filomena (1994), Conservação, salvaguarda e valorização dos sítios arqueológicos em meio urbano. *Bracara Augusta*, pp. 265-276.
- Barata, Maria Filomena Santos (1998), *Miróbriga: Urbanismo e Arquitectura*. 1ª ed. Lisboa: IPPAR.
- Bendicho, Víctor Manuel López Menchero (2013), *La musealización del patrimonio arqueológico in situ: El caso español en el contexto europeo*. 1ª ed. Oxford, Archaeopress: BAR International Series 2535.
- Byrnes, William J., (2015) *Management and the Arts*, 5ª ed. Nova York; Londres: Focal Press Taylor and Francis Group.

- Carneiro, André (2014) *Lugares, tempos e pessoas: povoamento rural romano no Alto Alentejo*. 1ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Carvalho, António (1998) Três villae da Lusitânia Romana: São Cucufate (Vidigueira), Milreu (Faro) e Torre de Palma (Monforte). In: V. S. Gonçalves, ed. *História de Portugal, dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Amadora: Ediclube, pp. 282-288.
- Carvalho, Paulo (2009) “Planeamento, Turismo e Património em Territórios de Baixa Densidade”, *Biblos*, pp. 483-504.
- Carvalho, Paulo, (2011/2012), “Património e desenvolvimento em ambiente rural: lugares, rotas e redes”, *Cadernos de Geografia 30/31*, pp. 3-16.
- Carvalho, Paulo e Fernandes, João Luís J. (2012) *Património Cultural e Paisagístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Choay, Françoise (2000), *A Alegoria do Património*. Lisboa, Edições 70.
- Colbert, François (1994), *Marketing Culture and the Arts*. Montréal, Gaëtan Morin.
- Corsi, Cristina (2014), *Ammaia II The excavation contexts (1994-2011)*. Ghent: Academia Press.
- Corsi, Cristina e Frank Vermeulen (2012), Introduction: surveying a deserted Roman town. In: C. Corsi & F. Vermeulen, edits. *Ammaia I: The Survey. A romano-Lusitanian Townscape Revealed*. Ghent: Academia Press, pp. 1-6.
- Costa, António Firmino da (2014), A pesquisa de terreno em sociologia. In: *Metodologia das Ciências Sociais*. 16ª ed. Porto, Afrontamento, pp. 129-148.
- Dias, Lino Tavares (2003), Breves reflexões sobre perspectivas de valorização de monumentos e sítios romanos. In: *Tongobriga – Breves Reflexões*, Porto, IPPAR, pp. 59-65.
- Drucker, Peter F. (1999), Self-Assessment: The First Action Requirement of Leadership. In: *The Drucker's Foundation Self-Assessment Tool*. New York: The Peter F. Drucker Foundation for Nonprofit Management, pp. 3-10.
- Estrela, Susana (2013), “Um depósito fundacional do século II a.c. em mesas do castelinho (almodôvar). uma análise preliminar”, comunicação apresentada no colóquio Arqueologia em Portugal: 150 anos, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 671-679.
- Fabião, Carlos (1992), A Romanização do Actual Território Português. In: *História de Portugal*. s.l., Círculo de Leitores, pp. 203-299.
- Fabião, Carlos e Amílcar Guerra (2008), “Mesas do Castelinho (Almodôvar) um projecto com 20 anos”, *al-madan*, II série (16), pp. 92-105.
- Fabião, Carlos, Amílcar Guerra e Susana Estrela (2014) – *Mesas do Castelinho (Santa Clara-a-Nova, Almodôvar). Balanço e Perspetivas*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. [Policopiado]
- Figueira, Luís Mota (2013), *Manual para a elaboração de roteiros de turismo cultural*. 1ª ed. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.

- Ghiglione, Rodolphe e Benjamin Matalon (1997), *O Inquérito teoria e prática*. 3ª ed. Oeiras: Celta Editora.
- Gomes, Rui Telmo (2004), “A distinção banalizada? Perfis sociais dos públicos da cultura” In: AAVV. *Públicos da Cultura – actas do encontro organizado pelo Observatório das Actividades Culturais*. Lisboa: OAC, pp. 31-41.
- Gomes, Rui. Telmo e Vanda Lourenço (2009), Inquéritos às Actividades Pedagógicas/Formativas dos Equipamentos Culturais. In: J. S. Neves, ed. *Democratização Cultural e Formação de Públicos: Inquérito aos “Serviços Educativos” em Portugal*. Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, pp. 91-157.
- Guerra, Amílcar e Carlos Fabião (2010), “Mesas do Castelinho (Almodôvar): um exemplo de urbanismo falhado no sul da Lusitânia”, comunicação apresentada na VII Mesa Redonda International sobre la Lusitania Romana; Origen de la Lusitania Romana (siglos I a.C. - I d.C.), Toulouse-Mérida, Museo Nacional de Arte Romano.
- Harris, Edward (1989), Techniques of archaeological excavation. In: E. C. Harris, ed. *Principles of Archaeological Stratigraphy*. London: Academic Press, pp. 14-21.
- Henriques, Cláudia (2003), Capítulo I - Turismo Urbano - Ênfase nos Valores Patrimoniais, Históricos e Culturais dos Centros Históricos. In: *Turismo cidade e cultura: planeamento e gestão sustentável*. Lisboa: Edições Sílabo, pp. 1-47.
- Henriques, Eduardo Brito (2006), *O Património nas Políticas Territoriais*. Guimarães, Associação Portuguesa de Geógrafos e Universidade do Minho.
- Hernández, Josep Ballart, Josep M.ª Fullona Pericot e M.ª dels Àngels Petit Mendizábal, (1996). “El Valor del Patrimonio Histórico”, *Complutum Extra*, pp. 215-224.
- Hernández, Josep Ballart e Jordi Juan Tresserras (2001), *Gestión del patrimonio cultural*. 3ª ed. Barcelona: Ariel.
- Höcker, Christoph (2009), “Peristylion”. In: H. Cancik, H. Shneider e C. F. Salazar, edits. *Brill's New Pauly Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden-Boston: Koninklijke Brill, p. 804.
- Jorge, Virgorilo Ferreira (2000), Património e Identidade Nacional. *Revista de Engenharia Civil*, pp. 5-12.
- Langley, Maia, Rui Mataloto, Rui Boaventura e David Gonçalves (2007), “A ocupação da Idade do Ferro de Torre de Palma: "escavando nos fundos" do Museu Nacional de Arqueologia”. *O Arqueólogo Português*, pp. 229-290.
- Lasagabáster, Juan Ignacio (2006), “Dos experiencias de recuperación integral del patrimonio arquitectónico: La catedral de Santa María de Vitoria y el Valle Salado de Salinas de Añana”, *Berceo*, (151), pp. 133-143.
- Mantas, Vasco Gil (2010), “Atlântico e Mediterrâneo nos portos romanos do Sado”, *Revista Portuguesa de História nº41*, pp. 195-201.
- Mantas, Vasco Gil (2015), “Red viaria y red urbana en la lusitania imperial”, In: J. M. Á. Martínez, A. Carvalho e C. Fabião, edits. *Lusitania Romana. Origen de dos pueblos/Lusitânia Romana. Origen*

- de dois povos*. Mérida: Gobierno de Extremadura Consejería de Educación y Cultura; Museo Nacional de Arte Romano, pp. 109-118.
- Mantecón, Ana Rosas (2009), “O que é o público?”, *Revista Poiésis nº14*, Dezembro, pp. 175-215.
- Manzini, Lorena (2011), “El Significado Cultural del Patrimonio”, *Estudios del Patrimonio Cultural*, Junho, pp. 27-42.
- Marques, João António Ferreira (2004), “Musealização da villa romana de Pisões (Beja): aproximação a um modelo de Museu de Sítio. Faro, Centro de Estudos de Património” comunicação apresentada no *II Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, Departamento de História, Arqueologia e Património. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade do Algarve, pp. 285-291.
- Martínez, Carlos de la Casa (2000), “El Turismo Cultural: Una Alternativa de Desarrollo Económico”, comunicação apresentada no colóquio: *Turismo Cultural: El Patrimonio Histórico como Fuente de Riqueza*, Valladolid, Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, pp. 97-107.
- Martín, Marcelo (2001), “Sobre el necesario vínculo entre el patrimonio y la sociedad, Reflexiones críticas sobre la Interpretación del Patrimonio”, *Estudios/Património*, pp. 25-37.
- Matos, Olga (2008), “Valorização de sítios arqueológicos”, *Praxis Archaeologica*, pp. 31-46.
- Méndes, Matilde González (2000), “Sistemas de Evaluación del Interés Patrimonial de los Yacimientos arqueológicos”, *CAPA 12 - Gestión Patrimonial y Desarrollo Social*, Diciembre, pp. 19-34.
- Morais, Luís Fernades (2010), “Contributos da valorização do património arqueológico para o desenvolvimento local”, comunicação apresentada no *XII Colóquio Ibérico de Geografia*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto .
- Neves, José Soares (2004), Constituição de redes de equipamentos e seus impactos: o caso da Rede Portuguesa de Museus. In: AAVV. *Públicos da Cultura – actas do encontro organizado pelo Observatório das Actividades Culturais*. Lisboa: OAC, pp. 222-239.
- Oliveira, J. M. Paquete de (2004), “O "público não existe. Cria-se." Novos media, novos públicos?”, In: AAVV. *Públicos da Cultura – actas do encontro organizado pelo Observatório das Actividades Culturais*. Lisboa: OAC, pp. 143-151.
- Oliveira, Liliana e Anabela Carvalho (2012), “Envolvimento e Participação dos Cidadãos na Ciência em Portugal e em Espanha: Evolução e Estado Atual” comunicado apresentado no colóquio: *Comunicação e Cultura: I Jornadas de Doutorandos em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais*, Braga, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade do Minho, pp. 15-36.
- Pinassi, Carlos Andrés (2012), “El Marketing Turístico del patrimonio cultural como alternativa del desarrollo del centro histórico de Bahía Blanca (Argentina). Diagnóstico de situación”, *Rosa dos Ventos*, Jan-Jun, pp. 59-76.
- Pinto, Inês Vaz (2003), *A cerâmica comum das Villae Romanas de São Cucufate*. 1ª ed. Lisboa: Universidade Lusíada.

- Pinto, Inês Vaz, Ana Patrícia Magalhães e Patrícia Brum (2011), “O complexo industrial de Tróia desde os tempos de Cornelii Bocchi”, comunicado apresentado no colóquio: *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor Lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina. Colóquio Internacional de Tróia*, de 6 a 8 de Outubro de 2010, Lisboa-Madrid, Academia Portuguesa da História/Real Academia de la Historia, pp. 133-167.
- Pinto, Inês Vaz, Ana Patrícia Magalhães e Patrícia Brum (2012), “A valorização das ruínas romanas de Tróia (2007-2011)”. *Portugal Romano.com - Caetobriga, Igaedis, Tongóbriga, Olisipo*, Junho, pp. 84-97.
- Pinto, Inês Vaz, Ana Patrícia Magalhães e Patrícia Brum (2014), “Ruínas Romanas de Tróia: a valorização de um património singular”, *MUSA*, pp. 29-40.
- Pinto, Inês Vaz, Catarina Viegas e Luísa Ferrer Dias (1997), “A villa romana da Tourega: umas termas em ambiente rural” In: *Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, pp. 73-83.
- Pinto, Luísa Alexandra Miranda de Jesus (2005), *Avaliação da Satisfação dos Turistas no Alto Douro Vinhateiro - Património Mundial* - Dissertação de Mestrado em Gestão de Empresas, Departamento de Marketing, Operações e Gestão Geral, Lisboa, ISCTE
- Quaresma, José Carlos (2012), *Estudos e Memórias 4: Economia Antiga a partir de um centro de consumo lusitano, Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Miróbriga?)*. 1ª ed. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Quaresma, José Carlos (2014), Escavações de 2004 e 2005 na área da ponte de Chãos Salgados (Mirobriga?): estratigrafia, arquitectura e materiais de um sector público da cidade romana. *MUSA*, pp. 125-156.
- Quaresma, José Carlos (2014), Romanização: adaptações culturais e ambientais em Chãos Salgados (Miróbriga?). *MUSA*, pp. 99-124.
- Quaresma, José Carlos da Costa (2003), *Terra sigillata sudgálica num centro de consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém (Miróbriga?)*. 1ª ed. Lisboa: IPA.
- Quintela, António de Carvalho, João Luís Cardoso e José Manuel Mascarenhas (1986), *Aproveitamentos hidráulicos romanos a sul do Tejo: contribuição para a sua inventariação e caracterização*. 1ª ed. Lisboa: Ministério do Plano e da Administração do Território. Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais. Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos.
- Ramírez, Javier Hernández (2005), “De resto arqueológico a patrimonio cultural. El movimiento patrimonialista y la activación de testimonios del pasado”, *Boletín Gestión Cultural Nº 11: Participación Ciudadana*, Abril, pp. 1-19.
- Raposo, Jorge (2001), “Sítios Arqueológicos Visitáveis em Portugal”, *al-madan*, pp. 100-157
- Raposo, Luís (1999), “Museus de arqueologia e sítios arqueológicos musealizados - identidades e diferenças”, *O Arqueólogo Português*, pp. 51-72.

- Raposo, Luís (2003), “Benefícios e custos da musealização arqueológica in situ”, *Arqueologia e História*, pp. 159-165.
- Reis, Maria Pilar (2014), “As termas de Abelterium, breve análise do que se conhece” *Abeltherium - Revista Online de Arqueologia e História do Município de Alter do Chão*, Maio, Volume I, pp. 22-29.
- Ribeiro, Fernando Nunes (1972), *A villa romana de Pisões*. 1ª ed. Beja: Comissão Municipal de Turismo.
- Richards, Gregg (2000), *Políticas y Actuaciones en el Campo del Turismo Cultural Europeo*. Valladolid, Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León.
- Roberts, John (2005), *The Oxford Dictionary of the Classical World*. 1ª ed. Oxford: Oxford University Press.
- Santos, Helena (2003), “A propósito dos públicos culturais: uma reflexão ilustrada para um caso português”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 67, Dezembro, pp. 75-97.
- Santos, Jorge Alves dos e José Soares Neves (2005), *Os Museus Municipais de Cascais. Políticas Culturais Locais e Património Móvel*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais.
- Senha, João Manuel Ribeiro Isaac (2010), *Equipamentos Culturais: que relação com os públicos? - um estudo de caso aplicado ao Castelo de São Jorge*, Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Departamento de Sociologia, ISCTE, Lisboa.
- Serra, Miguel (2008), “Novos dados para o conhecimento da villa romana de Pisões (Beja)”, *Vipasca*, pp. 503-507.
- Silva, Pedro da (2014) “A Modelação 3D do Castro de Romariz: Resultados da Aplicação do Modelo de Estudo Foveal” comunicação apresentada no *IX Encontro Nacional de Estudantes de História*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital.
- Tilden, Freeman (1977), *Interpreting our Heritage*. 3ª ed. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- Valera, António Carlos (2005), *Onde acaba o Património? Onde o Homem não chega!*. Lisboa : Era-Arqueologia e Colibri.
- Valera, António Carlos (2008), “A divulgação do conhecimento em Arqueologia: reflexões em torno de fundamentos e experiências”, *Praxis Archaeologica* 3, pp. 9-23.
- Vélez, Ana Mª Gómez (2010), “Función pedagógica de la difusión del Patrimonio Histórico en el transcurso de la historia”, *Boletín de la SPAO*, pp. 24-29.
- Veloso, Tânia Porto Guimarães e José Euclides Alhadadas Cavalcanti (2007), “O turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do património arqueológico”, *Revista de Arqueologia*, Volume 20, pp. 155-168.
- Vermeulen, Frank (2012), “History of Archaeological Research” In: C. Corsi & F. Vermeulen, edits. *Ammaia I: The Survey - A Romano-Lusitanian Townscape Revealed*. Ghent: Academia Press, pp. 7-10.

Viegas, Catarina e Inês Vaz Pinto (2000), *As termas da villa romana da Tourega (Évora, Portugal)*. Gijón, VTP Editorial.

Vinuesa, Miguel Ángel Troitiño (2002), “El patrimonio arquitectónico y urbanístico como recurso turístico”, In: J. S. G. Marchante & M. d. C. P. Holgado, edits. *La Función Social del Patrimonio Histórico: El Turismo Cultural*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, pp. 9-32.

Warner, Michael (2002), “Publics and Counterpublics”, *Public Culture*, XIV (1), pp. 49-90.

Wiegels, Rainer (2009), “Tabernae”, In: H. Cancik, H. Schneider & C. F. Salazar, edits. *Brill's New Pauly - Encyclopaedia of the Ancient World*. Leiden-Boston: Koninklijke Brill, pp. 79-80.

Zúñiga, Federico (2014), “Nuevos Usos del Patrimonio Arqueológico de el Tajín, a través de los procesos de turistificación, mercantilización y espectacularización”, *Anales de Antropología*, pp. 151-182.

Webgrafia:

DGPC, *Portal do Arqueólogo*.<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/patrimonio-arqueologico/gestao-da-atividade-arqueologica/portal-do-arqueologo>.

DGPC, *Sistema de Inventário do Património Arquitectónico, SIPA*.http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SitePageContents.aspx?id=08a335ea-db85-4fdd-862b-fe6e623e44a8

TroiaResort, *Ruínas de Tróia*. <https://troiaruinablog.wordpress.com/2015/11/20/adopta-uma-ruina-2/>.

9. ANEXOS:

Anexo A | Inquérito realizado aos sítios arqueológicos

Nota Introdutória:

No âmbito da dissertação de mestrado “A valorização de sítios arqueológicos romanos em Portugal”, venho por este meio solicitar a resposta ao presente questionário. É objectivo do presente estudo compreender e analisar a forma como é feita a valorização dos sítios arqueológicos romanos em Portugal, focando os casos de valorização de património romano no Alentejo, bem como perceber quais são os pilares que pautam a acção das entidades gestoras do património.

O Inquérito é de natureza mista, e foi desenvolvido essencialmente segundo as informações recolhidas na obra “O Inquérito – Teoria e Prática” (1993) de Rodolphe Ghiglione e Benjamin Matalon. A resposta às perguntas colocadas deve ser feita no espaço livre que segue imediatamente a questão.

Tendo em conta os objectivos da dissertação, reforço a importância das respostas às questões colocadas da forma mais completa e directa possível, para que a minha análise possa ser mais completa e informada.

Estou ciente de que algumas das informações que são pedidas neste questionário estão disponíveis por outros meios, por exemplo *online*. Porém, julguei que seria mais adequado, do ponto de vista científico, confirmar essas informações encontradas através da minha pesquisa, com as informações recolhidas junto dos responsáveis pelos sítios arqueológicos. Por esse motivo peço a colaboração paciente em relação a algumas perguntas, que são, no entanto, de resposta imediata.

Agradeço desde já a disponibilidade e o tempo investido em responder às questões colocadas, e por permitir um estudo mais completo da realidade em questão.

Inquérito

1. Identificação de Sítio:

- 1.1. Nome:
- 1.2. Código CNS:
- 1.3. Tipologia:
- 1.4. Cronologia Aproximada:
- 1.5. Responsável de sítio arqueológico:
- 1.6. Entidade tutelar:

2. Gestão de Sítio:

- 2.1. Existe Equipa de gestão? Se sim, qual a dimensão da equipa responsável pelo sítio arqueológico?
 - 2.1.1. Que profissionais constitui a equipa?

2.2. O sítio arqueológico é visitável?

- 2.2.1. Se sim, de que forma pode ser feita a visita? (assinalar a resposta seleccionada)

Por marcação.

Funciona em horário específico e sazonalmente (Verão/Inverno)

Visita Livre

Outra:

2.3. O sítio tem um orçamento anual?

2.4. Qual o material de comunicação, divulgação e promoção do sítio arqueológico?

2.5. Quais os canais de comunicação usados pelo sítio arqueológico para a sua divulgação?

2.6. Qual a Política de Preços de visita ao sítio arqueológico (tipologia)?

2.7. É efectuada a avaliação do sítio arqueológico do ponto de vista da sua valorização? Se sim de que forma (exemplo)?

2.8. Em relação aos instrumentos de gestão do sítio arqueológico existe? (assinalar as respostas seleccionadas).

Plano de investigação:

Plano de divulgação:

Plano de comunicação:

2.9. Quantas publicações científicas específicas acerca do sítio arqueológico existem?

2.9.1. Quantas dessas publicações foram feitas com *peer reviews*?

2.10. Foram desenvolvidas teses de mestrado ou doutoramento acerca do sítio arqueológico ou dos seus conjuntos de materiais? Se sim Quantas?

2.11. Foram promovidas e realizadas conferências, colóquios ou encontros em estruturas do sítio arqueológico e no âmbito do mesmo?

2.11.1. Se sim, quantas se realizaram desde que o sítio está musealizado/valorizado?

2.11.2. Com que periodicidade se realizam estes eventos:

2.12. Foram produzidas monografias acerca do sítio? Se sim quantas?

2.12.1. Estão disponíveis para venda ao público no sítio arqueológico?

2.12.2. Estão disponíveis para consulta em bibliotecas públicas?

2.13. Qual foi a evolução do número total de visitantes nos três anos anteriores?

2.14. Qual a evolução mensal do número de visitantes ao longo do último ano?

3. Interpretação de Sítio:

3.1. Existe percurso interpretativo do sítio?

3.2. Existe centro de interpretação ou espaço expositivo?

3.3. Que recursos possui o sítio arqueológico?

Biblioteca

Sala de Exposições

Outros:

3.4. Existe sinalização informativa?

3.5. Existe serviço de educativo? (isto é, uma componente da estrutura do sítio, que desenvolve várias actividades, como visitas guiadas, com o objectivo de transmitir o conhecimento que o sítio arqueológico tem para oferecer).

3.6. Existe Material de apoio à visita?

4. Condições de Visita:

4.1. Qual a facilidade de acesso ao sítio? (assinalar a resposta seleccionada)

Muito acessível:

Acessível:

Pouco acessível:

4.2. De que modo pode ser feito o acesso ao sítio arqueológico?

Automóvel:

A pé:

Outro:

4.3. Existem acessos a pessoas com mobilidade reduzida?

4.4. Existe comunicação em língua estrangeira?

4.4.1. Se sim em que idiomas? (assinalar as respostas seleccionadas)

Francês.

Inglês.

Espanhol.

Outro:

4.5. Existem estruturas de acolhimento ao visitante? (assinalar as respostas seleccionadas)

Bilheteira.

Instalações Sanitárias.

Cafetaria.

Outros:

5. Relação do sítio com a envolvente:

5.1. Existem ligações do sítio arqueológico à comunidade local? Se sim, de forma é feita esse vínculo?

5.2. Existem ligações entre o sítio arqueológico e escolas do município/distrito? Se sim, de que forma é efectuada essa ligação?

5.3. Existem ligações/colaborações com outros sítios arqueológicos da região? Se sim, de que modo são levadas a cabo?

6. Missão do sítio Arqueológico:

6.1. Qual a missão do sítio arqueológico?

6.2. Qual a visão do sítio arqueológico?

6.3. Quais os valores do sítio arqueológico?

6.4. Quais os objectivos da Estrutura de Gestão do Sítio Arqueológico?

6.5. Existe um público-alvo do sítio arqueológico?

Muito obrigado pela colaboração.

Os melhores cumprimentos.

João Silva (j0ao@msn.com)

Anexo B – Observação directa Torre de Palma

Elementos Gerais:

Nº (CNS)	331
Nome	<i>Villa Romana de Torre de Palma</i>
Tipologia	<i>Villa</i>
Localização (Distrito/Concelho/Freguesia)	Portalegre; Monforte; Vaiamonte
Propriedade/tutela/ Tutela	Propriedade Pública, tutela da Direcção Regional de Cultura do Alentejo
Cronologia⁸⁰	
Classificação	Monumento Nacional desde 1970

Elementos específicos observados:

Horários:	Horário de Verão (Maio – Setembro): Segunda a Sábado entre as 10:00 e as 13:00 e entre as 15:30 e as 19:00 horas; Domingo entre as 9:00 e as 13:00 horas. Horário de Inverno (Outubro – Abril): Segunda a Sábado entre as 9:00 e as 16:00 horas; Domingo entre as 9:00 e as 13:00 horas.
Política de Preços:	Sim, Idosos e Estudantes têm desconto de 50%, o bilhete inteiro custa 2 euros.
Percurso interpretativo:	Não
Centro de Interpretação ou espaço expositivo:	Sim, espaço expositivo com materiais do sítio
Sinalização Informativa⁸¹:	Não,
Material de Apoio à visita:	Sim
Facilidade de Acesso:	Acessível
Modo de Acesso:	Pedestre, por Automóvel ou por outro veículo terrestre excepto o ferroviário.
Estruturas de Acolhimento:	Recepção, bilheteira, assim como uma pequena zona para refeição ligeira
Acesso a indivíduos de mobilidade reduzida:	Não, apesar do sítio não ter elevações e não necessitar de rampas o piso não facilita esta mobilidade.

⁸⁰ A cronologia aqui em destaque é relativa aos vestígios que estão *in situ* e que conferem a grande parte da monumentalidade ao sítio arqueológico. Na maior parte dos sítios corresponde ao período de ocupação romana. Mais informação acerca das cronologias dos sítios estará presente nas descrições dos mesmos.

⁸¹ Por sinalização informativa, entende-se as placas interpretativas que assinalam os conteúdos do sítio arqueológico.

Comunicação em idioma estrangeiro:	Não
---	-----

Anexo C – Observação directa *Ammaia*

Elementos Gerais:

Nº (CNS)	300
Nome	Cidade Romana de <i>Ammaia</i>
Tipologia	Cidade romana
Localização (Distrito/Concelho/Freguesia)	Portalegre; Marvão; São Salvador de Aramenha
Propriedade/tutela	Propriedade privada; Fundação Cidade de <i>Ammaia</i>
Cronologia	
Classificação	Monumento Nacional desde 1949 e incluído na Área Protegida da Serra de São Mamede

Elementos específicos observados:

Horários:	De segunda a domingo entre as 9:00 e as 12:30 e as 14:00 e as 17:30 Fazem-se também visitas guiadas por marcação
Política de Preços:	Sim, O bilhete inteiro custa 3 euros
Percurso interpretativo:	Sim
Centro de Interpretação ou espaço expositivo:	Sim, espaço museológico com peças do sítio.
Sinalização Informativa:	Sim
Material de Apoio à visita:	Sim
Facilidade de Acesso:	Muito Acessível
Modo de Acesso:	Pedestre, por Automóvel ou por outro meio de transporte terrestre, excepto o ferroviário.
Estruturas de Acolhimento:	Recepção, Bilheteira, W.C., Museu
Acesso a indivíduos de mobilidade reduzida:	Sim, menos para a zona o templo romano que se situa do outro lado da estrada nacional
Comunicação em idioma estrangeiro:	Sim, Espanhol e Inglês

Anexo D - Observação directa Alter do Chão

Elementos Gerais:

Nº (CNS)	142
Nome	Ferragial d'El Rei, Estação Arqueológica de Alter do Chão
Tipologia	Cidade/ <i>Domus</i> (com termas)
Localização (Distrito/Concelho/Freguesia)	Portalegre; Alter do Chão; Alter do Chão
Propriedade/tutela	Propriedade Pública; Câmara municipal de Alter do Chão
Cronologia	Séculos: I d.C. – IV d.C.; Séculos: VI – VII d.C..
Classificação	Imóvel de interesse público desde 1982.

Elementos específicos observados:

Horários:	De segunda a sexta-feira em horário normal de Verão/Inverno.
Política de Preços:	O preço do bilhete normal é de 2€, o bilhete único (acesso aos 3 núcleos) custa 5€; metade do preço para estudantes, portadores de cartão jovem, e maiores de 65 anos de idade. Gratuito para crianças até 12 anos, residentes no Município e Investigadores, jornalistas ou profissionais de turismo no cumprimento de funções (comprovadas).
Percurso interpretativo:	Sim
Centro de Interpretação ou espaço expositivo:	Sim
Sinalização Informativa:	Sim (não é muita, uma vez que as visitas neste momento são sempre guiadas).
Material de Apoio à visita:	Sim, no posto de turismo de Alter do Chão.
Facilidade de Acesso:	Acessível, apesar de ser fácil chegar ao sítio, a informação de direcções é escassa.
Modo de Acesso:	Pedestre, por Automóvel ou por outro meio de transporte terrestre, excepto o ferroviário.
Estruturas de Acolhimento:	Bilheteira
Acesso a indivíduos de mobilidade reduzida:	Sim, ainda que algumas zonas do sítio arqueológico sejam de difícil acesso, ou impossível para cadeiras de rodas.
Comunicação em idioma estrangeiro:	Sim, inglês.

Anexo E – Observação directa Tourega

Elementos Gerais:

Nº (CNS)	5593
Nome	<i>Villa romana de Tourega</i>
Tipologia	<i>Villa</i>
Localização (Distrito/Concelho/Freguesia)	Évora; Évora; Nossa Senhora de Guadalupe
Propriedade/tutela	Propriedade Pública; Câmara municipal de Évora
Cronologia	
Classificação	Está classificado como Sítio de Interesse Público com uma ZEP desde 2012.

Elementos específicos observados:

Horários:	Sem horário de visita
Política de Preços:	Gratuito
Percurso interpretativo:	Sim, mas em mau estado de conservação
Centro de Interpretação ou espaço expositivo:	Não
Sinalização Informativa:	Sim, mas em mau estado de conservação
Material de Apoio à visita:	Não
Facilidade de Acesso:	Pouco acessível
Modo de Acesso:	Pedestre, por Automóvel ou por outro meio de transporte terrestre, excepto o ferroviário.
Estruturas de Acolhimento:	Não
Acesso a indivíduos de mobilidade reduzida:	Não
Comunicação em idioma estrangeiro:	Não

Anexo F – Observação directa São Cucufate

Elementos Gerais:

Nº (CNS)	8
Nome	Ruínas romanas de São Cucufate
Tipologia	<i>Villa</i>
Localização (Distrito/Concelho/Freguesia)	Beja; Vidigueira; Vila de Frades
Propriedade/tutela	Propriedade Pública; Direcção Regional de Cultura do Alentejo
Cronologia	
Classificação	Monumento Nacional desde 1947

Elementos específicos observados:

Horários:	Horário Verão (1 de Maio a 15 de Setembro): terça-feira das 15.00h às 18.00h, quarta-feira a domingo das 09.30h 13.00h e das 15:00 às 18:00 horas. Horário Inverno: (16 de Setembro a 30 de Abril): terça-feira das 14.00h às 17.00h e de quarta-feira a domingo a 09.00h às 12.30h e das 14.00h às 17.00 horas.
Política de Preços:	Sim, o bilhete inteiro custa 3 euros, estudantes e reformados têm 50% de desconto
Percurso interpretativo:	Não.
Centro de Interpretação ou espaço expositivo:	Sim, embora um não imediatamente no sítio (casa do Arco de São Cucufate)
Sinalização Informativa:	Sim
Material de Apoio à visita:	Sim
Facilidade de Acesso:	Muito Acessível
Modo de Acesso:	Pedestre, por Automóvel ou por outro meio de transporte terrestre, excepto o ferroviário.
Estruturas de Acolhimento:	Recepção, Bilheteira, W.C. e cafetaria
Acesso a indivíduos de mobilidade reduzida:	Sim, mas não em todo o espaço visitável
Comunicação em idioma estrangeiro:	Sim, francês e inglês.

Anexo G – Observação directa Pisões:

Elementos Gerais:

Nº (CNS)	3
Nome	<i>Villa Romana de Pisões</i>
Tipologia	<i>Villa Romana</i>
Localização (Distrito/Concelho/Freguesia)	Beja; Beja; União das freguesias de Santiago Maior e São João Baptista
Propriedade/tutela	Universidade de Évora
Cronologia	Aproximadamente I d.C. III/IV d.C.
Classificação	Imóvel de Interesse Público

Elementos específicos observados:

Horários:	Não tem, o sítio está de momento encerrado ao público
Política de Preços:	Não há.
Percurso interpretativo:	Existe mas mal sinalizado
Centro de Interpretação ou espaço expositivo:	Não.
Sinalização Informativa:	Totalmente degrada, não é possível ver a informação que já existiu.
Material de Apoio à visita:	Não.
Facilidade de Acesso:	Pouco Acessível, apesar das placas.
Modo de Acesso:	Carro, bicicleta e pedonal (apesar das distâncias) ou outros meios de transporte terrestre excepto ferroviário.
Estruturas de Acolhimento:	Não
Acesso a indivíduos de mobilidade reduzida:	Não, ainda que o sítio não apresente desníveis na maior parte do percurso.
Comunicação em idioma estrangeiro:	Não.

Anexo H – Observação directa Miróbriga:

Elementos Gerais:

Nº (CNS)	4
Nome	Cidade Romana de Miróbriga
Tipologia	Cidade Romana
Localização (Distrito/Concelho/Freguesia)	Setúbal; Santiago do Cacém; Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra.
Propriedade/tutela	Propriedade Pública; Direcção Regional de Cultura do Alentejo
Cronologia:	
Classificação	Imóvel de Interesse Público desde 1943 e incluído numa ZEP desde 1991

Elementos específicos observados:

Horários:	De terça a Sábado entre as 9:00h e as 12:30h e entre as 14:00h e as 17:30h; Domingo das 9:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:30h. Encerra: Segunda-feira e feriados 1 de Janeiro, domingo de Páscoa, 1 de Maio e 25 de Dezembro.
Política de Preços:	Sim, bilhete inteiro de 3 euros, desconta em metade do valor para estudantes
Percurso interpretativo:	Sim
Centro de Interpretação ou espaço expositivo:	Sim, espaço museológico
Sinalização Informativa:	Sim
Material de Apoio à visita:	Sim
Facilidade de Acesso:	Muito Acessível
Modo de Acesso:	Pedestre, por Automóvel ou por outro veículo terrestre excepto o ferroviário
Estruturas de Acolhimento:	Recepção, bilheteira e W.C.
Acesso a indivíduos de mobilidade reduzida:	Sim, mas em algumas zonas o piso torna o acesso mais difícil.
Comunicação em idioma estrangeiro:	Sim, em Inglês

Anexo I – Observação directa Mesas do Castelinho

Elementos Gerais:

Nº (CNS)	4263
Nome	Povoado das Mesas do Castelinho
Tipologia	Povoado Fortificado
Localização (Distrito/Concelho/Freguesia)	Beja; Almodôvar; Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires.
Propriedade/tutela	Direcção Regional de Cultura do Alentejo)
Cronologia	Séculos: I a.C. – II d.C.
Classificação	Imóvel de Interesse Público desde 1990.

Elementos específicos observados: O sítio está em processo de valorização

Horários:	Não tem, o sítio não está ainda aberto para visita
Política de Preços:	Não há ainda.
Percurso interpretativo:	Sim
Centro de Interpretação ou espaço expositivo:	Sim, mas não só relacionado com o sítio arqueológico. Neste local pode também ser visionado um curto filme que apresenta o património da freguesia e onde é mencionado o sítio.
Sinalização Informativa:	Sim
Material de Apoio à visita:	Não
Facilidade de Acesso:	Acessível
Modo de Acesso:	Pedestre, por Automóvel ou por outro veículo terrestre excepto o ferroviário.
Estruturas de Acolhimento:	Não actualmente, mas estão previstas.
Acesso a indivíduos de mobilidade reduzida:	Sim, mas em construção
Comunicação em idioma estrangeiro:	Não há ainda.

Anexo J – Observação directa Tróia

Elementos Gerais:

Nº (CNS)	2
Nome	Ruínas Romanas de Tróia
Tipologia	Complexo Industrial
Localização (Distrito/Concelho/Freguesia)	Setúbal; Grândola; Carvalhal
Propriedade/tutela	Propriedade Privada; Tróia Resort
Cronologia	
Classificação	Monumento Nacional desde 1910 e incluída numa ZEP e Zona <i>non aedificandi</i> desde 1968 com declaração de rectificação de 2010

Elementos Gerais:

Horários: (horário que segundo informação transmitida oralmente será alterado no início de 2017).	Horário de Inverno (Setembro – Maio): Sábados, das 10:00h às 13:00h e das 15:00h às 17:30 Horário de Verão (Junho – Agosto): Terça-feira a Sábado, entre as 10:00h e as 13:00h e entre as 15:00h e as 18:30h Encerramento de 18 a 23 de Agosto ⁸²
Política de Preços:	Sim, bilhete inteiro de visita livre no valor de 5 euros; visita guiada no valor 7 euros
Percurso interpretativo:	Sim
Centro de Interpretação ou espaço expositivo:	Sim, uma pequena exposição a cerca de 5km do sítio arqueológico no “troia golf”, que mostra algumas peças recolhidas durante as escavações.
Sinalização Informativa:	Sim
Material de Apoio à visita:	Sim
Facilidade de Acesso:	Acessível
Modo de Acesso:	Por meio de transporte fluvial, entre Setúbal e Tróia; Pedestre, por Automóvel ou por outro veículo terrestre excepto o ferroviário
Estruturas de Acolhimento:	Recepção, bilheteira e W.C.
Acesso a indivíduos de mobilidade reduzida:	Sim
Comunicação em idioma estrangeiro:	Sim, Inglês e Francês

⁸² Este encerramento deve-se às festas de Nossa Senhora do Rosário de Tróia.

Anexo K – Número de visitantes entre 2013 e 2015:

	2013	2014	2015
<i>Villa Romana de Torre de Palma</i>	387	803	1 027
Ammaia			
Estação arqueológica de Alter do Chão	–	–	–
<i>Villa Romana de Tourega</i>	–	–	–
<i>Villa Romana de São Cucufate</i>	5 052	3 962	3 382
<i>Villa Romana de Pisões</i>	–	–	–
Miróbriga	5 286	6 337	6 994
Mesas do Castelinho	–	–	–
Ruínas Romanas de Tróia	8 146	11 071	11 835

Anexo L – Número mensal de visitantes

	Torre de Palma	Ammaia	Alter do Chão	Tourega
Janeiro	27		–	–
Fevereiro	96		–	–
Março	57		–	–
Abril	139		–	–
Maió	47		–	–
Junho	118		–	–
Julho	40		–	–
Agosto	100		–	–
Setembro	127		–	–

	São Cucufate	Pisões	Miróbriga	Mesas do Castelinho	Tróia
Janeiro	284	–	572	–	177
Fevereiro	124	–	236	–	151
Março	357	–	638	–	440
Abril	608	–	783	–	3362
Maió	433	–	528	–	360
Junho	484	–	559	–	813
Julho	310	–	646	–	1362
Agosto	377	–	955	–	1499
Setembro	478	–	978	–	693

CURRICULUM VITAE

Informações Pessoais:

Identificação: João Pedro Oliveira Silva

Morada: Rua Morais Soares nº163, 3 E, 1900-345 Lisboa (Portugal)

Contactos: 916074339; j0ao@msn.com

Experiência Profissional:

- 3/2014 – 9/2014 - Ajudante de Cozinha no restaurante *Bella Ciao* – Cantina Italiana, Lisboa (Portugal)
- 8/4/2017 – 9/4/2017 - Bilheteiro no Tróia-Resort, Setúbal (Portugal)
- 5/2017 – actualidade - Guia Turístico na empresa eco tuk guide

Formação:

- 2010 – 2013 – Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Competências Pessoais:

Língua materna: português

Outras línguas:

Inglês – Utilizador independente

Espanhol – Utilizador independente

Francês – Utilizador básico

Competências digitais:

Processamento de Informação	Comunicação	Citação de Conteúdos	Segurança	Resolução de Problemas
Utilizador Independente	Utilizador básico	Utilizador básico	Utilizador básico	Utilizador básico

Informação Adicional:

- Frequência do Instituto de Línguas, especificamente as áreas curriculares da Língua Inglesa.
- Participação voluntária em varias escavações arqueológicas.
- Participação voluntaria na organização de vários eventos como colóquios, entre outros.
- Participação voluntaria em actividades de animação cultural durante o Mercado Romano de Tróia em 2015.